

TÂNIA BRAGA GUIMARÃES

**CONCEPÇÕES DE LÍNGUA/LINGUAGEM NAS PÁGINAS DA REVISTA
VEJA**

MARINGÁ
2004

TÂNIA BRAGA GUIMARÃES

**CONCEPÇÕES DE LÍNGUA/LINGUAGEM NAS PÁGINAS DA REVISTA
VEJA**

Dissertação apresentada ao Programa de
Mestrado em Letras da Universidade Estadual
de Maringá, para a obtenção do grau de Mestre
em Letras.

Orientadora: Marilurdes Zanini

MARINGÁ
2004

AGRADECIMENTOS

Escrever uma dissertação de mestrado ou qualquer outro trabalho dessa amplitude requer, antes de mais nada, toda uma equipe de “assessoria”, de pessoas - pais, parentes, amigos - que desempenhem por nós muitas tarefas do cotidiano e perdoem as nossas ausências em momentos nos quais tanto se queria estar junto.

Agradeço, primeiramente, a Deus, por acreditar que Ele vem iluminando meus passos mesmo quando me encontro sem bússula, sem mapa, sem lenço e documento, e me abençoando e possibilitando que acontecimentos maravilhosos ocorram quando menos espero.

Agradeço aos meus pais pelo contínuo suporte que vêm me proporcionando a fim de verem sua filha realizada profissionalmente e, acima de tudo, feliz.

Agradeço, mais que academicamente, a minha orientadora Marilurdes Zanini, que foi, para minha grata surpresa, uma quase-mãe. Mãe que cobra, que espera nosso melhor e que acalenta na tristeza. Espero encontrá-la muitas vezes na academia e na vida.

Agradeço a professora Ingedore Koch, que gentilmente aceitou constituir a banca desta dissertação e que contribuiu com sua leitura de mundo e com sua experiência acadêmica.

Agradeço a todos os professores do curso com os quais tive a oportunidade de aprender e “crescer e aparecer”. A dedicação com que conduzem o Mestrado é exemplo para ser guardado na memória, no coração e repetido em nossos futuros compromissos.

Um agradecimento especial à professora Sônia Benites, por também ter aceitado constituir esta banca, e por considerá-la um marco na minha trajetória a caminho de amadurecimento, enquanto me preparava para a seleção do Mestrado, cursando sua disciplina como aluna não-regular.

Agradeço a Andrea pela atenção dedicada ao longo do curso e que com sua, aparentemente, infinita paciência, explica a nós cada passo a ser dado. Sei que não encontraremos muitas Andreas pela vida acadêmica afora. Oxalá, fosse o contrário.

E, um agradecimento as amigas que fiz nessa jornada, Cleusa Matos e Márcia Rossi, pelo companheirismo, pelas conversas, pela alegria e pelo ombro, nas horas não tão alegres assim.

E, claro, meu agradecimento a Capes, pela bolsa de estudo que viabilizou a elaboração deste trabalho.

Esta dissertação está vinculada ao projeto de pesquisa: "A escrita e o professor: interações no ensino e aprendizagem de línguas" (processo 0418/04), desenvolvido no Departamento e no Programa de Pós-Graduação em Letras de UEM.

Dedico este trabalho aos meus pais, **Luiz e Myrian**, e a minha avó **Maria** pelo apoio e pela torcida

Aula de português

A linguagem
na ponta da língua,
tão fácil de falar
e de entender.

A linguagem
na superfície estrelada de letras,
sabe lá o que ela quer dizer?

Professor Carlos Góis, ele é quem sabe,
e vai desmatando
o amazonas de minha ignorância.
Figuras de gramática, equipáticas,
atropelam-me, aturdem-me, seqüestram-me.

Já esqueci a língua em que comia,
em que pedia para ir lá fora,
em que levava e dava pontapé,
a língua, breve língua entrecortada
do namoro com a prima.

O português são dois; o outro, mistério.

SUMÁRIO

0. Introdução.....	7
Capítulo 1 - Discussão preliminar: apresentação da situação.....	5
1.1. Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) e o objetivo do ensino de Língua Materna (LM).....	5
1.1.1. Competência comunicativa: o que é? o que a garante?.....	7
1.1.2. PCN e o ensino de gramática.....	8
1.2. Norma culta.....	12
1.3. Concepções de língua.....	14
1.4. Mitos.....	16
1.4.1. Preconceito Lingüístico.....	17
1.5. Fenômeno reconhecido.....	18
1.6. Papel da escola e do professor.....	19
1.7. Variação lingüística.....	20
1.8. Lingüística, gramática tradicional e gramática de usos.....	23
Capítulo 2 - Mídia e Língua: uma relação necessária.....	26
2.1. Mídia: história, objetivos e possível atuação na escola.....	26
2.2. Hipóteses sobre o fenômeno observado na pesquisa.....	28
2.3. Veja: público, vendagem, periodização das matérias.....	29
2.4. Matérias de capa.....	31
2.5. Notas.....	32
2.6. Imparcialidade.....	32
2.7. Pautas e verticalização.....	33
2.8. Jornalismo e desafios: generalização x especialização.....	35
2.9. Jornalistas e editores e sua relação com seu público-alvo.....	37
2.10. Responsabilidade jornalística.....	38
2.11. LP nas páginas de Veja.....	39
Capítulo 3 - Mídia e Língua: uma relação conflitante?.....	2
3.1. A análise: apresentação e critérios.....	43
3.1.1. Entrevista 1: Língua Enrolada.....	43
3.1.1.1. A análise.....	45
3.1.2. Texto 1: Nossa Língua Portuguesa?.....	55
3.1.2.1. A análise.....	56
3.1.3. Texto 2: Tupi or not tupi.....	59
3.1.3.1. A análise.....	60
3.1.4. Texto 3: Pequenos Grampos, grandes negócios.....	64
3.1.4.1. A análise.....	65
3.1.5. Texto 4: Fuja do "a nível de".....	67
3.1.5.1. A análise.....	68
3.1.6. Texto 5: Errar é divino.....	73
3.1.6.1. A análise.....	74

3.1.7. Texto 6: Nobre como Camões.....	77
3.1.7.1. A análise.....	78
3.1.8. Entrevista 2: O fim do português.....	83
3.1.8.1. A análise.....	86
3.1.9. Texto 7: O Bom senso está on sale.....	92
3.1.9.1. A análise.....	93
3.1.10. Texto 8: Todo mundo fala assim.....	98
3.1.10.1. A análise.....	100
3.1.11. Texto 9: O poder da palavra.....	107
3.1.11.1. A análise.....	113
3.1.12. Texto 10: Falar e escrever: eis a questão.....	118
3.1.12.1. A análise.....	125
3.1.13. Texto 11: Todo apoio ao MST.....	137
3.1.13.1. A análise.....	138
Capítulo 4 - Mídia e Língua: uma relação necessária e conflitante.....	140
Referências.....	153

TÂNIA BRAGA GUIMARÃES

CONCEPÇÕES DE LÍNGUA/LINGUAGEM NAS PÁGINAS DA REVISTA VEJA

Dissertação apresentada ao Programa de
Mestrado em Letras da Universidade Estadual
de Maringá, pela seguinte banca examinadora:

Aprovado em:

Profª Drª Ingedore Grunfeld Villaça Koch
Universidade Estadual de Campinas

Profª Sônia Aparecida Lopes Benites
Universidade Estadual de Maringá

Profª Marilurdes Zanini
Universidade Estadual de Maringá

0. Introdução

A construção da imagem de língua e de falantes nos veículos de comunicação é algo que diz respeito à sociedade, já que a língua permeia, perpassa, atravessa todas as relações e, evidentemente, pode ser usada como forte fator de preconceito. Como acreditam esses veículos que os brasileiros fazem uso da Língua Portuguesa (LP)? Para eles, os brasileiros fazem um “bom” uso ou um “mau” uso do idioma? Baseados em quais parâmetros constroem sua tese e a imagem de seu ensino de LP nas escolas?

Partindo desses questionamentos, esta pesquisa tem como proposta temática uma análise das concepções de língua subjacentes e da imagem construída sobre seu ensino em textos midiáticos da revista *Veja* que abordam o uso da LP.

A motivação para esse empreendimento surgiu porque parece haver uma verdadeira “batalha” entre gramáticos tradicionais e lingüistas, na mídia, além do fato de restar a impressão de que apenas os primeiros têm seus discursos autorizados e reforçados nesses veículos:

Parece que estamos em guerra. Os gramáticos não concordam entre si. Os lingüistas brigam com os gramáticos tradicionais. Professores da mesma instituição não se entendem, vão aos jornais e expõem ao público os pontos discordantes a respeito do ensino da língua portuguesa. Jornais e revistas publicam artigos que dão aos leitores a impressão de que o ensino do português tornou-se caótico. As brigas e mal-entendidos, nas suas manifestações multiformes, desorientam os professores que, nesta altura dos acontecimentos, se perguntam: o que fazer? O que ensinar? (Staub, 1987, p.18).

Essas palavras de Augustinus Staub são de 1987; mas, se não fosse citada a data, certamente, dir-se-ia tratar-se de um texto atual, uma vez que, passados dezesseis anos, a situação em que se encontram o ensino e as matérias sobre LP na mídia poderiam ser identicamente descritas e as reações provocadas também.

Acreditar na necessidade de compreender como as questões da LP e seu ensino são abordadas na mídia, no que diz respeito ao uso da escrita e da gramática por parte de seus falantes, é a justificativa primeira deste trabalho. Nessas abordagens, parece existir um consenso, disseminado, em grande parte do País e, revelado na mídia, de que os falantes brasileiros são “péssimos” usuários de seu próprio idioma, ignorantes

das regras de “bom uso” e necessitam de aulas de LP para conhecê-las. E o mais intrigante é a indignação contida nas indagações veladas: como podem os falantes de uma língua fazer um uso tão “insatisfatório” dos recursos disponíveis? Onde estariam as falhas? Nos professores? Nos alunos? Na escola? Na metodologia de ensino? Por que, depois de tantos anos aprendendo metalinguagem - em muitos casos apenas metalinguagem - a população, de uma forma geral, depara-se com tantas dúvidas e inabilidade no momento de se comunicar, as quais abrem caminho para o surgimento de cursos extra-curriculares, de venda de “apostilas” e gramáticas prescritivas? E o que dizer sobre a imagem que a sociedade faz a respeito do ensino e o uso da língua materna - LM?

Para encontrar respostas a essas indagações, buscam-se, na revista *Veja*, de circulação nacional, textos que se propõem a discutir questões afetas ao uso da LP pelos brasileiros, com o objetivo de entender quais são as concepções de linguagem que embasam essas reportagens e, conseqüentemente, a desse veículo de comunicação. Para mais bem entendê-las, cabe também perguntar quem são as pessoas autorizadas a opinar sobre tais questões e como ocorre o que será chamado aqui de “processo de autorização”, ou seja, como é construído o testemunho de autoridade.

Todas as indagações supracitadas se fecham no foco de nossa pesquisa: Quais concepções de língua constituem o imaginário de jornalistas em relação à LM e constroem, direta ou indiretamente, algumas “verdades” quanto às concepções de seu ensino?

Para dar conta de respostas satisfatórias, iniciou-se a organização de um *corpus*, a partir de alguns critérios. O primeiro, foi o de selecionar aquelas cujo tema fosse a LP e seu uso, independentemente de sua tipologia - entrevista, reportagem, nota, tampouco da extensão e dos sub-temas abordados; enfim, fez-se um levantamento de reportagens do período compreendido entre 1997 e 2002.

O início do período, 1997, justifica-se por coincidir com um momento importante para a educação brasileira: o lançamento dos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs – que surgiram com o objetivo de estabelecer diretrizes para o ensino das

diversas disciplinas, incluindo a LP. A leitura do documento deixa transparecer seu embasamento nos avanços da ciência da linguagem, a Lingüística.

O propósito inicial da dissertação era de analisar também as concepções em outros veículos midiáticos. Os jornais foram abandonados, no momento da delimitação do *corpus*, por ser praticamente inviável resgatar tantos textos, que certamente seriam encontrados. Revistas, que também fariam parte do *corpus*, *VOCÊ S/A*, *Exame*, *Nova Escola*, com textos interessantíssimos sobre a LP, certamente viriam a enriquecer o presente trabalho; porém, os números do período estavam incompletos e não foi possível resgatá-los a fim de coincidir com a delimitação da Veja. Optando-se por textos de um só veículo, Veja, o trabalho poderia ser mais aprofundado.

Assim sendo, a pesquisa estabelece o seguinte objetivo geral: Refletir sobre a construção da imagem de língua e de falantes nos textos midiáticos, a partir da apreensão das concepções de linguagem a eles subjacentes.

E os seguintes específicos com suas ampliações:

1) Depreender:

- a) as concepções de ensino e de uso de língua pertencentes ao imaginário de autores de textos midiáticos que abordam questões afetas à LP;
- b) os objetivos do ensino-aprendizagem de LM que atravessam o discurso de textos midiáticos;
- c) a ocorrência e/ou recorrência de mitos referentes ao uso e ao ensino de LM.

2. Desencadear:

- a) uma discussão com vistas a um trabalho mais efetivo com a LP em sala de aula.
- b) crítica à mídia contemporânea.

Metodologia

a) da pesquisa

Para a execução da pesquisa e no intuito de atingir os objetivos propostos, percorrem-se os pressupostos da Lingüística Aplicada e contribuições,

fundamentalmente, das Teorias Lingüísticas. Orientada por tais pressupostos, a pesquisa obedeceu aos seguintes passos:

- Consulta de todos os números da revista *Veja*, a partir da entrevista do dia 10/09/1997 até 12/2002.
- Seleção de matérias, cuja temática era a LP, em número de treze;
- Leitura das matérias, que organizam, assim, o *corpus*;
- Enfoque das informações encontradas;
- Confronto das informações com as do referencial teórico e da literatura pertinente à Gramática e à Lingüística;
- Agrupamento das matérias por similaridades de informações e problemáticas levantadas;
- Classificação das matérias;
- Discussão dos resultados.

b) da organização do trabalho

1) Teoria

Capítulo 1 - Discussão preliminar: trata da contextualização do tema.

Nesse primeiro capítulo, contextualiza-se o que se espera do ensino de LP. Essa contextualização serve de contraponto com o que a mídia veicula sobre o ensino de LP.

Capítulo 2 - Mídia e Língua: uma relação necessária?

No segundo capítulo, discute-se da área jornalística, como instituição formadora de opiniões e como veículo que se propõe a divulgar matérias sobre LP.

Capítulo 3 - Mídia e Língua: uma relação conflitante?

O capítulo três é dedicado à análise de cada matéria sobre a LP, à luz das teorias apresentadas nos dois primeiros capítulos.

Capítulo 4 - Mídia e Língua: uma relação necessária e conflitante.

Capítulo conclusivo, no qual se amarram as matérias aos objetivos oficiais (PCNs) do ensino da LM.

Capítulo 1

Discussão preliminar: apresentação da situação

Acham-se as ciências acima do alcance dos homens e são facilmente destruídas e extintas pelos ventos da opinião vulgar (Bacon, 1999, p.73).

1.1. Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) e o objetivo do ensino de Língua Materna (LM)

Organizado a partir das teorias lingüísticas vigentes, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) evidenciam a lingüística “travestida” pelo linguajar da equipe técnica do Ministério da Educação e Cultura. Nos PCNs (1997), encontra-se o objetivo do ensino de LP: espera-se que os alunos, ao longo dos oito anos do ensino fundamental, adquiram progressivamente uma competência em relação à linguagem que lhes possibilite resolver problemas da vida cotidiana, ter acesso aos bens culturais e alcançar a participação plena no mundo letrado. Enfim, proporcionar-lhes a chamada competência comunicativa (CC)¹. Esse objetivo pode parecer óbvio, entretanto, não o é.

Para comprovar a sua não-obviedade, é preciso resgatar na memória algumas aulas tradicionais, nas quais os professores exigiam de seus alunos a redação de textos próximos dos de autores consagrados, tal como a experiência, descrita por Franchi, e vivenciada nas aulas de LM de quando estava nas 7ª e 8ª séries, do então nível ginásial (apud Geraldi, 1996, p.106-7, grifo nosso):

Propunha-se como objetivo fundamental dos estudos gramaticais e da redação, levar-nos, seus alunos, o mais próximo possível do estilo dos “mestres”. Um dos seus exercícios favoritos era o de “desmanchar” pequenos textos do Eça e propô-los à reconstrução dos alunos. **O campeão**, premiado com a melhor avaliação e com a melhor posição na sala de aula (onde havia a “cabeça” da fila, para o melhor, e o “rabo”, para o pior), **era quem mais se aproximasse, ao refazer o texto, da versão original.**

O relato, provavelmente familiar a muitos outros, traz à tona a questão da CC. O aluno submeter-se-ia a tal atividade, mas posteriormente, em uma situação real de

¹ Esse conceito é de fundamental importância nesta pesquisa. Vide seção 1.1.1.

comunicação, na qual não se pede a imitação de um modelo, encontraria dificuldades em produzir “seu” texto, porque não desenvolveu a devida CC.

A escola deve, para atender a esse objetivo de competência em relação à linguagem, formar alunos que sejam escritores competentes, que, de acordo com os PCNs (1997, p.47), são aqueles capazes de elaborar textos coerentes, coesos e eficazes; de reconhecer os objetivos de seu texto e selecionar o gênero de acordo com esses objetivos; de olhar para o próprio texto como um objeto e verificar se está confuso, ambíguo, redundante, obscuro ou incompleto; de revisá-lo e reescrevê-lo até considerá-lo satisfatório para o momento.

Os PCNs de 5ª à 8ª série trazem os conteúdos referentes à prática de produção de textos, já que é por meio de textos que o indivíduo interage na sociedade via linguagem (p.58-9):

* redação de textos, considerando suas condições de produção:
- finalidade;
- especificidade do gênero;
- lugares preferenciais de circulação;
- interlocutor eleito;
* utilização de procedimentos diferenciados para a elaboração do texto;
- estabelecimento do tema;
- levantamento de idéias e dados;
- planejamento;
- rascunho;
- revisão (com intervenção do professor);
- versão final;
* utilização de mecanismos discursivos e lingüísticos de coerência e coesão textuais, conforme o gênero e os propósitos do texto, desenvolvendo deferentes critérios:
- de manutenção da continuidade do tema e ordenação de suas partes;
- de seleção apropriada do léxico em função do eixo temático;
- de manutenção do paralelismo sintático e/ou semântico;
- de suficiência (economia) e relevância dos tópicos e informações em relação ao tema e ao ponto de vista assumido;
- de avaliação da orientação e força dos argumentos;
- de propriedade dos recursos lingüísticos (repetição, retomadas, anáforas, conectivos) na expressão da relação entre constituintes do texto;
* utilização de marcas de Segmentação em função do projeto textual:
- título e subtítulo;
- paragrafação;
- periodização;
- pontuação (ponto, vírgula, ponto-e-vírgula, dois-pontos, ponto-de-exclamação, ponto-de-interrogação, reticências);
- outros sinais gráficos (aspas, travessão, reticências);
* utilização de recursos gráficos orientadores da interpretação do interlocutor, possíveis aos instrumentos empregados no registro do texto (lápis, caneta, máquina de escrever, computador);

- fonte (tipo de letra, estilo – negrito, itálico -, tamanho da letra, sublinhado, caixa alta, cor);
- divisão de colunas;
- caixa de texto;
- marcadores de numeração;
* utilização dos padrões de escrita em função do projeto textual e das condições de produção.

Enfim, são várias habilidades a serem desenvolvidas nas escolas quanto à língua oral e escrita. Espera-se que a sala de aula seja o espaço privilegiado no qual o aluno acessará tais recursos com a mediação do professor, para que os adote em um momento de interlocução real.

1.1.1. Competência comunicativa: o que é? o que a garante?

A questão da CC é central neste estudo, já que as matérias escolhidas para a análise denunciam a sua ausência ao falante brasileiro. Parece haver um consenso de que o objetivo de ensinar LP a quem a tem como LM vai muito além de proporcionar-lhe a norma padrão:

Ao dar aula de uma língua para falantes nativos dessa língua é sempre preciso perguntar: "Para que se dá aulas de uma língua para seus falantes?" ou, transferindo para o nosso caso específico, "Para que se dá aulas de Português a falantes nativos de Português?" (Travaglia, 2002, p.17).

Como bem lembra Travaglia (2002), o principal objetivo é que o aluno adquira a CC, que nada mais é que a capacidade do usuário de empregar adequadamente a língua nas diversas situações de comunicação.

O autor (2002) subdivide a CC em: competência *gramatical* ou *lingüística*, que seria a capacidade do usuário da língua de gerar seqüências lingüísticas gramaticais; e *competência textual*, na qual está compreendida a capacidade formativa, capacidade transformativa e capacidade qualificativa.

A capacidade de produzir textos considerados bem formados advém da competência textual, que implica outras três habilidades: 1) a produção e compreensão de um número ilimitado de textos, atividades possibilitadas pela capacidade formativa; 2) a transformativa, que possibilita ao usuário modificar um texto de maneiras variadas

e com fins igualmente variados; 3) a de reconhecer a qual tipologia pertence um texto, que é possível a partir da capacidade qualificativa.

É evidente que a escola desejará desenvolver nos alunos essas competências e falhará em seu papel, se não alcançá-las. Vestibulares mostram que, ao término do ensino médio, um número considerável de estudantes não adquiriram a CC desejável. Porém, não parece justo supor, por isso, que ninguém saiba falar ou escrever no Brasil, ou que os milhões de falantes maculam a LP.

Além de acusado de incompetente lingüístico, parece que o próprio brasileiro se sente assim, sua insegurança quanto à “correção” de sua fala e escrita talvez explique o sucesso dos encartes gramaticais em jornais, paliativos, na solução desse “problema”.

Nesse contexto, surgem os defensores da norma culta como a única forma de proporcionar a CC. Há evidências de que a enfatizar a metalinguagem gramatical faz com ele se perca entre tantas terminologias e continue sem progredir em CC. Somente saber reconhecer o sujeito da oração, o objeto direto, objeto indireto, verbo transitivo e verbo intransitivo lhe permitirá produzir um texto claro e adequado? Ou isso é um elemento a mais que a favorecerá?

Dessa forma, convém apresentar outro objetivo para o ensino de LP estabelecido nos PCNs (1997). Além da CC, o indivíduo deve desenvolver também a competência discursiva, compreendida como "a capacidade de produzir discursos - orais ou escritos - adequados às situações enunciativas em questão, considerando todos os aspectos e decisões envolvidos nesse processo" (p.29).

1.1.2. PCNs e o ensino de gramática

Discutidos os objetivos do ensino de LP de uma maneira mais abrangente, torna-se fundamental buscar as recomendações dos PCNs (1998) para o trabalho que deve ser feito especificamente com a "gramática". Primeiramente, quanto à seleção dos conteúdos:

Deve-se ter claro, na seleção dos conteúdos de análise lingüística, que a referência não pode ser a gramática tradicional. A preocupação não é

reconstruir com os alunos o quadro descritivo constante dos manuais de gramática escolar (por exemplo, o estudo ordenado das classes de palavras com suas múltiplas subdivisões, a construção de paradigmas morfológicos, como as conjugações verbais estudadas de um fôlego em todas as suas formas temporais e modais, ou de pontos de gramática, como todas as regras de concordância, com suas exceções reconhecidas). O que deve ser ensinado não responde às imposições de organização clássica de conteúdos na gramática escolar, mas aos aspectos que precisam ser tematizados em função das necessidades apresentadas pelos alunos nas atividades de produção, leitura e escuta de textos (p.28-9).

Metodologicamente, a recomendação seria não reproduzir a clássica ordem de apresentar ao aluno uma definição de uma classe gramatical, seguida das suas classificações para, por último, partir para a reflexão ou exercícios. Ainda nos PCNs, a indicação para o trabalho com os fatos “corresponde a uma prática que parte da reflexão produzida pelos alunos mediante a utilização de uma terminologia simples e se aproxima, progressivamente, pela mediação do professor, do conhecimento gramatical produzido” (p.29).

Reconhece o documento que o resultado da adoção dessa prática de estudo pode não chegar aos mesmos resultados da GT e corrobora-se, dessa forma, a certeza dos estudiosos da linguagem, de que a GT não corresponde aos usos atuais da linguagem, o que evidencia o quão afinado aos avanços das pesquisas científicas da área o documento está:

Isso implica, muitas vezes, chegar a resultados diferentes daqueles obtidos pela **gramática tradicional, cuja descrição, em muitos aspectos, não corresponde aos usos atuais da linguagem**, o que coloca a necessidade de busca de apoio em outros materiais e fontes (p.28, grifo nosso).

Dessa maneira, o trabalho proposto nos PCNs visa a romper com uma tradição de conteúdos, assim como de uma prática escolar. A proposta sugere um direcionamento do ensino a partir da reflexão dos alunos, para se chegar ao conhecimento da metalinguagem, e não descrever incansavelmente as estruturas disponíveis, saturando os alunos de terminologias; prática que se revelou improdutiva, já que unilateral.

Essa questão é polêmica e já houve quem defendesse a não necessidade de se ensinar gramática na escola, relativizando a sua importância, tipo de discussão que propiciou a Sírrio Possenti escrever seu livro *Por que (não) ensinar gramática na escola*. A par da crítica a tais defensores, hoje, pode-se afirmar que o ponto com o qual

estudiosos de diversas linhas concordam é o de que a gramática deve ser ensinada com o objetivo de ancorar a CC e inserida nos contextos de produção textual, já que todos querem que o aluno alcance a CC. Sobre essa problemática, pode-se encontrar nos PCNs:

[...] não se justifica tratar o ensino da gramática desarticulado das práticas de linguagem. É o caso, por exemplo, da gramática que, ensinada de forma descontextualizada, tornou-se emblemática de um conteúdo estritamente escolar, do tipo que só serve para ir bem na prova ou passar de ano – uma prática pedagógica que vai da metalíngua para a língua por meio de exemplificação, exercícios de reconhecimento e memorização de terminologia. Em função disso, discute-se se há ou não necessidade de ensinar gramática. **Mas essa é uma falsa questão: a questão verdadeira é o que, para que e como ensiná-la**” (p.28, grifo nosso).

Além da gramática ensinada de forma descontextualizada, emerge um outro problema que consiste na tentativa de “vencer” os conteúdos. O aluno é saturado de regras na “esperança” de que, quanto mais exposto a elas, menos dificuldade terá ao escrever. O resultado é certamente frustrante, pois só a memorização de terminologias não traz como consequência o desenvolvimento da habilidade da escrita:

Em primeiro lugar: *os objetivos da disciplina estão mal colocados*. Muitos professores dizem (e acreditam) que o estudo da gramática é um dos instrumentos que levarão o aluno a ler e escrever melhor –ou, para ser mais exato, o levarão a um domínio adequado da linguagem padrão escrita. Esse motivo é alegado constantemente, quando se quer defender a presença da gramática no currículo. Ora, não existe um grão de evidência em favor disso; toda a evidência disponível é em contrário. Vamos pensar um momento: se é preciso saber gramática para escrever bem, será de esperar que as pessoas que escrevem bem saibam gramática – ou, pelo menos que as pessoas que sabem gramática escrevam bem. Será que isso acontece? Meu autor brasileiro favorito é Luís Fernando Veríssimo; (...) Mas o Veríssimo não sabe praticamente nada de gramática (...) **saber gramática não é garantia de escrever bem. Quantas gramáticas são vazadas em estilo confuso e deselegante?** (PERINI, grifo nosso, p. 49-50).

Com o exemplo de Veríssimo², Perini nos faz repensar a importância de dominar a nomenclatura gramatical para melhorar o desempenho lingüístico. Quantos professores de redação não se depararam com textos perfeitamente enquadrados na norma culta, mas que não apresentavam um conteúdo compreensível?

Bagno (2001) complementa: “O ensino da gramática normativa mais estrita, a obsessão terminológica, a paranóia classificatória, o apego à nomenclatura – nada disso serve para formar um bom usuário da língua em sua modalidade culta” (p.119). Essa fala de Bagno é interessante, pois, mesmo que por concepções aparentemente diferentes, mostra uma preocupação em comum com os gramáticos: formar um usuário da norma culta. Se o objetivo é comum... Onde estaria a diferença? Justamente nas concepções que permeiam o ensino de LM e, em decorrência, nas abordagens de seus conteúdos.

A questão de formar um usuário da norma culta merece ser mais discutida, pois semanticamente esse termo assume significação diversa, dependendo dos pesquisadores e professores envolvidos, não sendo, portanto, um termo fácil, que faz automaticamente surgir uma representação X.

Hoje, apesar de a escola ter embasado seu ensino na GT, as revistas e jornais trazem em suas páginas que os brasileiros precisam de aulas do idioma que é sua LM. De que forma teria surgido o descompasso entre o que tradicionalmente se ensinou e o que é concretizado (na visão da mídia um português de baixo nível)? Essa noção de que o povo não sabe falar português pode ser pensada a partir da declaração de Possenti:

Uma das frases mais correntes sobre alunos ou outros cidadãos pouco cultos é que *falam tudo errado*. Ela tem sido empregada tanto em relação alunos quanto em relação a alunos quanto em relação a pessoas de certas classes sociais, ou de outras regiões do país. Não há nada mais errado do que pensar que aqueles de quem se diz que falam errado falam *tudo* errado. Nós já sabemos que a idéia segundo a qual se fala errado (quando não se fala como falamos ou como gostaríamos que se falasse) é uma idéia cientificamente problemática, para dizer o mínimo (1996, p. 41-2).

Há um embate entre os que defendem o ensino não exclusivo de metalinguagem e os que acreditam que ela é a única forma de ter-se um domínio efetivo da língua. Os gramáticos acusam os lingüistas de uma permissão de “vale tudo”, que nega o direito do indivíduo de dominar um padrão lingüístico de prestígio que lhe traria benefícios, entre eles, a ascensão social. Afirma Possenti (1996):

² Fernando Veríssimo é considerado um dos melhores escritores da língua portuguesa na atualidade. Seu sucesso com o público brasileiro mereceu matéria de capa da revista Veja, edição 1793, de 12 de março de 2003.

talvez deva repetir que adoto sem qualquer dúvida o princípio (quase evidente) de que o objetivo da escola é ensinar o português padrão, ou talvez mais exatamente, o de criar condições para que ele seja aprendido. Qualquer outra hipótese é um equívoco político e pedagógico (p.17).

E acrescenta “O equívoco, aqui, parece-me, é o de não perceber que os menos favorecidos socialmente só têm a ganhar com o domínio de outra forma de falar e escrever” (p.18). Portanto, Possenti, recoloca a questão em seu devido lugar. Se houve quem defendesse o não-ensino da gramática, o fez por uma não-compreensão da idéia de que a gramática não é a única interface da língua que interessa, desvirtuando, assim, um repensar de seu ensino.

1.2. Norma culta

A questão da norma culta é bastante polêmica hoje em dia, porque, se antes, a norma culta era um conjunto de regras que deveriam ser respeitadas e ponto; se não havia questionamentos sobre a sua validade como modelo a ser seguido, eles surgiram com as descobertas e os avanços da Linguística, ciência 'nova', que vem pôr em discussão inúmeros conceitos gramaticais, com tradição de mais de dois mil (2000) anos. Percebeu-se, assim, a relatividade do termo “norma” acrescido do adjetivo culta: “Só o século XX vai balançar o prestígio da norma normativo-prescritiva. Remonta a vinte e três séculos o instalar-se de uma tradição de reflexão sobre as línguas que, ao mesmo tempo, busca a descrição e a correção lingüística” (SILVA, 2002, p.15).

Atualmente, e cada vez mais, há a confrontação entre a norma culta e o uso efetivado pelos falantes da LP; confrontação atribuída a uma confusão que tem seu início na própria conotação do termo norma, que, segundo Savioli e Fiorin (2003), tem duas acepções básicas:

a) regra que determina como alguma coisa deve ser; modelo de alguma coisa; preceito a ser seguido; b) estado habitual; costume concordante com a maioria dos casos; o que é uso corrente. Na primeira acepção, temos a determinação de um ideal, a orientação do que deve ser; na segunda, temos a constatação do real, a descrição do que de fato é. O *dever ser* marca a diferença entre o que existe e o que regula a existência, enquanto o *ser* não leva em conta necessariamente a prescrição da regra. Numa língua, como o português, a palavra *norma* corresponde, de um lado, à idéia de obediência a um preceito,

de julgamento de valor; de outro, à concepção de média, de frequência estatística, de tendência geral ou habitual. Cada um desses sentidos produziu um adjetivo diferente: *normativo* está relacionado ao primeiro significado; *normal*, ao segundo. Com efeito, *normativo* implica conformidade com uma regra e corresponde melhor à idéia tradicional de gramática como a "arte de escrever e falar corretamente". *Normal* diz respeito à determinação e à descrição de uma normalidade, de um fato corrente e geral e, por isso, está relacionado ao uso (SAVIOLI; FIORIN, apud NEVES, p. 10).

Só essas duas acepções já são suficientes para causar embate entre os lingüistas e gramáticos e, certamente, a segunda delas sequer chega a ser conhecida pela maioria dos falantes, que acreditam ser a norma culta um termo para definir um modo de falar e escrever "corretamente". Essa dubiedade não chega ao conhecimento da massa. "Na metalinguagem da Lingüística a polissemia do termo norma é conhecida" (SILVA, 2002, p. 14).

Silva (2002) faz uma distinção entre os conceitos de norma muito parecida com a esboçada por Platão e Fiorin. Para ela, **norma normativo-prescritiva**, **norma prescritiva** ou **norma padrão** são sinônimos e um conceito tradicional idealizado pelos gramáticos pedagogos. Segundo a autora, a norma das gramáticas pedagógicas se repete de gramático para gramático e distancia-se do uso efetivo. Sua atualização está condicionada às imposições. A autora define como **normas normais** ou **sociais** as que constituem a rede social de uma determinada sociedade. Dentre elas, existiriam as "sem prestígio" ou "estigmatizadas" e as de "prestígio".

Outro aspecto importante da norma, considerada culta, é que ela teria seu começo marcado por um erro clássico (SILVA, 1994, p. 12):

A precedência da língua escrita e a seleção de uma determinada variedade, como a melhor, de uma língua - objetivos da gramática (etimologicamente "a arte de escrever") - já estão explicitamente entre os filólogos - gramáticos de Alexandria, século III a.C.; constituem o "erro clássico", como o designa Lyons (1979:9), da gramática tradicional.

Além dessas acepções, há a utilizada pelos pesquisadores do projeto NURC¹, os quais estabeleceram os critérios para conceituá-la: falantes de mais de 25 anos, homens e mulheres, curso universitário completo, moradores nascidos no local

¹ Norma Urbana Culta, projeto de Ataliba Castilho, que sobre o qual se discute na análise do texto *Todo Mundo Fala Assim*, do terceiro capítulo.

investigado, e cujos pais também o fossem. A pesquisa foi feita em Porto Alegre, Salvador, São Paulo, Recife e Rio de Janeiro.

Nesse trabalho, aceita-se a possibilidade de adoção de ambos os conceitos de norma, como normal, usual e recorrente ou como regra, desde que em cada situação de seu emprego, explique-se qual definição está em questão naquele contexto. O esclarecimento desses conceitos bem poderia aparecer também nos textos midiáticos aqui elencados, já que eles se propõem a discutir a LP. Apesar da aceitação de ambas concepções, este trabalho privilegia a norma entendida como usual nas concretizações dos falantes, por entendê-la, principalmente, como um lugar de interação, no qual os seus usuários têm papel determinante.

Por todas as implicações expostas, embora o debate sobre a LP comumente use a palavra norma de forma unívoca, fica evidente a necessidade de explicitação à qual conceito se refere em determinado momento sob pena de gerar confusões teóricas.

1.3. Concepções de língua

Discutir como a mídia contribui para moldar a imagem de falante de LP a partir de suas concepções de língua e linguagem obriga a retomar as concepções comumente adotadas em divergentes linhas de estudo e que contribuíram na definição dos conteúdos e dos métodos a serem adotados na escola, são elas: concepção tradicional de língua, concepção estrutural e concepção interacionista (KOCH, 2003).

A primeira considera a linguagem *expressão do pensamento*, logo, se as pessoas não se expressam bem é porque não pensam, ou não pensam bem, não conseguem organizar as idéias, segundo uma lógica. "A enunciação é um ato monológico, individual, que não é afetado pelo outro nem pelas circunstâncias que constituem a situação social em que a enunciação acontece" (TRAVAGLIA, 2002, p.21). Como há regras a serem seguidas para a organização lógica do pensamento, há, em decorrência, normas gramaticais do bem falar e escrever. Nessa concepção, enquadram-se os estudos tradicionais que resultam no que se conhece como gramática normativa.

Na segunda, a linguagem *instrumento de comunicação* e "a língua é uma *estrutura* disponível ao uso dos falantes, mas sobre a qual possuem reduzida atuação"

(KOCH, 2003). Nessa perspectiva, "a língua é vista como um código, ou seja, como um conjunto de signos que se combinam segundo regras, e que é capaz de transmitir uma mensagem, informações de um emissor a um receptor" (TRAVAGLIA, 2002, p.22). Essa concepção aproxima-se da primeira por seu caráter igualmente monológico. O emissor codifica, o receptor decodifica; portanto, ambos devem dominar o mesmo código para efetivar a transmissão de informações.

A terceira considera a língua um *lugar de interação* de sujeitos ativos (KOCH, 2003). Mesmo porque, segundo Travaglia (2002), e antes dele Austin, o indivíduo, ao usar a língua, faz algo superior a uma simples tradução ou exteriorização do pensamento. Ele realiza ações, age, atua sobre o interlocutor. Esta última é a mais divergente das anteriores, pois considera que há efeitos de sentidos nos interlocutores, assim como o contexto sócio-histórico e ideológico de produção interfere na sua concretização.

A escola privilegiou durante anos o ensino da tradição gramatical e sustentou a crença de que a língua era expressão do pensamento; dessa forma, quem falava ou escrevia "errado" pensava mal.

Na análise dos textos midiáticos, optou-se por entender a língua dentro da terceira concepção, uma vez que as primeiras são possíveis, mas, indubitavelmente, redutoras de todos os fenômenos que constituem o ato de comunicação.

A língua não pode ser apenas expressão do pensamento porque o indivíduo, ao "errar", erra dentro de um determinado contexto sócio-histórico, e isso nada tem a ver com a sua forma de pensar; o contrário, acreditar um escrito sem "erros" reflete um pensamento claro e organizado, soaria analogamente estranho, pois ao escrever, lança-se mão de recursos aprendidos, na escola (ou de outra forma), seleciona-se palavras e construções convenientes e, como se sabe, esse processo de elaboração textual leva horas, dias, semanas, meses ou anos, claro, dependendo da extensão do trabalho e dos propósitos de seu autor. O resultado da atividade escrita é um ato muito consciente para ser associado ao pensamento que, em sua alta velocidade, é essencialmente confuso. O mesmo pode ser dito quanto à fala, na qual em questão de segundos, empreende-se um incrível processo de filtração, o que impede de conceber

a linguagem como expressão do pensamento. Poder-se-ia afirmar que a fala, ainda que fragmentada, é muito mais organizada que o pensamento.

Entender a língua como meio de comunicação é reducionista, pois assume-se apenas uma faceta da linguagem, quando, de fato, ao participar de um ato comunicativo, pretende-se, na maioria das vezes, atuar sobre o interlocutor, fazê-lo tomar atitudes, conquistá-lo para uma causa, entre milhões de outras intenções.

Além de considerar as primeiras concepções limitadoras, influenciou igualmente na escolha da terceira concepção para permear as análises a compreensão dos PCNs sobre a língua²:

Linguagem aqui se entende, no fundamental, como ação interindividual orientada por uma finalidade específica, um processo de interlocução que se realiza nas práticas sociais existentes nos diferentes grupos de uma sociedade, nos distintos momentos de sua história (1998, p.20).

A concepção de língua adotada pelo documento é bem mais satisfatória e, inclusive, contrária as primeiras: “pela linguagem se expressam idéias, pensamentos e intenções, se estabelecem relações interpessoais anteriormente inexistentes e se influencia o outro, alterando suas representações da realidade e da sociedade e o rumo de suas (re)ações”(PCNs, 1998, p.20).

1.4. Mitos

São diversos os mitos recorrentes no cotidiano quanto à LP. Muitos espalhados leigos, do ponto de vista do conhecimento escolarizado de LP e de sua metodologia de ensino. Ou seja, possuem CC, mas não uma grande noção de como os fenômenos da linguagem se processam; outros, partem justamente de quem a têm como instrumento de trabalho, os professores de LM. Quem tiver a possibilidade de viajar pelo Brasil constatará inúmeras diferenças na concretização da LM pelos milhões de brasileiros. Não são todas bem consideradas perante a sociedade, que elegeu uma única: a culta.

² A concepção de língua adotada pelos PCNs pode ser encontrada na seção intitulada Ensino e natureza da linguagem (1998, p.19-20).

Faz-se pertinente a esta pesquisa a lista feita por Bagno (2001) dos oito mitos recorrentes sobre a LP e seu ensino:

- Mito 1- A língua portuguesa falada no Brasil apresenta uma unidade surpreendente.
- Mito 2- Brasileiro não sabe português/ Só em Portugal se fala bem português
- Mito 3- Português é muito difícil.
- Mito 4- As pessoas sem instrução falam tudo errado.
- Mito 5- O lugar onde melhor se fala português no Brasil é o Maranhão.
- Mito 6- O certo é falar assim porque se escreve assim.
- Mito 7- É preciso saber gramática para falar e escrever bem.
- Mito 8- O domínio da norma culta é um instrumento de ascensão social.

A explicação para o surgimento de tais mitos só pode estar na concepção de língua de seus criadores. Para observar se coincidem com os que possam aparecer nas reportagens, primeiramente, interessam os mitos 2, 4, 7 e 8 por, aparentarem maior difusão. Nos PCNs, essa questão é assim considerada:

Para cumprir bem a função de ensinar escrita e a língua padrão, **a escola precisa livrar-se de vários mitos**: o de que existe uma forma “correta” de falar, o de que a fala de uma região é melhor do que a de outras, o de que fala “correta” é a que se aproxima de língua escrita, o de que o brasileiro fala mal o português, o de que o português é uma língua difícil, o de que é preciso “consertar” a fala do aluno para evitar que escreva errado (1998, p.31, grifo nosso).

Ou seja, os mitos de Bagno coincidem com os preconceitos apresentados pelos PCNs, nos quais ainda é feita a seguinte afirmação:

Essas **crenças insustentáveis** produziram uma prática de mutilação cultural que, além de desvalorizar a fala que identifica o aluno e sua comunidade, como se essa fosse formada de incapazes, denota desconhecimento de que a escrita de uma língua não corresponde a nenhuma de suas variedades, por mais prestígio que uma delas possa ter (1998, p.31, grifo nosso).

1.4.1. Preconceito lingüístico

Continuando, Bagno (2001) credita o preconceito lingüístico à confusão criada, no curso da história, entre *língua* e *gramática normativa*. Para ele, é preciso desfazê-la rapidamente. Argumenta que “uma receita de bolo não é um bolo, o molde de um

vestido não é o vestido, um mapa-múndi não é o mundo...” Também a gramática não é a língua.

A preocupação dos lingüistas com a exclusão decorrente da falta de domínio da norma culta cria um conflito entre professores, filólogos e gramáticos que adotam uma visão tradicional do ensino de LP e privilegiam, tão somente, a norma culta, desconsiderando as formas variantes. Não se pretende, por meio deste trabalho, convencer, quem quer que seja, de que a norma culta não seja necessária.

1.5. Fenômeno reconhecido

Esta passagem dos PCNs reconhece o fenômeno a ser observado mais detalhadamente nesta pesquisa: a mídia como formadora de uma determinada imagem de falantes e prescritora de como deve ser o uso do idioma, cada vez mais freqüente e facilmente observável por quem se interessa pelas questões da língua:

A imagem de uma língua única, mais próxima da modalidade escrita da linguagem, subjacente às prescrições normativas da gramática escolar, dos manuais e mesmo dos **programas de difusão da mídia sobre “o que se deve e o que não se deve falar e escrever”**, não se sustenta na análise empírica do uso da língua (1998, p.29, grifo nosso).

Bagno chama as prescrições presentes na mídia de “comandos paragramaticais”. Eis o seu comentário sobre o que acontece na mídia:

O vigor dos preceitos e preconceitos tradicionais a respeito da língua pode ser verificado, por exemplo, no fato de, a todo momento, os meios de comunicação divulgarem os avanços feitos por todas as demais ciências e *nunca* mencionarem os **progressos** das ciências da linguagem. Muito pelo contrário: **os meios de comunicação, nos dias de hoje, só dão espaço aos porta-vozes do que há de mais arcaico, obsoleto e retrógrado em termos de concepção de língua** (2002, p.25, grifo nosso).

Possenti, em sua coluna *Littera*, na *Prima Página*³, dedica-se a comentar as matérias midiáticas e seu conteúdo, muitas vezes, em desacordo com os avanços da lingüística.

³ Jornal da *internet*, disponível na página www.primapagina.com.br.

O fato é as colunas sobre LP vêm indignando os profissionais que a estudam. Um dos exemplos aparece na introdução do livro de Mussalim e Bentes (2001) escrita por Possenti:

O livro [de Mussalim e Bentes] trata de temas bastante conhecidos nos meios mais ou menos especializados, **mas nada - eu disse 'nada', não disse 'pouco' - conhecidos nos meios que não se dedicam especificamente a essas questões**, por mais que elas lhe sejam afetas. Este poderia bem ser o caso dos críticos literários, antropólogos, sociólogos, cientistas políticos, psicólogos, e mesmo psicanalistas. [...] Este é um fato curioso, sobre o qual se deveria meditar. Todos conhecemos, mesmo os que devotam apenas ao campo das humanidades, e mesmo às letras, alguma coisa sobre relatividade, *big bang* e universo em expansão, DNA e clonagem. No mínimo. Às vezes, equivocadamente, é verdade, a ponto de confundirem a relatividade relatividade de Einstein com o relativismo de suas convicções... **De qualquer forma, nos campos da Física e da Biologia, faz tempo que a escola e a imprensa diária ultrapassaram Newton e Mendel. Mas nunca - se houver pelo menos um caso, me avisem - ultrapassaram, nem escola, nem imprensa, nem mesmo o ensaísmo dos finais de semana, muito menos as colunas que assolam a mídia, os limiares das gramáticas normativas [...]** Ora, tais gramáticas estão para a Lingüística mais ou menos como Galileu está para a Física Moderna, isso se considerarmos de maneira otimista e generosa os tópicos nos quais discutem a organização interna da língua e sua eventual relação com o mundo, que é o caso da herança filosófica das gramáticas. Quanto ao mais, a atitude é meramente normativa, pré-baconiana nos melhores dos casos, e manual de etiqueta - ruim - nos piores. **O melhor testemunho desse atraso é o sucesso de pseudoprofessores nos meios de comunicação, que nada mais fazem do que repetir materiais do nível das apostilas dos cursinhos, com listas de "problemas" de uso de português falado julgado à luz da língua escrita. [...]** (p. 11-2, grifo nosso).

Possenti aí explicita sua insatisfação com a abordagem conferida à LP na mídia, em relação a outras áreas científicas, como a biologia, por exemplo.

Bagno e Possenti são dois dos autores que mais vêm criticando a postura normativista da mídia perante a LP, por meio de recursos midiáticos, como colunas em páginas na internet, publicação de livros, entre outros.

1.6. Papel da escola e do professor

Diante de concepções tão divergentes: Qual é o papel da escola? Quais conteúdos devem ser trabalhados em sala de aula? Aqui, os autores parecem concordar:

De um lado, não há dúvida de que é papel da escola prover para seus alunos a formação necessária para que eles sejam usuários da língua no padrão

necessário à ocupação de posições minimamente situadas na escala social. (...) O mínimo que se espera da escola é que ela se esforce para **prover à criança toda a apropriação de vivências e de conhecimentos que lhe assegure um domínio lingüístico capaz de garantir a produção de textos adequados às situações**, de modo que ela possa ocupar posições na sociedade (NEVES, p.231, 2002, grifo nosso).

Ao que acrescenta Bechara:

a grande missão do professor de língua materna (...) é transformar seu aluno num **poliglota dentro de sua própria língua**, possibilitando-lhe escolher a língua funcional adequada a cada momento de criação(...) (2001, p.14, grifo nosso).

Gramáticos e lingüistas concordam que a norma-culta⁴ deva ser ensinada, não resta dúvidas quanto à sua importância.

Os PCNs discorrem sobre o papel da escola: “um projeto educativo comprometido com a democratização social e cultural atribui à escola a função e a responsabilidade de contribuir para garantir a todos os alunos o acesso aos saberes lingüísticos necessários para o exercício da cidadania” (1998, p. 19). Possibilitar o aprendizado da cidadania é um objetivo bem mais abrangente em relação a ganhar dinheiro, ter emprego, entre outras razões econômicas. Sobre esse papel é dito ainda: “essa responsabilidade é tanto maior quanto menor for o grau de letramento das comunidades em que vivem os alunos” (1998, p. 19).

1.7. Variação lingüística

Vários autores trataram da questão da variedade lingüística e dos fatores que influenciam nas mudanças sofridas por uma língua. Igualmente, muitos têm tratado do preconceito envolvido na escolha de uma variedade como a ideal, em detrimento de outras que passam a ser desprestigiadas, e das conseqüências advindas dessa postura.

Se há contradições, nas discussões que envolvem a LP e seu ensino, há pelo menos um ponto com o qual todos os estudiosos concordam: a LP muda, sofre alterações com o passar do tempo. Aliás, todas as línguas do mundo sofrem

⁴ Como discutido na seção 1.2. sobre as conotações do conceito de norma.

transformações, pois não são estáticas. Tais mudanças não são muito bem compreendidas pela mídia, que na maior parte das vezes, assume um papel, deveras, bastante conservador. De acordo com Faraco e Mandryk (1988):

Esta é uma das características das línguas humanas; elas mudam constantemente no tempo. A mudança é lenta e contínua: os falantes muitas vezes nem percebem que a língua está mudando, mas o processo é permanente e não há como bloqueá-lo (p.238).

Outra característica das línguas é possuírem variações dentro de um mesmo espaço de tempo. É significativa a diferença entre o português de Portugal, português europeu, e o português de sua ex-colônia, Brasil, que sofreu influências das línguas indígena, africana, italiana, francesa, entre outras. Há quem julgue o primeiro superior e o tenha como modelo de correção. Além disso, há de se considerar as novas concretizações de seus falantes e usuários nos outros países que utilizam a LP.

Essas variações são classificadas por Camacho (1988) em: a) variação histórica, b) geográfica, c) social e d) estilística. Sinteticamente, aqui descritas: a) variação histórica seria a transformação ocorrida através do tempo, que faz com que novas palavras sejam adotadas e outras entrem em desuso; b) variação geográfica seria a que se percebe numa comunidade lingüística relativamente extensa, como o é o Brasil, onde a língua é concretizada de forma diferente nos Estados; c) variação social seria o resultado da tendência para uma maior semelhança entre os atos verbais dos membros de um mesmo setor de sociedade; d) e a variação estilística seria o resultado da adaptação do ato verbal às circunstâncias em que se produz. Leva-se em consideração, nesse caso, o contexto do ato comunicativo. Um indivíduo não fará as mesmas escolhas lingüísticas para uma conversa de bar com os amigos e um depoimento diante de um juiz (p.30-5).

Entretanto, há situações nas quais as variantes não são admitidas devido à sua formalidade, tornando-se obrigatório o uso da norma padrão. Seriam elas: no momento da apresentação de telejornais; em solenidades de formaturas; discursos políticos; notícias veiculadas nos meios impressos; em situações de avaliação, como nos exames vestibulares, nos quais a atenção recairá sobre a escrita. Quando surgem os problemas, pois há falantes que não a dominam e são discriminados por aqueles que a dominam, o que resulta num processo de exclusão social:

Estamos longe de ver o cidadão comum e o professor reconhecendo que a variação lingüística é nada mais que a manifestação evidente da essência e da natureza da linguagem, reconhecendo que há um padrão valorizado, sim, mas que o uso do padrão prestigiado não constitui, em si e intrinsecamente, um uso boa linguagem, e que essa avaliação só ocorre pelo viés sociocultural, condicionado pelo viés socioeconômico (NEVES apud Bastos, 2002, p.47, grifo nosso).

Ao que parece, assim como as variedades são constitutivas das línguas igualmente é constitutiva das sociedades a eleição de uma delas para ser considerada modelo:

Ligadas ao uso lingüístico **existem sempre**, nas **diversas comunidades lingüísticas**, as **modalidades não regradadas da língua**, ao lado de uma modalidade considerada a norma-padrão, à qual se atribuem qualidades "superiores": ela seria mais regular, modelar, e, portanto, deveria ser seguida e perseguida. Isso é particularmente notável na codificação inicial da gramática ocidental, época em que a ameaça de sobrepujamento da língua grega pelos falares "bárbaros", "corrompidos", ou seja, não-gregos, conduziu determinantemente nesse sentido toda a feitura das lições que os gramáticos produziam (NEVES, 2002, p.44).

Nos PCNs (1998), está previsto o trabalho e reconhecimento das variações às quais estão sujeitas as línguas, inclusive a LP. Segundo esse documento, "a variação é constitutiva das línguas humanas, ocorrendo em todos os níveis. Ela sempre existiu e sempre existirá, independentemente de qualquer ação normativa (p.29)."

Ali também se encontra que, quando se fala em LP, está se falando de uma unidade constituída de muitas variedades, devido às diferenças de pronúncia, de morfologia e de construções sintáticas, identificadoras dos falantes de uma comunidade de fala. Reforça-se que não existem variedades fixas e que, de fato, convivem mescladas diferentes variedades lingüísticas.

Gnerre (1998) alerta para o fato de que uma variedade lingüística "vale" o que "valem" na sociedade os seus falantes. E essa afirmação esclarece o que acontece hodiernamente, e aconteceu através dos tempos, na determinação do que seria adequado, culto, e de valor, e o que seria uma linguagem feia, de matutos, caipiras, ou de ignorantes:

E, na verdade, não é propriamente aos gramáticos tradicionais – embora sempre os chamemos de *normativos* – que podemos atribuir a responsabilidade por essa visão distorcida. **É a própria comunidade que, sempre com os olhos no estrato social em que cada um de seus membros possa situar-se,**

busca adequar sua linguagem a padrões prestigiados, e, para isso, busca lições explícitas sobre esses padrões. Se os grandes manuais não trazem essas receitas, ela as vai buscar em livretos de receitas, que lhe digam exatamente e simplistamente quais construções *se pode* ou *não se pode* usar (NEVES apud Bastos, 2002, p.47, grifo nosso).

Cagliari (1999) afirma que, para os já usuários de um dialeto de prestígio, aprendê-lo será relativamente simples; mas, para os que falam uma variedade estigmatizada, será um trabalho equivalente a aprender uma nova língua. Logo, não se pode subestimar a abordagem que deve ser empreendida com as variedades e sua relação com a norma culta.

1.8. Lingüística, gramática tradicional e gramática de usos

A Lingüística, ciência relativamente recente, tem seu surgimento marcado com o trabalho de Saussure e a publicação do *Curso de Lingüística Geral* (1916). Contudo, é possível afirmar que, ainda, é reduzida sua veiculação na escola, porque há entre os pesquisadores e os professores um vácuo criado pela falta de tempo e dinheiro, que dificulta os pesquisadores passarem aos professores as descobertas que poderiam catalizar para o ensino.

Os cursos de curta duração acenam para novos métodos de ensino, mas os professores não conseguem – a vivência permite aqui fazer tal afirmação - por vários motivos, pôr em prática o que aprendem. Esses empecilhos somam-se ao problema das receitas, ou seja, de professores que esperam dos professores-pesquisadores diretrizes para um trabalho seguramente eficiente:

Freqüentemente, pesquisadores são chamados para falar a professores, na esperança de que aqueles apresentem a estes um programa de ensino que funcione. Em certas circunstâncias, espera-se que tal programa funcione sem qualquer outra mudança na escola e nos professores. Espera-se que os especialistas tragam propostas “práticas”. Em geral, um pesquisador não fornece tais programas. Nem adianta fazê-lo. É que, para que o ensino mude, não basta remendar alguns aspectos. É necessário uma revolução. **No caso específico do ensino de português, nada será resolvido se não mudar a concepção de língua e de ensino de língua na escola** (o que já acontece em muitos lugares, embora às vezes haja discursos novos e prática antiga (POSSENTI, 2000, p.16, grifo nosso).

Na mídia, a Lingüística aparece freqüentemente como ciência “estranha” e “exótica” que propõe um vale-tudo lingüístico. Tal incompreensão por parte das redações das Revistas determinou o tema desta dissertação, Rajagopalan assim explica o que acontece:

A total ignorância do que nós, lingüistas, fazemos tem levado o público leigo a achar que somos acadêmicos com idéias estranhas sobre coisas tão comuns como o é, em seu entender, a língua. Sem dúvida, qualquer ciência tende a gerar teses que vão de encontro ao senso comum. Em nosso caso, isso é ainda mais gritante, pois **todo mundo acha que sabe – e sempre soube – muitas coisas sobre a linguagem**. Ou seja, a autoridade do lingüista não é automaticamente aceita pela sociedade ampla (2003, p.8, grifo nosso).

Rajagopalan reconhece que a receptividade da Lingüística entre os leigos não é a ideal e seu comentário permite inferir a receptividade que ela desfrutaria entre os jornalistas, que acreditam possuir um conhecimento bem mais seguro e completo em relação à língua e à linguagem, em comparação à maioria e seus leitores e da população de uma forma geral.

Enquanto a Lingüística é relegada ao segundo plano, a gramática goza de *status* garantido nos textos midiáticos e, como se sabe, sempre foi privilegiada nas escolas brasileiras e, em algumas, continua a sê-lo, enquanto em outras foi extinta. Há aí, pois, uma postura polarizante que reflete os equívocos criados no ensino, nas últimas décadas: ou só se ensina “gramática”, ou se esquece dela. A certeza do professor de LP sempre foi a de que deve ensinar gramática e ele traz em seu imaginário que os alunos esperam isso dele. Este “lugar cativo” é outro ponto de resistência aos avanços proporcionados pela Lingüística.

A Lingüística possibilitou o surgimento da linha de pesquisa que considera “como” os falantes fazem uso do idioma e das construções gramaticais, o que resultou na *Gramática de Usos* e na *Gramática do Português Culto*. A primeira é de Maria Helena Moura Neves e, a segunda, de Ataliba Castilho, em co-autoria com pesquisadores de diversas universidades do Brasil. Outra gramática que procura centrar a atenção na manifestação dos usos - o texto, é a da Ingedore Koch em co-autoria com Mário Vilela (2001).

A concretização da LP em textos escritos é a base da *Gramática de Usos*: “A Gramática de Usos do português constitui uma obra de referência que mostra como

está sendo usada a língua portuguesa no Brasil” (2000, p.13), como bem afirma em sua apresentação: “O que está sendo abrigado nas lições é, portanto, a língua viva, funcionando e, assim, exibindo todas as possibilidades de composição que estão sendo aproveitadas pelos usuários para obtenção do sentido desejado em cada instância” (p.13). A *Gramática do Português Culto* faz parte de um amplo projeto de mapeamento da fala dos brasileiros. É resultado do projeto NURC. O propósito deixa de ser então prescritivo para ser descritivo: é assim que o brasileiro vem concretizando a sua fala.

As diferenças entre essas gramáticas são evidentes numa leitura mesmo que superficial; logo, seus objetivos também são diferentes. O da gramática normativa é determinar padrões a serem obedecidos, é a essa que o aluno, o leigo e o professor costumam recorrer no momento de dúvida. O propósito das outras duas é o de descrever sincronicamente a LP: a de Neves com base em *corpus* escrito, e a de Castilho com base em gravações, enfim, na língua oral. Neves (2000, p.14) comenta: “Infelizmente, como se sabe, não há disponível no Brasil, nenhum banco de dados representativo da língua falada”. Isso quer dizer que ela desconsidera totalmente os resultados do projeto NURC? Não necessariamente. Ela não esclarece na apresentação de sua gramática, mas pode-se entender sua afirmação por não compreender os dados obtidos nas gravações como um retrato da fala do brasileiro, já que as pessoas poderiam manipular suas falas para impressionar; enfim, não são dados colhidos em uma situação natural de interação.

Capítulo 2

Mídia e Língua: uma relação necessária

As coisas novas, mesmo levando a uma mudança para melhor, são não só repelidas, como exterminadas (Bacon, 1999, p. 72).

2.1. Mídia: história, objetivos e possível atuação na escola

Antes de começar a análise do *corpus*, faz-se preciso dedicar este capítulo para entender melhor o que é a mídia e quais são suas funções.

Assim a definem Rabaça e Barbosa (1987, p.401):

Grafia aportuguesada da palavra *media*, conforme é pronunciada em inglês. Alguns dicionários preferem a forma *média*. *Media* é plural de *medium* (palavra latina que significa 'meio'). Designa os meios (ou os conjuntos dos meios) de comunicação: jornais, revistas, tv, rádio, cinema, etc).

O papel principal da mídia é o de informar. Entreter pode ser o objetivo de algumas delas, e educar será o objetivo de veículos bastantes específicos. Logo, o trabalho midiático de informar não possui uma ligação ou compromisso necessário e direto com a educação.

O *corpus* desta dissertação é constituído de matérias de revista, veículo midiático de características muito próprias em relação aos outros disponíveis, como televisão e jornal, o que a obriga a constituir um diferencial:

O fato seco, o "aconteceu", vai ao ar, pela televisão, na noite anterior - e, quando o fato é realmente importante, vai ao ar mais de uma vez na mesma noite. O rádio consegue, muitas vezes, anunciar o "aconteceu" antes mesmo do anoitecer. Essa constatação não desobriga o jornal de reproduzir o fato seco, o mero "aconteceu", mas, se ele se limitar a isso, estará sendo simplesmente um veículo amanhecido e sem graça, na medida em que seu "aconteceu" não pode ser acompanhado de sons e imagens, embora possa ser mais rico em detalhes. **Mas é razoável supor que o universo restrito dos leitores de jornais busque um aprofundamento e queira entender melhor o "aconteceu". E é tamanha a complexidade e diversidade e assuntos que afetam diretamente a rotina dos cidadãos ou lhes interessam pela curiosidade e/ou necessidade de conhecimento que ele precisa ser ajudado a entendê-los.** Ele merece explicações dos jornais. Seria impossível que um leitor qualquer, por mais ilustrado, culto e bem informado que fosse, pudesse acompanhar e entender informações secas sobre medicina e política, energia nuclear e Afeganistão, educação e meio ambiente. Não. Ele necessita de um

aprofundamento, um questionamento que o jornal deveria estar em condições de fornecer (ROSSI, 2000, p.38, grifo nosso).

A fala de Rossi refere-se aos jornais e o que devem fazer para conseguir uma diferenciação. No caso da revista há outra peculiaridade: a notícia já foi veiculada no rádio, na televisão e esmiuçada nos jornais, o que a obriga a também apresentar um diferencial de aprofundamento em relação a estes últimos.

Tradicionalmente, a revista Veja desfruta de grande prestígio entre seus leitores e é leitura recomendada a candidatos a exames Vestibulares, para que se informem e tenham o que escrever na prova de redação e para desenvolver a criticidade e a reflexão, a partir da leitura das informações fornecidas em suas páginas.

Para entender o porquê de certas posturas adotadas pelos veículos midiáticos diante da LP, pretende-se, primeiramente, entendê-los como veículos de características peculiares ao jornalismo, o que determinará o resultado de tudo o que é trazido ao leitor. Seria injusto analisar o material delimitado para esta pesquisa fora de seu contexto de produção e esperar dele a profundidade que seria encontrada em uma publicação específica da área de Letras e, nesse propósito, reside o diferencial deste trabalho, pois, quase sempre, análises vistas sobre a LP na mídia são feitas sob a ótica de professores de LP e Lingüística, havendo a desconsideração quanto às condições de produção. Seria o mesmo procedimento inaceitável de um jornalista que venha a criticar a educação sem levar em consideração as condições encontradas em sala de aula, como 50 alunos, falta de material, excesso de horas-aula, entre outros.

Embora não se espere um aprofundamento digno de atender ao gosto dos profissionais de Letras, espera-se, pelo menos, que o conteúdo veiculado nestas publicações dirigidas ao grande público não entre em contradição com o que é feito nas escolas e que funciona bem, atendendo às necessidades do ensino, realizado, ora por adoção de métodos mais tradicionais, ora pelos avanços da Lingüística. Espera-se, acima de tudo, além da relevância das informações dadas ao leitor, que elas estejam próximas do encontrado na escola, de modo a não atrapalhar seu trabalho ou negar os avanços alcançados, porque não se pode permitir que um veículo de grande alcance, como o pesquisado aqui, possa levar ao leitor informações que se constituam em desserviço, em omissão ou manipulação de idéias.

É importante que as limitações¹ impostas aos profissionais do jornalismo sejam levadas em conta, antes de partir para análise do *corpus*, a fim de evitar qualquer tipo de julgamento injusto. Uma das limitações mais incômodas é a fragmentação das informações resultante da falta de espaço para um maior desenvolvimento das idéias. Muitas vezes, é feita a opção por uma visão panorâmica de um fenômeno que resulta em uma espécie de colcha de retalhos, cheia de informações, mas sem a profundidade que o tema poderia merecer.

É preciso lembrar também que a LP está inserida num contexto mais abrangente chamado educação e que este, de importância irrefutável, não consegue firmar-se na *agenda setting* dos veículos de informação no Brasil, como diz a *Folha de S.Paulo* em seu manual (MRF), o que certamente se enquadra também no caso da Veja:

Existe um consenso, por exemplo, de que educação e saúde configuram o nó no desenvolvimento do país, **mas a imprensa ainda não conseguiu articular enfoques que coloquem esses temas na ordem do dia**, acoplando-os à agenda imediata de eventos (MRF, 2001, p.18, grifo nosso).

O espaço, dessa forma, concedido a tais temas torna-se lamentavelmente menor em relação aos espaços dedicados a temas como política, ciência, atualidades, entre outros. Há carência, portanto, de um debate sólido e consolidador das experiências educacionais que se estende à discussão sobre o ensino da LP.

2.2. Hipóteses sobre o fenômeno observado na pesquisa

Para mais bem compreender o enfoque conferido às reportagens sobre LP pelos jornalistas e editores, buscou-se, nas mesmas limitações elencadas por Rossi (2000) e discutidas na seção 2.7, o levantamento de algumas hipóteses sobre o que acontece na redação da Revista Veja, que não cabe aqui, pelos objetivos deste trabalho, confirmá-las ou não, mas que são necessárias para ilustrar os comentários que se fazem no decorrer deste trabalho.

¹ As limitações são tratadas na seção 2.7.

Primeira hipótese: É difícil, raro e caro ter um jornalista especialista para cada tipo de tema, o que permite deduzir que a premissa é igualmente verdadeira para a manutenção de jornalistas especializados em LP.

Segunda hipótese: O veículo tem plena consciência das questões lingüísticas, mas opta em anulá-las, apagá-las para atender à imagem que faz de seus leitores e do que, acredita, eles esperam ler.

Terceira hipótese: Os jornalistas e editores não estão a par dos avanços da Lingüística e as concepções que aparecem estão ligadas à sua formação, ou seja, às aulas de LP que receberam na graduação, nas quais provavelmente predominou o ensino da metalinguagem.

Quarta hipótese: A verticalização na redação da Revista e a pauta já determinam o conteúdo da matéria, ou seja, mesmo que o jornalista conheça a Lingüística, não pode apresentá-la aos seus leitores por ordens superiores.

2.3. Veja: público, vendagem, periodização das matérias

A revista *Veja* é a publicação semanal de maior prestígio no Brasil. Os assuntos nela publicados serão discutidos pelos leitores durante a semana. Em números atuais, por ela mesma, na Carta ao leitor de 16 de julho de 2003:

Veja é a maior e a mais influente revista do Brasil. Com cerca de 1 milhão de assinantes e mais de 200 000 exemplares vendidos em bancas todas as semanas, firmou-se também como a quarta maior revista de informação do mundo em circulação (p. 9).

Hernandes (2001) confirma as palavras da Revista sobre ela mesma, afirmando que é a mais comprada no País e uma das mais lidas do mundo. A sua periodicidade, em tese, não permite que a Revista possa tratar dos fatos superficialmente, pois, se assim fosse, é certo que perderia seu público para a televisão ou o rádio, como afirma Rossi (2000).

Existem, de acordo com Hernandez (2001), as pautas quentes e as pautas frias. O *corpus* selecionado para esse trabalho pode ser considerado como todo constituído de pautas frias, que tratam de assuntos que já tiveram um desfecho e não perdem

facilmente a atualidade, uma vez que as quentes são as informações consideradas "furos" de reportagem. Ao contatar a Revista para mais bem esclarecer essa questão, Guto Garcia, *via e-mail*, respondeu que todas as matérias da LP são consideradas pautas frias, inclusive as de capa. Pautas quentes seriam, por exemplo, o acidente de helicóptero em que morreu a modelo Fernanda Vogel, o seqüestro do empresário Sílvio Santos, o atentado de 11 de setembro. A matéria de capa sobre o dicionário Houaiss não seria quente porque a revista sabia bastante antecipadamente do seu lançamento. Hernandes (2001) afirma ainda:

É fácil perceber que uma edição normal da Veja tem até 50% de textos que não envelhecem com facilidade. Em assuntos de comportamento, ciência e tecnologia (da editoria de Geral), ou nas matérias da editoria de Artes e Espectáculos, pautas "frias" são quase sempre uma necessidade. Como são as primeiras páginas a serem fechadas, já na quarta-feira, deve, tratar de assuntos que já tiveram um desfecho. Em editorias como a Brasil, Internacional, economia e Negócios, e mesmo em, algumas seções da Geral, o estoque de assuntos "frios" é encarado como preventivo e vai "caindo", deixando de ter chances de publicação durante a semana, quando surgem notícias mais "quentes". A morte de Paulo Francis, tema da capa da Veja 1.482, de 12 de fevereiro de 1997, ou a prisão de Francisco de Assis, o maníaco do parque, capa de Veja de 1.559, de 12 de agosto de 1998, são exemplos de notícias "quentes". Não podiam deixar de ser abordadas na edição da semana sob pena de quebrar a expectativa do leitor. O balanço entre o noticiário "frio" e "quente" só tem fim na conclusão da edição. O fluxo de notícias é imprevisível. Fatos considerados importantes podem surgir a último dia de fechamento, sexta-feira, e mandar para o lixo páginas e mais páginas de textos (p.17).

Enfim, pelo uso de exemplos diferentes, tanto Garcia quanto Hernandes esclarecem as diferenças estabelecidas entre as pautas e o seu processo de seleção quando do encerramento da edição.

Pelo fato de não contar com uma espécie de Manual de Jornalismo, caso da *Folha de S.Paulo* e do *Jornal do Estado de S. Paulo* (Estado), é preciso tentar entender o funcionamento, as pretensões e a autoridade buscada pela Veja, em trechos dispersos, em notas da Revista sobre ela mesma, numa espécie de metalinguagem jornalística, o que não significa acatar o que ela diz sobre si mesma como expressão da realidade.

As *Páginas Amarelas*, nas quais foram publicadas duas das entrevistas do *corpus*, são definidas na seção *Carta ao Leitor*, da edição de 19 de março de 2003, sob o título *Fórum de excelência*:

As 1772 entrevistas de **páginas amarelas** feitas no decorrer dos 34 anos de VEJA **firmaram alta reputação no jornalismo brasileiro**. [...] Através das páginas amarelas, VEJA retratou, pela boca de seus principais protagonistas, a história da evolução social, econômica e política do mundo contemporâneo. A revista ouviu presidentes, primeiros-ministros, reis, rainhas, astronautas, cientistas, escritores e personalidades de sucesso no cinema, na literatura e na televisão. [...] O compromisso de Veja com seus leitores é manter a qualidade e a variedade desse painel de excelência do jornalismo brasileiro (p.9, grifo nosso).

Sob o título *Um século de sabedoria*, a *Carta ao leitor*, de 10 de abril de 2002, a propósito da apresentação do entrevistado da semana, aproveita para reforçar a importância das *Páginas Amarelas*:

As entrevistas de Veja firmaram uma tradição de qualidade no jornalismo brasileiro. Graieb mesmo já entrevistou diversos outros autores consagrados internacionalmente, como o americano Tom Wolfe, o peruano Vargas Llosa e o inglês Paul Johnson. As páginas amarelas são uma seção em que chefes de Estado, líderes empresariais, pensadores e cientistas brasileiros e estrangeiros de renome se revezam com outros personagens que se qualificam como entrevistados **menos por seu saber e mais por sua personalidade única**. Nos últimos meses, Veja entrevistou gente de peso, como Shimon Peres, ministro das Relações Exteriores de Israel, Horst Koehler, diretor-geral do FMI, e Tony Blair, primeiro-ministro britânico. Mesmo numa galeria dessas, Jacques Barzun consegue se destacar (p.9, grifo nosso).

Logo, o entrevistado deve ser digno de figurar em tão ilustre galeria. Sabe-se que, para um periódico, a seção dedicada à entrevista lhe é muito cara: *Los semanarios y suplementos dominicales las colocan en un lugar de honor; dedican a este menester a profesionales destacados y las anuncian como tales en las portadas*. Ou seja, os semanários e suplementos dominicais as colocam em um lugar de honra, dedicam este ofício a profissionais destacados e as anunciam como tal na apresentação (CANTAVELLA, 1996, p.11, tradução nossa).

2.4. Matéria de capa

A matéria de capa é indubitavelmente a mais importante da Revista. De qualquer forma, ela desempenha a função de atrair novos leitores nas bancas de jornal e é possível dizer que é a reportagem mais esperada pelos leitores assíduos e assinantes que provavelmente pensam: "qual é a reportagem da semana?". Além disso, é dela que

se espera um maior nível de aprofundamento, o maior número de informações possíveis, assim como os diversos pontos de vista dos envolvidos.

2.5. Notas

A nota pode ser considerada uma pequena matéria com a função de informar rápida e superficialmente. Pode aparecer com a assinatura do colaborador ou não. Parece haver na sua elaboração a intenção de provocar uma mudança de atitude no leitor como o caso da nota *Fuja do "a nível de"*, na qual Pasquale pontua alguns “erros” a serem evitados pelos leitores.

2.6. Imparcialidade

Quanto à imparcialidade nos meios de comunicação, assim se manifesta a *Folha de S.Paulo*, através de seu MRF:

Não existe objetividade em jornalismo. Ao escolher um assunto, redigir um texto e editá-lo, o jornalista toma decisões em larga medida subjetivas, influenciadas por suas posições pessoais, hábitos e emoções. Isso não o exime, porém, da obrigação de ser o mais objetivo possível. Para relatar um fato com fidelidade, reproduzir a forma, as circunstâncias e as repercussões, o jornalista precisa encarar o fato com distanciamento e frieza, o que não significa apatia nem desinteresse (2001, p.45, grifo nosso).

Logo, há um avanço no reconhecimento de que tal objetividade e neutralidade sejam inatingíveis e um discurso construído pelo jornalista e pelo veículo no qual se insere. Segundo Rossi (2000) embora a objetividade em jornalismo seja um mito, ela continua sendo um dos principais parâmetros na editoração dos maiores veículos de comunicação do País e essa busca introduziu a prática, tida como lei, de ouvir os dois lados, tomando como pressuposição que há sempre dois lados opostos para uma mesma história.

Qualquer leitor assíduo da revista Veja percebe que ela não faz questão de seguir esse princípio, um dos mais caros ao jornalismo, só agora encarado como um mito impossível de ser concretizar, uma vez que:

Atuar no jornalismo é uma opção ideológica, ou seja, definir o que vai sair, como, com que destaque e com que favorecimento, corresponde a um ato de seleção e de exclusão. Esse processo é realizado segundo diversos critérios, que tornam o jornal um veículo de produção parcial da realidade. Definir a notícia, escolher a angulação, a manchete, posição na página ou simplesmente não dá-la é um ato de decisão consciente dos próprios jornalistas (Marcondes Filho, 1989, p.12).

Hernandes (2001) afirma, em sua dissertação de mestrado, para a qual fez um importante trabalho de resgate histórico do funcionamento da Revista Veja, que a Veja faz questão de opinar sobre um fato, de formar a opinião do leitor e dar seu veredicto final. Dessa forma, ela assume claramente a função de informar e orientar o leitor, se não manipular, para que chegue a uma determinada conclusão sobre os fatos.

2.7. Pautas e verticalização

Rossi (2000) aponta três limitações no exercício do jornalismo, todas em torno da pauta. A primeira limitação seria a pauta elaborada em função do que vem sendo publicado nos jornais, em uma espécie de, nas palavras do autor, auto-alimentação, e esta seria o resultado de tal prática:

Em consequência, a pauta reflete apenas parcialmente o que está acontecendo ou quais assuntos preocupam, efetivamente, o público geral; ela acaba refletindo muito mais o que os jornais estão publicando e a televisão está mostrando (p.18).

A segunda limitação apontada seria a de que a pauta refletiria apenas a idealização das pessoas que trabalham nas redações e “não daquelas que estão em contato direto com os fatos ou as pessoas geradoras das notícias” (p.19).

E a terceira seria a de que a pauta determina o trabalho e cerceia a liberdade do jornalista na elaboração de sua matéria ao ser discutida por um grupo reduzido de profissionais, em círculo fechado. Somente os editores das diferentes seções da revista a decidem, sem a participação de repórteres e redatores (o que ocorreria apenas

eventualmente). Na prática, quem acata e escreve a notícia não participa das discussões que decidem o que será publicado, sob qual enfoque ou tamanho. Dessa forma, a matéria está nas mãos dos pauteiros.

Rossi (2000) explica que o surgimento dessa deficiência se deve ao crescimento do quadro profissional dos grandes jornais, revistas e redes de televisão, como as redações de jornais como *Folha de S.Paulo*, *O Estado de S.Paulo*, *Jornal do Brasil*, *O Globo*, *Veja*, *TV Globo*, que são compostas por não menos de cem profissionais, contados apenas os que trabalham nas sedes, sem incluir sucursais e correspondentes. Logo, o autor conclui que, obviamente, seria impossível discutir a pauta diária ou semanal com tão grande número de pessoas.

Hernandes (2001) corrobora com o que é dito por Rossi:

O intervalo de sete dias entre edições, como não podia deixar de ser, comanda o ritmo da redação de *Veja*. Na segunda-feira, os editores trazem as propostas de matérias para a reunião de pauta e analisam as que estão em andamento. A discussão envolve o alto escalão da revista: editores executivos, redator-chefe, diretor de redação, editor de arte (p.16).

A figura do pauteiro teria surgido, então, em decorrência dessa inviabilidade em discutir o conteúdo com toda a redação. Logo, o número de pessoas envolvidas na determinação daquilo a que os leitores terão acesso no outro dia (jornal) ou na outra semana (revista) é reduzidíssimo.

Sobre esse problema, assim expõe Callado (1997):

Para o dia-a-dia do jornalismo atual colocam-se dois problemas. Um deles é o de que mudou o eixo da informação jornalística; ela já não é mais para o leitor, é para o editor. A idéia do jornalismo como serviço público desaparece, portanto, quando não se pensa no público. **E isto tem a ver com um segundo problema: a desmedida importância que a pauta tomou nos jornais, rádios e televisões brasileiras. Ela deixou de ser um roteiro** para o repórter sair às ruas. Ele não sai mais para apurar o que aconteceu e sim para cumprir a pauta. Apurar a notícia significa, hoje, ficar na redação telefonando. O jornalista, portanto, não apura nada; ele justifica a pauta de seu editor (p. 169, grifo nosso).

Percebe-se na fala de Callado, jornalista, além do tom de crítica, um tom de lamentação, já que o trabalho, feito apenas para atender a visão do editor, deixa de ser algo livre e criativo, para tornar-se altamente burocrático. Apenas papéis a preencher.

Rossi aponta quais seriam as conseqüências dessa verticalização no trabalho jornalístico e os diferentes papéis que as pautas desempenham em redações de outros países:

É justamente essa **verticalização** a grande responsável pela disseminação de um razoável grau de apatia e amorfismo nas redações dos grandes veículos de comunicação de massa, atualmente, no Brasil. Os repórteres e redatores - que formam o maior contingente de jornalistas, em qualquer redação - se sentem muito pouco responsáveis pelo produto que estão ajudando a confeccionar. E cria-se, então, um certo automatismo característico de linha de montagem industrial, que colide com a visão (ou desejo) de um trabalho intelectual, como o jornalismo deveria ser. **Idealmente, na verdade, a pauta é um instrumento até dispensável, pelo menos na forma como hoje é adotada pelas grandes publicações: extensa, minuciosa, quase uma receita completa de como cada repórter deve fazer a sua reportagem. O que não acontece, por exemplo, nos grandes jornais americanos, nos quais a pauta é uma mera indicação do assunto cuja cobertura é atribuída a cada repórter.** Se ocorresse nos Estados Unidos um escândalo como o das irregularidades na Viação Aérea São Paulo (VASP), a pauta do jornal norte-americano indicaria: repórter X, caso VASP. Nos jornais brasileiros, ao contrário, há toda uma série de indicações do que o repórter deve fazer, quais as pessoas que deve ouvir, até que perguntas deve fazer - o que pressupõe desconfiança congênita na capacidade do repórter para apurar devidamente qualquer assunto. Se essa desconfiança tem ou não razão de ser, é o que se discutirá no capítulo sobre a preparação e a formação dos jornalistas (Rossi, 2000, p.22-3, grifo nosso).

Para quem não atua no jornalismo ou não busca saber o que ocorre nos bastidores da notícia, pode ser surpreendente a revelação dessas informações de Rossi quanto à pouca liberdade desfrutada pelos jornalistas quando da elaboração de uma matéria, que obedece a um processo hierárquico denominado verticalização. A assinatura em uma matéria significa, então, que foi aquele jornalista quem montou o texto, mas não quem optou pelo enfoque. Dessa forma, o conteúdo expresso nas matérias sobre a LP deve ser entendido como uma postura do corpo editorial e não a visão pessoal do jornalista; mas para a análise empreendida nesta dissertação essa informação não muda essencialmente o leme, pois interessa a construção da matéria como um todo que contribui para uma construção de imagem de LP e de seus falantes.

2.8. Jornalismo e desafios: generalização x especialização

Rossi (2000, p.70-1) cita outras dificuldades que desafiam a prática jornalística: a generalidade e a especificidade exigidas pela profissão. Ele define o jornalista como um

profissional que sabe de tudo um pouco e deve ser capaz de escrever sobre assuntos tão díspares quanto guerra, saúde, economia, urbanismo, energia nuclear ou LP. A imprensa brasileira ainda não teria vencido a regra não escrita de que o jornalista é um especialista em generalidades. Em outras palavras, um sujeito que sabe pouco de muitas coisas.

E esse problema não é de fácil solução, afirma Rossi, uma vez que os jornalistas não podem ter um conhecimento tão universalizado que lhe permita escrever, com a igual facilidade, sobre todos os assuntos impostos no seu dia-a-dia.

Estaria a solução na contratação de especialistas em determinados temas? Ao que o mesmo autor responde:

Há, é verdade, um crescente número de jornalistas especializados em diferentes temas - especialização forçada pelas circunstâncias antes apontadas. **Mas a gama de assuntos é tão ampla que as empresas jornalísticas, mesmo as maiores, não têm condições de manter em seus quadros especialistas para todos os tópicos que aparecem em jornais (ou revistas), exceto, é óbvio, as revistas especializadas em um ou poucos temas** (p.38).

Eis alguns procedimentos que podem ser adotados, de acordo com Rossi:

Essa dificuldade estrutural pode ser amenizada - mas não completamente sanada - por meio de providências relativamente simples, mas, infelizmente, pouco generalizadas: uma delas é o jornalista não especializado em um determinado tema que lhe compete tratar recorrer aos arquivos de sua publicação e armar-se do maior número de informações já publicadas, referentes ao tema. É evidente que isso demanda tempo - e tempo é o artigo de que menos dispõe o profissional (há exceções, é lógico, que apenas confirmam a regra). Outro caminho, **este da alçada direta das empresas jornalísticas; é a manutenção de um quadro, mesmo informal, de consultores, formado por especialistas em cada área, que poderiam ministrar ao repórter uma pequena aula sobre um tema determinado**, antes que ele iniciasse o seu trabalho de levantamento de dados ou no momento de redigir as informações já coletadas (p.38-9).

Outra possibilidade, a contratação de especialistas da área em questão, no caso, especialistas em LP, gera outras polêmicas e entra em conflito com a luta travada pelos jornalistas para que atuem nesse campo só os portadores de diploma de ensino superior dessa mesma área, o que pode ser considerado um direito inalienável, uma vez que nenhum profissional se contenta em ver amadores conquistando espaço no mercado de trabalho em detrimento daqueles que estudaram quatro ou cinco anos para poder atuar:

Alguns jornais recorreram a um **expediente para "quebrar o galho": artigos de especialistas na matéria**. É uma fórmula condenada pelas associações de classe dos jornalistas, porque estreita ainda mais o mercado de trabalho, mas é uma fórmula discutível também sob outro aspecto: geralmente (há exceções que apenas confirmam a regra) os especialistas escrevem para especialistas e não para o público em geral. Seus artigos acabam sendo herméticos, indecifráveis para quem não tenha uma razoável formação científica sobre o tema - e o trabalho jornalístico deveria ser exatamente o oposto, ou seja, levar informações e análises aos não iniciados sem, entretanto, cair num primarismo que se torne maçante para os que detêm algum conhecimento no ramo. Não tenho nada contra um estudante de, digamos, veterinária que se dedique ao jornalismo. Também acho importante para o jornalismo que o campo de caça aos talentos se amplie em vez de ficar limitado aos profissionais formados pelas escolas de comunicação. Mas o problema não pode ser resolvido pela simples substituição de jornalistas por especialistas, a menos que o especialista seja capaz de escrever bem e claramente. Não adianta nada trocar formandos de jornalismo por formandos em, por exemplo, economia, se estes escreverem em "economês", da mesma forma que não adianta nada defender o mercado só para jornalistas, se estes não souberem escrever (ROSSI, 2000, p. 72-3, grifo nosso).

Enfim, a matéria à qual o leitor tem acesso semanalmente é fruto de inúmeras tomadas de atitudes, umas mais objetivas, outras menos.

A tal consulta aos arquivos, sugerida por Rossi, no caso de Veja e do tema LP, pode ajudar o jornalista na elaboração da sua matéria, mas não muito, já que, relativamente, são poucas as reportagens encontradas. Ao sugerir o uso do arquivo, Rossi não cogita a possibilidade de o jornalista entrar em um círculo vicioso, seguindo uma linha pré-determinada e incorrendo no comodismo de não buscar uma nova visão para um mesmo fenômeno.

2.9. Jornalistas e editores e sua relação com seu público-alvo

Quando o leitor de um jornal ou uma revista se detém na leitura da *Carta do editor*, não raras vezes, encontra a afirmação de que o jornal (revista) foi feito pensando exclusivamente nele. E, não menos vezes, depara-se com um pedido de colaboração a ele dirigido para que envie cartas com sugestões de reportagens, críticas, entre outros, a fim de tornar a publicação cada vez melhor.

Na realidade do cotidiano das redações, a opinião do leitor nem sempre é tão bem quista assim; revela alguns profissionais da área, como Almeida: “Todos reconhecem que mantêm muito pouco contato com seus leitores, até porque, dizem,

"são todos uns chatos"; "querem ensinar a fazer jornalismo a quem sabe"; "querem determinar o que deve ou não sair no jornal" (1997, p.155).

Outra profissional da área discute a mesma relação entre o jornalista e seu público:

As redações têm, um pouco pela empáfia natural de seus jornalistas, um pouco por uma série de defeitos acumulados ao longo dos anos, especialmente no Brasil, uma arrogância extrema. **Para todo jornalista o leitor é um chato. Eu quase não conheço jornalistas que tenham paciência para atender o leitor, de ouvi-lo e prestar atenção no que ele tem a dizer** - seja um elogio, uma crítica, uma sugestão. Na imensa maioria das vezes, os jornalistas estão tão preocupados com o seu trabalho que se esquecem de prestar atenção naquele que é o seu destinatário. Tenho dito uma frase de efeito que funciona: "Para os jornalistas, o jornal ideal seria feito da seguinte forma: às dez da noite a redação fecharia, o jornal estaria pronto e acabado, o jornalista o jogaria no lixo, e não precisaria nem imprimir e mandar para a casa do leitor". E assim, no dia seguinte, começaria mais um jornal, feito à imagem e semelhança dos jornalistas, sem atender os anseios, as expectativas, as necessidades e às vontades do leitor (SÁ, 1997, p. 159, grifo nosso).

Enfim, é uma relação nada tranqüila e acirrada pela figura do editor. Se os jornalistas não recebem muito bem a opinião do leitor, como a recebe o editor, que decide quanto espaço a matéria vai receber, qual enfoque lhe será dado? Teria ele uma relação diferente com o seu leitor? Infelizmente, parece que não:

As queixas dos leitores sobre o produto geral ou uma matéria em particular jamais serão recebidas pelos editores com a mesma seriedade e isenção que o são pelo ombudsman. Mesmo porque **a redação sempre reage emocionalmente às críticas e cobranças**, o que acaba comprometendo a relação leitor-jornal (ALMEIDA, 1997, p.155, grifo nosso).

Ainda de acordo com Almeida, o leitor acaba sendo o grande prejudicado, pois fica órfão de matérias mal apuradas, das conclusões que ninguém vê e das acusações que jamais serão provadas.

Infelizmente, essa é a relação existente entre os que fazem a mídia e os que a consomem. Predomina a uniteralidade que deixa uma pergunta para se buscar uma resposta: em que medida a atitude ativa do leitor, como interlocutor atento, ajuda a moldar o que se encontra nas páginas de jornais e revistas?

2.10. Responsabilidade jornalística

Convém abordar a questão jornalística, sem esquecer de considerar sua responsabilidade social, seus direitos e deveres. Códigos de conduta e tentativas de regulamentação da prática jornalística vêm sendo escritos em diferentes países. A Declaração Internacional de princípios sobre as condutas dos jornalistas é uma dessas iniciativas:

- 1- O respeito pela verdade e pelo direito do público à verdade é o primeiro dever do jornalista.
- 2- Na consecução desse dever, o jornalista defenderá sempre os princípios da liberdade ao colher e publicar honestamente notícias, bem como o direito ao comentário e à crítica justa.
- 3- O jornalista reportará apenas os fatos cuja origem conhecer. O jornalista não suprimirá informações essenciais nem falsificará documentos.
- 4- O jornalista adotará apenas métodos honestos de obter notícias, fotografias e documentos.
- 5- O jornalista tudo fará para retificar informações que se revelaram inexatas e prejudiciais.**
- 6- O jornalista observará o sigilo profissional quanto à fonte das informações confidencialmente obtidas.
- 7- O jornalista deve estar cômulo do perigo da discriminação por parte da mídia e tudo fará para evitar tal discriminação,** baseada entre outras coisas em raça, sexo, orientação sexual, **língua**, religião, opiniões políticas e outras, e origem nacional ou social.
- 8- O jornalista encarará como graves ofensas profissionais as que se seguem: plágio, distorção maliciosa, calúnia, maledicência, injúria, acusação infundada e aceitação de suborno sob qualquer forma, para publicar ou suprimir.
- 9- Os jornalistas dignos desse nome considerarão seu dever observar fielmente os princípios acima estabelecidos. No âmbito da lei de cada país, eles reconhecerão em assuntos profissionais somente a jurisdição de seus colegas, excluindo-se todo tipo de interferência governamental ou outra qualquer (BERTRAND, 2002, p.106).

Essa declaração ajuda a estabelecer parâmetros sobre os quais o resultado das análises das matérias sobre LP poderá ser considerado.

2.11. LP nas páginas de Veja

A revista Veja não apresenta coluna semanal ou mensal sobre o tema LP. Nota-se, de fato, um período relativamente grande entre uma reportagem e outra. Contudo, quando o aborda, dedica um espaço considerável.

Foram consultadas edições da revista Veja de junho 1997 a dezembro de 2002; e, dentro desse período, foram encontradas treze reportagens sobre a LP, e apenas duas eram reportagens de capa, consideradas as principais reportagens, e que

recebem mais espaço dentro da revista. Duas são entrevistas publicadas nas *Páginas Amarelas*, sobre as quais já se discutiu a importância. A baixa ocorrência pode ser explicada pelo fato de o tema não ser considerado notícia, por não figurar na *agenda setting*.

As matérias encontradas foram:

1) Entrevista das *Páginas Amarelas* intitulada *Língua Enrolada*, feita com o professor Pasquale, em 1997.

2) *Nossa Língua Portuguesa*, que comenta um dicionário elaborado pela Academia Brasileira de Letras e suas incoerências.

3) *Tupi or not tupi*, reportagem que aborda a história, o ensino e a tentativa de resgate do Tupi.

4) *Pequenos grampos, grandes negócios*, sobre os destaques do ano de 98, entre eles, o professor Pasquale.

5) *Fuja do "a nível de"*, é uma nota, ou seja, uma pequena reportagem que se propõe a dar dicas ao leitor.

6) *Errar é divino*, analisa a questão do erro sob a ótica literária.

7) *Nobre como Camões*, pode ser considerada uma matéria de curiosidade histórica, pois traz, em tom de surpresa, a informação de que o português da população rural é, na verdade, resultado do português arcaico.

8) *O Fim do Português* é uma entrevista das *Páginas Amarelas* feita com Steven Fischer .

9) A nona matéria, *O Bom senso está on sale*, foi produzida no auge da polêmica do projeto de lei de Aldo Rebelo.

10) *Todo mundo fala assim*, é uma reportagem que não recebeu matéria de capa ou maiores detalhes, embora o lançamento da *Gramática de Usos* o merecesse².

² A nosso ver tal empreendimento merecia uma reportagem melhor, ou "mais atenta" aos conceitos envolvidos .

11) *O poder da Palavra* trata do lançamento do dicionário Houaiss e mereceu capa.

12) *Falar e escrever, eis a questão*, também foi digna capa.

13) *Todo apoio ao MST*, é de autoria de Diogo Mainardi que faz declarações reveladoras de sua concepção de língua.

É possível notar, pelos títulos das matérias, que elas versam sobre sub-temas diversos dentro da LP: gramática, literatura, "erros", estrangeirismos, dicionários, usos. Para confirmação do *corpus* encontrado e certeza de ter consultado todos os textos sobre LP do período, procedeu-se uma busca no *site* da Revista com as seguintes palavras-chave: portugues+gramatica. Encontrou-se 19 referências, mas o textos excluídos o foram por apenas mencionarem as palavras português ou gramática, em outros contextos.

Capítulo 3

Mídia e Língua: uma relação conflitante?

3.1. A análise: apresentações e critérios

Este capítulo, constituído da análise, é organizado em ordem de publicação das matérias e, para melhor leitura, optou-se por anexar todos os textos do *corpus* antes de cada análise. Como alguns textos não foram encontrados na revista *Veja* impressa, mas em sua versão *on line*, preferiu-se formatar todos os textos em sua versão da *internet* para o estabelecimento de uma padronização. Assim, algumas fotos e ilustrações foram inseridas para que se tenha uma idéia da disposição¹ da Revista impressa.

Critérios

A análise se encaminha pelos seguintes critérios:

- a) contextualização;
- b) marcas lingüísticas centradas no léxico, e seu papel na organização textual;
- c) relação dessas marcas com as normas prescritas pela gramática tradicional;
- d) relação dessas marcas com a aproximação da concepção de linguagem correspondente;
- e) coerência mantida no decorrer do texto;
- f) perfil do falante e do ensino de LM.

Metodologia

- a) análise e comentários de cada uma das perguntas e respostas, quando o texto for entrevista;
- b) análise e comentários dos parágrafos em que as marcas dos aspectos considerados nos critérios forem mais evidentes.

¹ Chamada comumente de layout.

3.1.1. Entrevista 1: Língua Enrolada

Data: 27 de setembro de 1997.

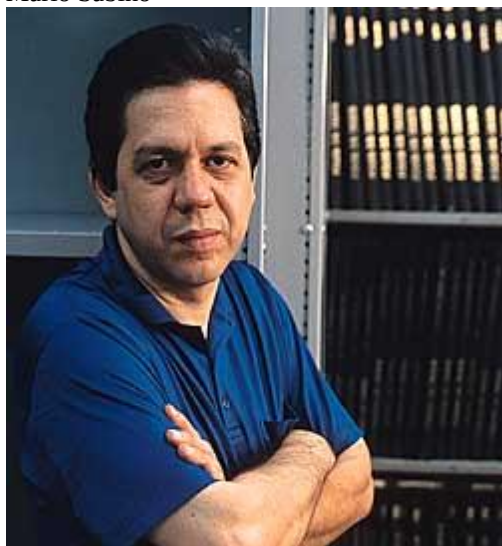
Subtítulo: O professor de português mais conhecido do país fala sobre os maus-tratos cotidianos infligidos ao nosso idioma

Autor: Mario Sabino

Língua enrolada

O professor de português mais conhecido do país fala sobre os maus-tratos cotidianos infligidos ao nosso idioma

Mario Sabino



"O sujeito que usa um termo em inglês no lugar do equivalente em português é um idiota"

Foto: Claudio Rossi

A agenda do paulista Pasquale Cipro Neto, de 42 anos, anda carregadíssima. Ele ministra cursos, mantém programas no rádio e na televisão, presta consultoria a jornais e está finalizando um livro. Em meio a tantas atividades, ainda encontrou tempo para estrear um comercial de uma rede de lanchonetes. Poder-se-ia até pensar que se trata de um mago da auto-ajuda ou de um administrador com técnicas mirabolantes de reengenharia. Pasquale, no entanto, é professor de português um idioma que, de tão maltratado no dia-a-dia dos brasileiros, precisa ser divulgado e explicado para os milhões que o têm como língua materna. Num intervalo de seus afazeres, ele deu a seguinte entrevista a VEJA.

Veja Por que o português é tão mal falado e tão mal escrito no Brasil?

Pasquale Há duas causas visíveis. Com o depauperamento geral da educação, o ensino da língua portuguesa acabou confiado a professores despreparados para a tarefa. Os brasileiros também lêem pouco, o que resulta numa tremenda limitação de vocabulário. Existe, ainda, um motivo invisível para o estado trágico em que se encontra o português no Brasil: a má intenção. Uma grande parcela da população é mantida na ignorância, com o propósito de distanciá-la da sintaxe dominante. E é na sintaxe dominante que são redigidos os contratos e as leis, um exemplo cabal de que língua é poder. Sem ter acesso a ela, o povo é facilmente manobrado.

Veja Como o senhor vê o uso de tantas palavras inglesas no cotidiano dos brasileiros?

Pasquale Essa invasão é a face mais irritante de um país colonizado culturalmente como o nosso. Outro dia, presenciei uma cena surrealista no banheiro de um centro de compras, vulgo shopping center. Ao lavar as mãos, um sujeito quebrou a saboneteira porque traduziu "push", "empurrar" em inglês, por "puxar". Não há motivo para uma saboneteira no Brasil ter inscrições em outra língua. Sempre me pergunto por que as pizzarias que entregam por encomenda têm de ser "delivery". Sem falar no "disk", que é uma bobagem de origem indecifrável. O sujeito que usa um termo em inglês no lugar do equivalente em português é, na minha opinião, um idiota. Evidentemente, não há mal nenhum em utilizar palavras estrangeiras que não têm correlato na nossa língua. Tenho muita simpatia, por

exemplo, pela palavra "dumping", que significa vender abaixo do preço de custo. É sintética e forte não existe em português uma palavra para substituí-la adequadamente.

Veja Em que lugar do Brasil se fala o melhor português?

Pasquale Certa vez fui ao Maranhão porque me disseram que lá se falava um português menos contaminado. Pura lenda. Acho que, no cômputo geral, o carioca é o que se expressa melhor sob a ótica da norma culta. Ele não come o "s" quando usa o plural, utiliza os pronomes com mais propriedade, não erra tanto nas concordâncias e tem uma linguagem mais criativa.

Veja E onde se fala o pior?

Pasquale A São Paulo que fala "dois pastel" e "acabou as ficha" é um horror. Não acredito que o fato de ser uma cidade com grande número de imigrantes seja uma explicação suficiente para esse português esquisito dos paulistanos. Na verdade, é inexplicável.

Veja O que o senhor acha da sintaxe do presidente Fernando Henrique Cardoso?

Pasquale O presidente segue aquilo que se chama norma urbana culta. É claro que, sob a luz da gramática normativa, há problemas em seus discursos, em especial naqueles feitos de improviso. Mas dá para entender as dificuldades de Fernando Henrique: se falar difícil, podem chamá-lo de pedante. Se falar muito fácil, haverá quem diga que se trata de um demagogo. De qualquer forma, ele tropeça muito menos no português do que o Fernando anterior.

Veja O ex-presidente Fernando Collor errava muito?

Pasquale E como! O curioso é que muitas pessoas que votaram nele justificaram sua escolha dizendo que o Lula era analfabeto. Ora, o Fernandinho detonava a língua. Ele costumava mandar bilhetinhos para seus assessores com erros de concordância. Certa vez escreveu "Causa-me espanto as repercussões", com o verbo no singular e o sujeito no plural. Fernandinho também dizia barbaridades do tipo "a polícia entreviu" e tal coisa "não se adequa". Ninguém falava nada. Em compensação, o mundo caiu em cima do ex-ministro Rogério Magri quando ele soltou o "imexível". Sabe por quê? Porque língua no Brasil é um incrível elemento de discriminação social. Os mesmos que apedrejam o Lula porque ele fala "penso de que" bancam os surdos ao ouvir um empresário cometer uma bobagem idêntica. Não há diferença entre a linguagem média do empresário brasileiro e a de um sindicalista. Estamos todos nivelados por baixo.

Veja De onde vem o famigerado "a nível de"?

Pasquale O "a nível de" é uma daquelas bizarrices que surgem da cabeça do cidadão que, na falta de conteúdo, tenta sofisticar seu discurso lascando no meio umas expressões de efeito. No caso específico do "a nível de", virou praga mundial. O pior é que em 99% das vezes não faz o menor sentido. Já ouvi gente dizendo que "o jogador sofreu uma contusão a nível de joelho", o que é ridículo. Assim como essa, existem outras expressões idiotas. Hoje, por exemplo, ninguém faz nada "para", mas "no sentido de". Usar a língua direito não é inventar rococós, é ser claro, direto.

Veja Por que os brasileiros se confundem tanto na hora de usar crase?

Pasquale O caso da crase espelha bem a desgraça do ensino de português no Brasil. Crase é uma coisa maravilhosa. É um fenômeno da língua portuguesa que pode ser explicado de uma forma muito simples: antes de mais nada, é preciso dizer para o aluno que a palavra "crase" vem do grego e significa "fusão", "mistura". Depois, o professor deve mostrar que uma crase normalmente é formada pela fusão da preposição "a" exigida pela palavra anterior com o artigo feminino "a" da palavra posterior. O aluno precisa entender ainda que, quando coloca o maldito acento chamado "grave", e não "acento crase", está indicando a ocorrência do fenômeno. É necessário mastigar todo o processo, o que poucos colegas fazem.

Veja O que o senhor acha do Dicionário Aurélio, o mais popular do Brasil?

Pasquale Um bom dicionário tem de ter critérios bem definidos, não pode oscilar entre o rigor absoluto com a língua e a condescendência. Desse ponto de vista, o *Aurélio* é inconsistente. Do verbo "conscientizar", para citar um exemplo, ele só registra a forma transitiva direta. No *Aurélio*, as pessoas "conscientizam o problema" e não "se conscientizam do problema", que é como todo mundo fala. Já "parabenizar", que não é português, transformou-se em um verbete. Há também erros de grafia, o que é imperdoável. No verbete "trólebus", a palavra está sem acento. Além disso, ele não tinha direito de escrever "fôrma", com o acento diferencial no "o". Esse acento diferencial de timbre caiu na reforma ortográfica de 1971. Como o *Aurélio* era contra a eliminação do diferencial, registrou a palavra do jeito dele.

Veja Como o senhor avalia o português falado na televisão?

Pasquale Não assisto a novelas e, por isso, não posso avaliar o que se passa nelas. Quanto aos apresentadores de telejornais, os que vêm do meio impresso parecem dominar melhor o português. No esporte, porém, é uma tragédia. Os locutores vivem inventando umas expressões bobas, como "correr atrás do prejuízo", usada para o time que precisa virar uma partida. Quem é o maluco que "corre atrás do prejuízo"? As pessoas correm atrás é do lucro. Outra

cretinice é o "handicap", "desvantagem" em inglês, que virou seu antônimo nas transmissões esportivas a equipe que joga em casa no Brasil passou a ter um "handicap".

Veja Qual foi o pior erro que o senhor já cometeu?

Pasquale Morro de vergonha de ter esquecido em certa ocasião, enquanto estava corrigindo uma prova do vestibular do ITA, a forma irregular do pretérito perfeito do verbo "prazer": "prouve". Cometi um deslize também na gravação de um dos comerciais que fiz recentemente. Em determinado momento, cansado de gravar e regravar, soltei: "Portanto, você deve dizer para mim comer". O pessoal caiu na risada. Antes que eu me esqueça: o correto é "para eu comer".

Veja É mais confortável vender hambúrgueres do que hamburgers?

Pasquale Quando aceitei fazer os comerciais, impus a condição de não mencionar o produto. Não vendi hambúrgueres nem hamburgers. Divulguei a língua portuguesa.

3.1.1.1 - A análise

Essa matéria inicia a demarcação do *corpus* porque sua publicação coincide com o ano de lançamento dos PCNs (diretrizes para o ensino de LP e outras disciplinas) e porque Cipro Neto é o professor de LP que maior espaço e status desfruta na mídia (nunca concedido antes a professores de LP) e, como para muitos, conhecê-la é sinônimo de saber gramática, sua imagem aparece, então, como uma autoridade irrefutável para a massa e para jornalistas. Indício de que a maioria desses profissionais espera, ainda, do professor de Português, que seja conhecedor das regras gramaticais de cor e as dite.

Com a exigência do mercado de trabalho, a maioria acredita que o domínio da norma culta é essencial para que seja possível uma ascensão social; logo, esperam que alguém diga o "certo" e "errado"², e a Revista assume esse papel. Poucos interessados esperam realmente compreender a LP e seu funcionamento.

A entrevista ganhou as *Páginas Amarelas*, tradicionalmente reservada à autoridades políticas, nacionais ou internacionais, cientistas..., enfim, suas páginas estão entre as mais lidas e esperadas pelos leitores. O entrevistado deve ser "digno" de configurá-las. Vide alguns protestos encontrados nas Cartas dos leitores, quando a pessoa não é "suficientemente interessante"³. Há abertura à subjetividade na entrevista, uma vez que seu objetivo principal não é o de apenas informar, mas de trazer a opinião de uma determinada pessoa a respeito de certos assuntos, muitas vezes polêmicos.

² "Certo" e "errado" serão sempre colocadas entre aspas devido à sua relatividade, quando ora se considera o uso, o normal, e ora se considera a prescrição, como visto na seção 1.2.

³ Quando a cantora Vanessa Camargo figurou nas páginas amarelas, edição 1791, de 26 de fevereiro de 2003, a redação da Veja recebeu algumas cartas com reclamações que foram publicadas na edição seguinte.

O título é revelador, na medida em que tem a função de resumir o assunto tratado, dando a conhecer sua essência ao leitor em potencial. O subtítulo reafirma o título, e deixa transparecer a concepção da Revista diante do tema LP. Há, de acordo com ela, uma situação de degeneração do idioma, resultante do desleixo de falantes relapsos

A apresentação descreve com detalhes o cotidiano de trabalho do professor, em um tom de surpresa pelo fato de essa pessoa, tão requisitada, ser (quem diria?!!) um professor de português. Essa introdução reafirma o título e o subtítulo, aos quais acrescenta que, por ser tão maltratada, a LP deve ser ensinada para milhões que a têm como LM. Explícita, está a idéia de que o brasileiro não sabe português, que apenas um número reduzidíssimo de falantes o domina.

A primeira pergunta busca as causas dos maus-tratos e revela o posicionamento da Revista diante da LP. Ela acredita que o português é mal falado e mal escrito e, o professor ao respondê-la não o nega, reforçando o mito, uma vez que é tido como autoridade no assunto. O uso de palavras circunstanciais de intensidade (tão), de modalização (mal), e de lugar, (Brasil) revela uma crença na superioridade ou melhor adequação nas concretizações em outras regiões. Talvez pensando em Portugal, tido como país modelo da LP (outro mito).

Pasquale não relativiza a questão, mas concorda e aponta duas causas e suas conseqüências. A primeira seria “o depauperamento geral da educação e os professores despreparados” (questão 1, linha 1-2). A segunda, “a má intenção de alguns, que têm interesse em manter a população afastada da sintaxe dominante, porque língua é poder” (questão 1, linha 4-6). Nessa afirmação, percebe-se uma relação com a idéia de Gnerre (1998), para o qual “a linguagem constitui o arame farpado mais poderoso para bloquear o acesso ao poder”(p.22). Pasquale não especifica quem teria interesse em evitar o acesso da população à “sintaxe dominante”, fazendo uso da passiva.

A Revista qualificando o estrangeirismo de excessivo, pelo uso de tantas na elaboração da pergunta. Convém lembrar que esse tema em LP é recorrente desde a época em que o francês era a língua ensinada nas escolas do Brasil, pelo fato de a França ser a potência econômica de então, além de ser um dos mais polêmicos por levantar a questão de proteger a língua, e a nação, contra a “invasão” estrangeira. Essa

polêmica encontra terreno fértil entre gramáticos e leigos, entre os primeiros, por seu conservadorismo; e, entre os segundos, por sua crença no discurso dos primeiros. Entre os lingüistas, a discussão se encerra, pois acreditam que idiomas em contato contribuem para enriquecimento mútuo, como se vê na passagem de Schmitz⁵:

a presença de vocábulos estrangeiros contribui para enriquecer qualquer idioma. Receber palavras de origem estrangeira em forma de empréstimo nada tem a ver com a soberania político-econômica. Os idiomas são palco de mestiçagem e de interculturalidade e não devem ser vistos como baluartes ou fortalezas de nacionalidades, pois as nações-estados contêm diferentes etnias com diferentes identidades (apud Faraco 2002, p.104).

Pasquale mostra irritação ao contar um fato ocorrido num *shopping*, denominado de cena surrealista, ou seja, uma cena digna de figurar num quadro de Salvador Dali, pelo que possui de irracional e onírica. Para ele, o sujeito que usa um termo em inglês é um “idiota” (questão 2, linha 6-7), embora considere exceção a palavra *dumping*, porque ele “simpatiza com”, sem apresentar para essa “simpatia” um critério que seja realmente convincente. Estariam, então, validados os empréstimos com os quais o tal professor “simpatiza”? Em nenhum momento ele cita que a LP é hoje o resultado da influência exercida por várias línguas, passando a impressão de que empréstimos lingüísticos são exclusivamente prejudiciais. Leitores leigos podem crer que a LP é isenta de influências, ou seja, pura, o que é um grande mito, não elencado por Bagno na lista da seção 1.4, como bem é afirmado por Garcez e Zilles (In Faraco, 2001, p.20):

No português, língua de tantas invasões em cinco continentes, invadida e invasora, o que seria puro? No português brasileiro, língua de tantas gentes, termos tão triviais como CUPIM e CAIPIRA, CAMUNDONGO e BUNDA, alguns até emblemáticos da identidade nacional brasileira, não têm *pedigree* latino ou lusitano, mas sim indígena e africano, respectivamente. E se alguém quiser apontar que essas são contribuições legítimas, de fato, em função de virem das outras duas etnias fundadoras da nação brasileira, o que dizer então de FUTEBOL e GOL? Aliás, digno de registro é o fracasso dos esforços empreendidos pela ditadura do Estado Novo para promover, entre outros, o termo LUDOPÉDIO como substituto para o então anglicismo football.

⁵ John Robert Schmitz, no artigo O projeto de lei nº 1676/99 na imprensa de São Paulo, publicado no livro organizado por Faraco (2002).

Comentando a afirmação de Pasquale, Sírío Possenti (2001)⁶ afirmou sobre o empréstimo da palavra *dumping*:

Há cerca de três anos, em entrevista à Veja, o prof. Pasquale, completamente contrário ao uso de estrangeirismos (...) abria exceção para a palavra 'dumping'. 'Tenho muita simpatia pela palavra 'dumping', que significa vender abaixo do preço de custo. É sintética e forte...'disse.(...) O que isso significa? Significa que o palpite do professor só cobre parte do problema. O que ele supõe é que, se não usarmos a palavra inglesa, só nos resta a hipótese de usar sua definição. O que é incorreto. Nunca se usa uma definição no lugar de uma palavra. Acho que, se não usássemos a palavra emprestada, inventaríamos uma.

O que legitimaria *dumping* em detrimento de outros empréstimos que vêm sendo usados? A fala do professor é carregada de subjetividade e de contradição, marcadas no léxico selecionado que se amarra nesta expressão: "simpatizo com".

A entrevista recai na necessidade inexplicável, por parte de alguns falantes, de que seja eleita uma região na qual a língua seria melhor concretizada. Pasquale nega que o Maranhão seja o tal lugar: "Pura lenda" (3ª questão, linha 2). Ou seja, concorda com Bagno, que isso é mito⁵. No entanto elege um novo lugar onde o português não sofreria maus tratos - o Rio de Janeiro - por quatro motivos, sem comprovação científica. Dessa forma, continua aceitando a mitologia. Quantos cariocas observou? De qual classe social?

Seguindo o raciocínio anterior, supõe-se que em algum lugar há o pior português e o professor elege São Paulo. Cita dois exemplos para comprovar sua escolha: "dois pastel" e "acabou as fichas". Nenhum outro aspecto é comentado. Ambos os exemplos podem ser incluídos dentro de um mesmo fenômeno do ponto de vista gramatical - concordância; portanto, há apenas um "erro" e não dois. Se observasse outros lugares, ele constataria que essa inadequação não é característica apenas de São Paulo, constituindo-se num fenômeno mais abrangente. Poder-se-ia considerar que a Revista criou um novo mito para a LP e o professor o corroborou.

A sintaxe do presidente Fernando Henrique Cardoso entra em julgamento e revela simplesmente uma curiosidade de Revista, que acredita ser também de interesse dos leitores. Os usos que os políticos fazem da LP despertam enorme interesse. Cada

⁶ Na sua coluna Littera, na Prima Página. Ver referências.

⁵ Mito elencado na lista de Bagno, visto aqui na seção 1.4 do primeiro capítulo.

vez que o presidente F.H.C. usava uma palavra incomum, repórteres do Fantástico⁶ iam às ruas perguntar à população se conhecia o significado da tal palavra. Embora este seja um exemplo lexical e não sintático, ele demonstra bem a curiosidade despertada pelo uso que os políticos fazem da língua.

De acordo com Pasquale, os discursos de F.H.C. apresentam problemas quanto à GT, porém, a ele é aberta uma exceção devido às dificuldades de adequação discursiva, a fim de não ser acusado de demagogo ou pedante. Essa adequação leva em conta que os falantes devem ter em mente, ao produzir suas mensagens, a quem são dirigidas e, a CC, uma vez adquirida, possibilita ao falante encontrar uma solução de escolha para atender às suas necessidades de comunicação.

Pasquale afirma que "Fernandinho detonava o idioma" e esse é o gancho do repórter para a nova pergunta, outra simples curiosidade. Cita três falhas do referido presidente e as contrapõem à intolerância das pessoas em relação ao neologismo de Magri (Ministro do Trabalho do governo Collor que inventou a palavra imexível, hoje, dicionarizada), embora não o justifique, que se estenderia à fala de Lula, que, vez ou outra, falaria "penso de que". Conclui que "estamos todos nivelados por baixo."

"A nível de", dúvida para muitos, seria "correta" ou não? Se não, por que seu uso é recorrente? é classificada como "bizarrice" de cidadão sem conteúdo, usada para impressionar e conferir sofisticação ao discurso. Ele não pondera que pode ser um recurso lançado enquanto o falante seleciona uma idéia e organiza o pensamento, constituindo-se numa espécie de muleta. Qualifica-a de praga mundial. Mundial? Os americanos, ingleses, israelenses, franceses, angolanos, japoneses, entre outros, todos usam *a nível de*? Encerra a resposta com uma referência à clareza, preocupação que deve ser a primeira, caso a pessoa queira realmente ser compreendida e não apenas impressionar: "Já ouvi gente dizendo que 'o jogador sofreu uma contusão a nível de joelho'(...) Hoje, por exemplo, ninguém faz nada 'para', mas 'no sentido de'. Usar a língua direito não é inventar rococós, é ser claro, direto" (pergunta 7, linhas 3-6).

As considerações quanto ao acento grave denunciam falhas no processo escolar, que após anos repetindo regras, não garante aos indivíduos a isenção de dúvidas no momento de utilizá-lo. Trata-se, ao mesmo tempo, de uma generalização;

⁶ Revista eletrônica da TV Globo.

afinal, com base em que a Revista afirma que os brasileiros se confundem no emprego da crase e, ainda, com base em que Pasquale não a nega? Ele afirma que esse é um reflexo da "desgraça do ensino de português no Brasil". Incorre, novamente, na subjetividade, quando diz que a "crase é uma coisa maravilhosa" e, incoerentemente, ainda a caracteriza de "maldito acento". Depois afirma ser um fenômeno de fácil explicação, mas não diz se de fácil compreensão. Sua explicação deve, segundo ele, centrar-se na metalinguagem (8ª questão, linha 3-7). Em sua visão demasiadamente simplista, tudo estaria resolvido, se os professores fizessem o processo de mastigação para os alunos. Quer dizer, então, não se dispõem a explicar detalhadamente o fenômeno e não explicam se tratar de uma fusão? Mencionar a origem grega garantirá a sua assimilação? Não explica que, para saber usá-lo, o aluno deve dominar as regras de regência, pois como vai colocá-lo num "a" qualquer se não perceber que o verbo determina o uso da preposição "a" que se somará ao artigo definido feminino antes de substantivos? Sequer menciona as exceções ou os casos facultativos. Assim, o aluno tem regras a assimilar e várias exceções a decorar. Pasquale chama de colegas os outros professores de LP embora qualifique-os de ignorantes e despreparados, criando uma aura de descrédito. Simplifica o ensino da LP a uma regra restrita ao emprego da crase. Ora, sabe-se que na prática em sala de aula é um tanto difícil fazer o aluno compreender esse fenômeno lingüístico (imperceptível na fala); que além de o professor ter que *"mastigar" todo o processo*, leva um certo tempo para que o aluno realmente o assimile e passe a utilizar o sinal indicador de sua presença sem problemas. Toda regra gramatical leva um certo tempo para uma real aplicação pelos estudantes; caso contrário, todos escreveriam e falariam de acordo com a GT, bastaria ao professor explicar uma vez e jamais o "erro" seria cometido novamente.

Enfim, a resposta dada é de indignar qualquer estudioso da linguagem. É difícil, embora ocorra, imaginar que um professor de LP possa ler uma entrevista dessas e dizer que este professor, que desqualifica o seu trabalho, seja seu ídolo.

O dicionário Aurélio é acusado de inconsistência devido a quatro problemas. A primeira é o verbo conscientizar, para o qual é registrada apenas uma de suas possíveis regências - a forma transitiva direta. A falha estaria em não registrar as demais possibilidades de transitividade e intransitividade. A segunda é o fato de ter

tornado verbete uma palavra estrangeira, no caso, "parabenizar" (Novamente contra estrangeirismo). A terceira é a omissão de acento gráfico na palavra trólebus, pela tonicidade considerada proparoxítone e, portanto, para a qual a regra determina a acentuação. E, por fim, a utilização de acento diferencial na palavra fôrma, desrespeitando o acordo ortográfico de 1971.

Evidencia-se uma incoerência em seu discurso, quando fala que o dicionário não registrou a forma transitiva, já que alega que um dos usos do verbo não foi registrado. É possível concordar com ele em relação a isso, mas o uso também justificaria os estrangeirismos por ele condenados.

Infere-se que a Revista considera inadequado o português usado na televisão, impressão de muitos, alimentada por colunas de jornais que se dedicam a criticar o português empregado em programas televisivos de uma forma geral, constituindo-se em senso comum⁷. Pasquale nega que assista à telenovelas, portanto, não pode opinar, mas comenta sobre os apresentadores de telejornais. Diz que os provenientes da mídia impressa parecem dominar melhor o idioma e os que atuam na área de esportes são um horror. Geralmente, profissionais vindos do rádio. É clara a valorização da língua escrita, em detrimento da oralidade, reforçando a tradição de considerar apenas o que dela provém. Os locutores esportivos não recebem a mesma tolerância dispensada ao discurso do presidente F.H.C. Não há consideração quanto à situação de produção da mensagem, não é lembrado o fato de que a comunicação oral possui outras características e também o calor do momento, juntamente com a quase simultaneidade com os acontecimentos, considerando-se que a mensagem é elaborada em frações de segundo:

Fala e escrita são duas modalidades de uso da língua, possuindo cada uma delas características próprias; isto é, a escrita não constitui mera transcrição da fala. Embora se utilizem, evidentemente, do mesmo sistema lingüístico, elas possuem características próprias. Isto não significa, porém, que fala e escrita devam ser vistas de forma dicotômica, estanque, como era comum até há algum tempo e, por vezes, acontece ainda hoje. Vem-se postulando que os diversos tipos de práticas sociais de produção textual situam-se ao longo de um contínuo tipológico, em cujas extremidades estariam, de um lado, a escrita

⁷ A propósito do português empregado na novela *Mulheres Apaixonadas*, a Revista Veja publicou o texto *Mulheres Revisadas*, em 2003, o qual tratava da contratação de uma professora de português para corrigir as falas das personagens, principalmente nas cenas rodadas na escola.

formal e, de outro, a conversação espontânea, coloquial (Marcuschi, 1995; Koch & Oesterreicher; 1990; Koch, 1992, 1997. É Marcuschi (1995: 13) quem escreve: “As diferenças entre fala e escrita se dão dentro do *contínuum tipológico* das práticas sociais e não na relação dicotômica de dois pólos opostos” (Koch; Vilela, 2001, p.454).

Quanto ao pior erro que cometeu, Pasquale cita duas situações "que quase arruinaram sua carreira" , para isso, usou a palavra “deslize”. Certamente, trata-se de deslize, pois há construído uma imagem de autoridade que impossibilita pairar qualquer dúvida quanto à sua capacidade de “falar e escrever corretamente”. Para todos os outros exemplos citados anteriormente, ele usou apenas o vocábulo “erro”. Ainda é preciso considerar o quanto foi erudito na escolha de seu "erro".

A noção de “certo” e “errado” aparece novamente quando é perguntado sobre o plural correto de hamburger. Hambúrgueres seria a versão correta em português. Todavia, ao que parece hamburgers é a forma consagrada pelos falantes brasileiros, os quais a enquadraram na regra mais usual do português na formação do plural: o simples acréscimo do "s". O professor tenta persuadir seu entrevistador e seu leitor de que não associou seu nome a uma marca apenas em função do cachê, coloca-se assim, como defensor da LP, “desinteressado” dos processos capitalistas, mas que faz uso deles, se tiver a chance de divulgá-la. Faz propaganda a favor da empresa e em benefício próprio.

As expressões abaixo são destacadas a fim de possibilitar uma melhor visualização de seu exagero ao comentar os fenômenos lingüísticos. São subjetivas e marcam a sua concepção da LP. Adjetivos, advérbios, substantivos, frases do senso comum e gradações, enfim, a lista relaciona uma linguagem altamente hiperbólica e segue assim em todas as outras questões:

Questão 1 - numa **tremenda limitação de vocabulário, estado trágico**

Questão 2 - essa invasão **é a face mais** irritante; **cena** surrealista; centro de compras, **vulgo** shopping center; **sem falar no** disk, que é uma **bobagem** de origem **indecifrável**; **o sujeito que usa um termo em inglês é, na minha opinião, um** idiota.

Nas perguntas, a linguagem do entrevistador, atendendo às recomendações do corpo editorial, segue o mesmo estilo do professor Pasquale, com uso recorrente de intensificação. Ele pergunta o porquê de o português ser *tão* mal falado e escrito; o

porquê de *tanto* estrangeirismo; o *melhor* português; o *pior*; se Collor errava *muito*; do *famigerado* “a nível de”; a razão de o brasileiro confundir-se *tanto* na hora de usar o acento grave; e qual foi o *pior* erro que o professor já cometeu. É essencialmente subjetiva a sua postura em relação ao desempenho lingüístico dos brasileiros, pois as perguntas ora refletem curiosidade, ora impressões, já que nenhum estudo é citado. O entrevistador de Pasquale apenas repete os mitos recorrentes, tais como: brasileiro não sabe português; há uma região em que é mais bem falado e outra na qual é pior falado; o certo é falar assim porque se escreve assim, sem ir além do senso comum.

Não se espera da entrevista o rigor científico de situações acadêmicas. Porém, é inadmissível aos profissionais, lingüistas e gramáticos concordar com tantas impressões e imprecisões. Constata-se que Cipro Neto apresenta uma visão da LP e de seus falantes facilmente questionável, assim como a noção de “certo” e de “errado” a permear toda a sua fala. Usa seus conhecimentos da norma-padrão para dizer aos outros falantes que eles não dominam a própria língua e, com essa postura, reforça preconceitos e contribui para a exclusão da massa. Prevalece a tônica da superficialidade ao não explicar de forma científica os fenômenos lingüísticos sobre os quais foi questionado; não mostra ao leitor como os empréstimos contribuíram para formar a LP de hoje. De acordo com Fiorin, os estrangeirismos não são nocivos, pois não vêm afetando a sintaxe, a fonologia ou qualquer outro aspecto da língua. Trata-se apenas de empréstimos de ordem lexical/vocabular:

Um idioma se caracteriza por uma gramática e um fundo léxico comum. A gramática não se encontra ameaçada por empréstimos estrangeiros, pois eles são pronunciados de acordo com o sistema fonológico do português e usados segundo a morfologia e a sintaxe de nosso idioma (In: Faraco, 2002, p. 115).

O professor apresenta a LP como sinônimo de normas gramaticais, a concebe como expressão do pensamento e qualquer desrespeito a essas regras é visto como um atentado aos bons costumes lingüísticos.

O léxico de que se vale evidencia um verdadeiro desrespeito quanto às variações lingüísticas, principalmente, quando elege o “melhor” e o “pior” português. Nesse ponto, ele está contrário às tendências atuais do ensino do idioma, observáveis nos PCNs, que estabelecem o ensino das variantes⁸, desde as primeiras séries do

⁸ Como discutido no capítulo 1, seção 1.7.

ensino fundamental, de modo a fazer o aluno *entender* que elas resultam das culturas variadas existentes no Brasil. Teria sido mais sensato, se dissesse apenas: não há melhor ou pior português, são apenas diferenças regionais a serem respeitadas e discutidas quanto ao momento de seu uso.

Logo, a LP é, na visão desse professor, algo homogêneo, que não sofre mudanças e o povo não a domina e não tem o direito de determinar sua concretização. Está apegado à tradição, aos modelos do bem falar e do bem escrever, negando a língua como prática social a serviço da interação. Enfim, o professor representa uma espécie de professor de português que apenas prescreve e gera insegurança aos estudantes, aos fazê-los acreditarem que não sabem a própria língua.

É preciso levar em conta o seu interesse comercial, se afirmar que as variantes precisam ser respeitadas, que o brasileiro sabe o próprio idioma, que os fenômenos não se baseiam apenas no "certo" e no "errado", a quem venderá seus livros e seus encartes recheados de prescrições?

Tais mitos vindos de pessoas leigas são compreensíveis uma vez que uma pessoa atuante em outra área pode não compreender muito bem os fenômenos lingüísticos, mas é papel do professor, principalmente do Pasquale, fazer os avanços dos estudos da linguagem sejam refletidos em sala de aula e na mídia, espaço do qual dispõe de forma privilegiada.

A Revista deixou de cumprir seu papel na medida por não trazer aos leitores uma confrontação com as informações fornecidas pelo professor, evidenciando uma tietagem não condizente com a forma em que deve ser realizado o trabalho jornalístico.

3.1.2. Texto 1: Nossa Língua Portuguesa?

Data: 16 de setembro de 1998.

Subtítulo: Academia Brasileira recia a Torre de Babel no novo Vocabulário

Autor: sem assinatura

Nossa língua portuguesa?

Academia Brasileira de Letras recia
a Torre de Babel no novo *Vocabulário*



Portella:
justificativas Foto: Oscar Cabral

A Academia Brasileira de Letras, além dos tradicionais chás com pasteizinhos de carne de todas as quintas-feiras, usou seu tempo nos últimos meses para elaborar o novo *Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa*. Um trabalho malfeito, pouco rigoroso, repleto de vícios. Pretendia-se atualizar o vernáculo e o que se fez foi encher o português de expressões exóticas. Aos mais de 340.000 vocábulos da edição anterior, de 1981, foram acrescentados outros 6.000, entre eles palavras de origem alienígena, como *network*, *pessach*, *inro*, *tzedaká*, *colt*, *off-line* e *output*. O pecado capital dessas inserções é que elas foram feitas sem nenhum critério sério. "Nossa equipe analisava cada caso, procurando ficar com os termos mais usados em dicionários, livros e meios de comunicação", explica Antônio José Chediak, coordenador da comissão de dez pessoas que elaborou o léxico. "Quando havia dúvida se a palavra era realmente freqüente, conversávamos até chegar a um consenso", diz. Ou seja, não se realizou nenhuma pesquisa para quantificar a ocorrência dos novos verbetes nas fontes estudadas.

O resultado é um arbítrio só. Deverá ser ignorado pelos dicionaristas sérios, que sabem que a língua, como o conjunto de vocábulos e expressões usados por um povo, exige representatividade. Ninguém pode opor-se ao aportuguesamento de palavras estrangeiras e à sua inclusão no léxico quando o uso desses vocábulos se generaliza. Foi assim sempre. O português tomou emprestadas do árabe as palavras *alcachofra*, *alface*, *alforria*. Do francês vieram *abajur* e *garçom*. Do quimbundo, língua dos escravos vindos de Angola, os vocábulos *moleque* e *quibebe*. Do inglês, mais recentemente, uma série de termos vinculados à área de computação, como *e-mail*, *internet*, *mouse*, *joystick*, *modem* ou *deletar*. São palavras que se impuseram aos usos e costumes nacionais. Mas, no caso do trabalho da comissão criada pela Academia, grande parte de todos os estrangeirismos recém-incorporados à língua veio do hebraico, língua familiar e religiosa de aproximadamente 110.000 pessoas no Brasil. Seria compreensível que palavras hebraicas passassem a fazer parte de uma lista como a feita pela Academia se tivessem sido colhidas por meio de um critério razoavelmente rigoroso. Não foi isso que aconteceu. "Recebemos a colaboração espontânea de um rabino e não tivemos tempo de consultar especialistas de línguas como o japonês e o italiano", diz Chediak. Assim, palavras nipônicas de uso corrente no Brasil como *sushi* e *sashimi*, devido à popularidade dos restaurantes japoneses espalhados pelo país, não foram incluídas na lista. Em vez destas, o rol da Academia incorporou vocábulos como *inro*, que quer dizer, pasmem, porta-remédio em japonês. Entre as palavras hebraicas introduzidas contam-se verbetes como *chanuká* (uma festa judaica), *chala* (um tipo de pão), *chazan* (o cantor da sinagoga), *gefiltefish* (bolinho de peixe), *tzedaká* (uma boa ação) e *shofar* (chifre de cabra usado como berrante em cerimônias religiosas judaicas).

Outro membro da comissão, o ex-ministro da Educação Eduardo Portella, justifica os esquecimentos e as inclusões de vocábulos pouco usados com um argumento que tem mais afinidade com as relações internacionais do país do que com as questões vernáculas. "O hebraico vem fazendo um esforço muito grande para se consolidar, enquanto o inglês já nem precisa mais fazer esforço algum", diz Portella. Se em vez de fazer o novo *Vocabulário* a Academia Brasileira de Letras tivesse brincado de falar a língua do pê, seria igualmente inútil, mas, pelo menos, mais divertido.

3.1.2.1 - A análise

A reportagem ora analisada é a primeira sobre dicionários do período delimitado na pesquisa e começa a evidenciar um certo interesse do corpo editorial em acompanhar as publicações que legitimam termos e expressões. Poder-se-ia afirmar que o tema dicionário tem um espaço reservado na Revista.

A principal falha apontada no novo *Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa*, lançado pela Academia, seria, segundo a Revista, a falta de critérios para a inclusão de um vocábulo. Ora, um termo fora adotado levando em consideração o uso, quando este, de fato, não era expressivo, e, ora o termo não era adotado mesmo sendo usual na LP.

O autor (desconhecido) da reportagem chama de alienígenas os termos *network*, *pessach*, *inro*, *tzedaká*, *colt*, *off-line* e *output*. Dentre esses termos não aceitos, não se separaram os ingleses dos provindos do hebraico ou do japonês, o que confere uma impressão inicial de que o texto será contra o estrangeirismo, logo desfeita, já que há a defesa do estrangeirismo como algo natural, quando consagrado pelo uso:

Ninguém pode opor-se ao aportuguesamento de palavras estrangeiras e à sua inclusão no léxico quando o uso desses vocábulos se generaliza (segundo parágrafo, linha 2-4).

“São palavras que se impuseram aos usos e costumes nacionais (segundo parágrafo, linha 7-8).

Essa defesa dos empréstimos lingüísticos como algo enriquecedor é a postura adotada pelo corpo editorial e permanecerá em todos os momentos em que a Revista os comentam. Quanto ao estrangeirismo, a Revista adota claramente a postura do lingüista e abandona por completo as prescrições para evitá-lo.

Para provar a naturalidade do fenômeno, são citadas as contribuições do árabe (*alcachofra*, *alface*, *alforria*); do francês (*abajur*, *garçom*); do quimbundo (*moleque*, *quibebe*); do inglês (*e-mail*, *internet*, *mouse*, *joystick*, *modem* e *deletar*). Nesse sentido,

a única voz destoante sobre os empréstimos é a de Pasquale, na entrevista de 1997: “o sujeito que usa um termo em inglês no lugar do equivalente em português, é, na minha opinião, um idiota” (questão 2, linha 6-7).

Outra crítica ao trabalho da Academia foi quanto à não realização de pesquisa para quantificar a ocorrência dos novos verbetes, crítica pertinente, quando se considera a língua como lugar de interação de sujeitos inseridos dentro de uma realidade sócio-histórica, na qual se valoriza o uso e a frequência das ocorrências. Abre-se, então, espaço para o falante, para o usuário do idioma e compreende-se que ele é responsável pelas escolhas que contribuem para formar a LP conhecida e usada hoje. Isso inclui a aceitação de empréstimos lingüísticos, os quais jamais poderiam ser aceitos na concepção de língua como expressão do pensamento, que os teriam como barbarismos na lista de vícios a serem evitados.

O título *Nossa Língua Portuguesa?* sintetiza a preocupação do texto ao questionar se esses vocábulos são mesmo usados pelos brasileiros. A principal objeção aos vocábulos de origem hebraica se deve ao número de usuários dentro do Brasil, 110.000. Número que seria inexpressivo para justificar a inclusão em um dicionário da LP. Os exemplos de vocábulos de origem japonesa são citados pela Revista para reforçar a falta de critérios do dicionário que não registrou *sushi* e *sashimi*, enquanto registrou *inro*, que parece aos olhos de qualquer falante, bem menos usual.

É uma matéria que mostra o quanto a Revista está com a atenção voltada para as publicações normatizadoras e legitimadoras. E prevalece uma concepção de língua como lugar de interação, na qual os critérios para a sistematização da língua levam em conta os usos correntes. Surpreende que, aqui, a norma é entendida como normal, usual, na segunda acepção da palavra apontada por Platão e Fiorin (2003) e Matos (2002), discutidas na seção 1.2., do primeiro capítulo.

O uso permeia a matéria. Dessa forma, a língua não é vista somente como expressão do pensamento ou como instrumento de comunicação. É inegável o avanço na discussão do conceito de norma e a visão adotada da língua como prática social, embora talvez isso tenha sido possível por se tratar de uma matéria sobre dicionários. Se fosse o texto fosse voltado para as questões afetas ao ensino de LP e suas implicações, certamente, voltaria a ocorrer a prescrição.

É compreensível a preocupação da Revista com um dicionário publicado pela Academia Brasileira de Letras, tida como uma instituição que se pretende normatizadora, embora não desfrute de muito prestígio há um bom tempo como aponta Staub (1987):

A Academia Brasileira de Letras, fundada em 1896, além de cuidar de reformas ortográficas e distribuir prêmios àqueles que se destacam nos diversos campos da literatura exerce o trabalho de normatizadora da linguagem, trabalho esse nada respeitado pela falta de prestígio da Academia (p.22).

Staub (op.cit) não explica o porquê desse desprestígio, mas afirma que sobraram como moralizadores da linguagem apenas os gramáticos. Embora as causas da descon sideração não sejam tão claras, talvez uma delas seja o trabalho ali realizado, como o dicionário em pauta. Dessa forma, a não aceitação da autoridade da Academia é comprovada nas páginas de Veja.

3.1.3. Texto 2: Tupi or not tupi

Data: 16 de dezembro de 1998

Subtítulo: Professor tenta salvar o ensino da língua falada no Brasil dos séculos XVI e XVII

Autor: Bruno Paes Manso

Tupi or not tupi

Professor tenta salvar o ensino da língua falada no Brasil dos séculos XVI e XVII

Bruno Paes Manso



Eduardo Navarro e a gramática tupi do padre José de Anchieta: a escrita é a única maneira de conhecer o passado nacional

Foto: Egberto Nogueira

Se Fernando Henrique Cardoso proferisse em Portugal a frase "Chega desse nhenhênhem neoliberal", como fez ao responder aos que criticavam seu governo, provavelmente não seria entendido. Nhenhênhem vem do tupi e quer dizer conversa jogada fora. Um turista brasileiro que contasse a um moçambicano que "chorou as pitangas" também correria o risco de encontrar no rosto de seu interlocutor um grande ponto de interrogação. "Estar jururu", cabelo "pixaim" e ficar na maior "pindaíba" são outros exemplos de expressões ininteligíveis para lusófonos não-brasileiros. Os brasileiros quase não percebem, mas o português que falam é em grande medida tributário do idioma tupi, falado pelos aborígenes que Pedro Álvares Cabral encontrou na Terra de Santa Cruz há 500 anos. Nada menos que 20.000 dos vocábulos dicionarizados no Brasil têm origem tupi. No entanto, os estudiosos da língua são uma espécie em extinção. Único especialista que se dedica ao ensino do tupi antigo, o professor da Faculdade de Letras da Universidade de São Paulo Eduardo Navarro resolveu tomar uma providência que funcionou muito bem para salvar bichos como a ararinha azul ou o mico-leão-dourado. Fundou uma ONG, a Tupi Aqui, com a qual pretende formar 100 professores do idioma até o ano 2004. Não é por diletantismo que Navarro se dedica à causa. "Não será possível entender os 250 primeiros anos da História do Brasil se essa língua se perder", diz.

Ele tem razão. O tupi antigo era a língua comum às populações nativas do Maranhão até o Paraná, formando uma grande unidade cultural. O verbo *îepotar*, por exemplo, era empregado quando alguém estava chegando por mar, tanto a Porto Seguro quanto a São Vicente. Apesar do entra-e-sai constante de caravelas estrangeiras, o tupi resistiu nesse vasto território por séculos. Era a língua brasílica por excelência. Essa é uma peculiaridade da colonização portuguesa, porque em vez de massacrar qualquer manifestação cultural nativa, como fizeram os espanhóis no restante da América Latina, o que aconteceu no Brasil foi uma espécie de colonização do colonizador. A explicação para isso é que o modelo português de ocupação do território se baseava em casamentos mestiços, as mulheres sendo tomadas nas tribos indígenas. Como eram elas que educavam os filhos, naturalmente o tupi tornou-se a língua de adoção dos primeiros descendentes dos europeus em terras brasileiras. O processo de aculturação dos lusitanos foi tão forte que o padre Antônio Vieira já o notou em pleno século XVII. "É certo que as famílias dos portugueses e índios de São Paulo estão ligadas umas às outras e que a língua que nas ditas famílias se fala é a dos índios. E a portuguesa, a vão os meninos aprender à escola."

O indício mais generoso dessa assimilação cultural aconteceu quando os portugueses sistematizaram uma gramática e uma linguagem escrita para o tupi. Sem esses dois elementos, alguns dos mais importantes traços culturais dos índios da época do Descobrimento teriam desaparecido, já que os nativos quase não deixaram construções, registros ou objetos resistentes à ação do tempo. Graças ao padre José de Anchieta e a seus

companheiros da Companhia de Jesus, muitas cartas e relatos de época foram escritos na língua original. Uma *Bíblia* foi vertida para o tupi por um missionário holandês e calvinista. Os momentos que precederam a Batalha dos Guararapes, em que se enfrentaram índios, portugueses e holandeses, também foram analisados em cartas escritas na língua. Foi em tupi que os bandeirantes desbravadores se comunicaram. É por isso que tantos Estados, municípios e rios têm nomes de origem indígena. Pernambuco é "mar com fendas", uma referência aos arrecifes. Paraná é "mar". Pará é "rio". Piauí é "rio de piau", um tipo de peixe. Sergipe é "no rio do siri". Paraíba é "rio ruim". Tocantins é "bico de tucano".

O terrível Domingos Jorge Velho, um dos responsáveis pelo aniquilamento do Quilombo dos Palmares, não sabia falar português, segundo o relato de um bispo da época. O ano era 1697 e as tropas paulistas que haviam massacrado Zumbi só falavam em tupi. Mesmo escritores que se notabilizaram por sua literatura em português conheciam — e bem — o idioma indígena. Foi o caso do padre Antônio Vieira e de Gregório de Matos. A língua tupi foi aquela em que se comunicaram, até meados do século XVII, as melhores famílias quatrocentonas brasileiras. Versos do poeta Gregório de Matos chegavam a ironizar o vernáculo da elite de Salvador: "A coisa como ser um paiaíá, mui prezado de ser caramuru, descendente de sangue de tatu, cujo torpe idioma é o cobepá", brincou Matos no século XVII. O escritor Sérgio Buarque de Holanda relatou no clássico *Raízes do Brasil* que, em um inventário feito numa repartição pública paulista em pleno século XVII, foi necessária a participação de um intérprete porque a herdeira não sabia uma palavra de português.

Com tal força cultural, o tupi comportava-se como qualquer língua viva. Incorporava novos vocábulos, gírias, expressões idiomáticas, particularmente as originárias do próprio português e do idioma quimbundo que era falado pelos escravos africanos. Foi assim que o tupi, na origem uma língua desprovida de tempos verbais, desenvolveu também desinências indicativas de presente, passado e futuro. A falta dessas desinências não significa que se tratasse de um idioma menos sofisticado. Basta lembrar que o mandarim, a principal língua falada na China, velha em mais de 5.000 anos, também não tem tempos verbais. Como eles sabem então quando se passa a ação? Pela adição à frase de um advérbio de tempo. Era assim também com o tupi.

Outra modificação importante pela qual passou a língua nativa foi a inclusão de numerais acima de quatro. Os índios só identificavam os números 1, 2, 3, 4 e "muitos". Para dizer que dez jacarés estavam no rio, diziam "minhas mãos". Vinte, "minhas mãos e meus pés". Os pronomes demonstrativos também mudaram. Para os índios, que viviam entre animais selvagens, era importante ter um termo que indicasse quando algo estava próximo e podia ser visto. Outro para quando estava próximo mas não visível. Na língua modificada, aquela que se tornou a forma de expressão do mameluco, o mestiço brasileiro, o pronome caiu em desuso.

Foi pela força de um decreto que o tupi perdeu terreno para o português. Em 1758, o marquês de Pombal, interessado em solapar o poder da Companhia de Jesus no Brasil e em aumentar o domínio da metrópole portuguesa sobre a colônia de ultramar, proibiu o ensino e o uso do tupi. Iniciou-se um longo declínio. Até meados do século XIX, redutos no interior de São Paulo ainda se expressavam em tupi, e o idioma transformou-se em bandeira nacionalista. Foi assim com o romantismo da literatura de José de Alencar e Gonçalves Dias, que faziam apologia dos heróis selvagens. Nos anos 20, o movimento modernista ironizava a mistura da cultura europeia com a brasileira por intermédio do dístico "tupi or not tupi".

Os últimos suspiros da língua dos antepassados aconteceram nos anos 30 e 40, durante a era Vargas, sob o influxo do nacionalismo em voga na época. Não por acaso, a saudação integralista "Anauê" era tomada do tupi. Significa "você é meu parente". Nesse período, o idioma indígena ganhou cadeiras nas universidades de São Paulo, Rio de Janeiro e Paraná. Era ensinado segundo a gramática de José de Anchieta. Em 1955, o presidente Café Filho obrigou todas as faculdades de letras a incluir um curso de tupi. Durante a década de 70 inteira e até os dias atuais, com a cultura indígena massacrada pelos projetos de desenvolvimento, a idéia de ensinar o tupi passou a ser mais desvalorizada do que a de ministrar cursos de sânscrito ou grego arcaico. É essa noção que o professor Navarro pretende corrigir. Não para conhecer melhor os índios que moravam no Brasil. Mas para conhecer melhor os brasileiros.

3.1.3.1 - A análise

A reportagem agora destacada apresenta um cunho altamente histórico em seu conteúdo, a partir do propósito de Eduardo Navarro em proporcionar um resgate do tupi com a fundação de uma ONG.

A ilustração da diferença entre o português brasileiro e o português europeu, reconhecimento da Revista quanto à variação geográfica, é feita com uma fala do presidente Fernando Henrique Cardoso "Chega desse nhenhêném neoliberal", a qual não seria entendida pelos lusófonos não brasileiros devido à contribuição do tupi ao português brasileiro. Outras ilustrações de possíveis desentendimentos são feitas: *chorou as pitangas, estar jururu, pixaim, pindaíba*.

Como sempre, a Revista traz bastantes informações e dados estatísticos, como a afirmação de que nada menos que 20 000 vocábulos dicionarizados no Brasil são de origem tupi, constituindo uma grande contribuição.

Esta matéria contribui para vários esclarecimentos a respeito da LP usada hoje. O primeiro mito a ser derrubado com a lembrança de que o tupi contribuiu para a formação da LP, tal como é conhecida pelos seus falantes, seria o de que se deve obedecer a algumas regras, porque no português de Portugal é assim que se fala ou se escreve. Ou seja, a informação dada rompe, ou pelo menos deveria romper, com a expectativa de que o português brasileiro seja um espelho do português europeu. Espera-se que essa informação seja um primeiro passo para a aceitação das peculiaridades de cada variação⁹.

Conseqüentemente, tal rompimento deveria ecoar em outras instâncias sociais. Na escola, não raras vezes, esse mito em relação ao português de Portugal persiste e é reforçado pelos professores de LM, que passam a fazer seus alunos acreditarem na mesma idéia. Tal comportamento mostra uma resistência arraigada em educadores em não aceitar as mudanças sofridas pela língua, a partir do momento em que entrou em contato com muitas outras. Querer que a LP, no Brasil, seja o que foi antes dessas influências todas reflete um ensino apegado às regras gramaticais, à conservação de estruturas e que concebe a língua como expressão do pensamento, uma vez que o indivíduo que não segue, aqui, as regras de Portugal é tido como alguém que desconhece a língua; que não pensa bem, entre outros julgamentos. A concepção de língua subjacente ao texto mostra uma aceitação das diferenças entre as duas

⁹ Estudiosos ainda não entraram num consenso em classificar a LP européia e a brasileira como variações de uma mesma língua ou como línguas distintas. Optou-se nesse trabalho em considerá-las a mesma língua, o que justifica a escolha do termo variação.

variações, sem em qualquer momento defender a idéia de que deve-se imitar o português de Portugal.

O texto mostra o comportamento do tupi como língua viva e confere uma aula de compreensão dos fenômenos lingüísticos. Nesta reportagem, não se pode apontar qualquer preconceito por parte da Revista, mas sim a tentativa de revalorização de uma língua cujo conhecimento possibilita uma melhor compreensão da história do Brasil e de seus falantes. Isso fica evidente quando, ao mencionar a ausência de tempos verbais, é explicado que a língua não pode ser considerada inferior por isso, pois ela dispunha de outros recursos para indicá-los, assim como o exemplo do chinês, citado na reportagem.

Esta reportagem pode ser considerada fundamental, para estudiosos e falantes da LP, porque ela traz fatos importantes da história de uma língua – tupi - que somada ao português resultou na LP brasileira; história, na maioria das vezes, omitida nos bancos escolares. Pode-se afirmar que muitos não sabem que o tupi era língua franca e a matéria rompe, na mídia, com a idéia de que a LP sempre foi a falada no Brasil sem que houvesse em seu processo de "nacionalização" uma luta empreendida contra os falantes de outros idiomas. É comentado ainda o histórico decreto do Marquês de Pombal, no qual se obrigava o uso do português.

Não há ao longo da abordagem do tema um cunho prescritivista, certamente, por não tratar de assuntos diretamente relacionados à escola. Neste texto, a língua é vista como um fenômeno mais abrangente e inserida num contexto histórico, ou seja, ela não é constituída apenas de regras a serem seguidas ou não serve somente para comunicar, como se vê na passagem “o tupi antigo era a língua comum às populações nativas do Maranhão até o Paraná, formando uma grande unidade cultural” (2º parágrafo, linha 1-2). Ela é vista, sim, como instrumento de comunicação, mas também como um lugar de interação.

O tratamento adequado às questões lingüísticas pode ser percebido também no seguinte trecho:

o indício mais generoso dessa assimilação cultural aconteceu quando os portugueses sistematizaram uma gramática e uma linguagem escrita para o tupi. Sem esses dois elementos, alguns dos mais importantes traços culturais dos índios da época do Descobrimento teriam desaparecido, já que os nativos

quase não deixaram construções, registros ou objetos resistentes à ação do tempo (3º parágrafo, linha 1-2).

Isso porque a natureza de língua ágrafa do tupi não recebe qualquer comentário depreciativo - embora em outros textos a Revista tenha privilegiado a língua escrita - como se ouve comumente, quando uma língua que não possui sistematização da escrita é considerada inferior. Comenta-se apenas que os portugueses foram responsáveis pelo seu registro.

Uma matéria para contentar gramáticos, lingüistas e leigos pela profundidade com que aborda os fenômenos lingüísticos mencionados.

3.1.4. Texto 3: Pequenos grampos, grandes negócios

Data: 23 de dezembro de 1998

Subtítulo: ausente

Autor: sem assinatura



Pequenos grampos, grandes negócios

O homem que colocou a gramática no ar

O professor **Pasquale Cipro Neto**, 43 anos, ficou famoso e ganhou dinheiro em 1998 apontando os erros gramaticais dos outros. A impertinência, que em qualquer rodinha faria dele um chato, transformou-o num astro da TV. Público não lhe falta. Faz mais de 100 palestras por ano, assina colunas em dez jornais, apresenta um programa de televisão, é a estrela de um comercial e dá consultoria em redações. Com a conta bancária reforçada, dir-se-ia que seus problemas já não são os mesmos que o afligiam nos vinte anos em que deu aula num cursinho pré-vestibular nem os que atormentam seus antigos companheiros de profissão. Quando sai à rua hoje é solicitado para dar autógrafo e esclarecer dúvidas de colocação pronominal.

O que dizem dele: "Ele tem um papel didático importante, mas não se pode asfixiar a língua, colocar nela um espartilho" (Nélida Piñon, escritora, membro da Academia Brasileira de Letras).

Você não vai acreditar, mas a primeira língua do homem que ensina português em rede nacional foi o italiano. Filho de imigrantes vindos da Itália, Cipro Neto começou a falar português depois de fluente no idioma paterno.

3.1.4.1 - A análise

Dessa vez, Pasquale aparece, portanto, em uma reportagem típica de fim de ano na qual se faz um balanço das pessoas que se destacaram, a vendagem de seus escritos realmente o qualifica a estar neste tipo de reportagem, já que, numa sociedade capitalista, as pessoas são reconhecidas pelo “sucesso” de sua conta bancária.

Esta reportagem poderia não fazer parte do *corpus* para a análise por parecer mais uma simples matéria sobre os destaques de 1998, na qual Pasquale aparece entre um ministro, uma jogadora de vôlei e um religioso. Embora não traga informações relevantes e específicas sobre a LP, ela interessa porque afirma que Pasquale foi "o homem que colocou a gramática no ar", o que pode ser entendido literalmente como: 1) foi ele quem criou um programa televisivo para ensinar LP; ou como: foi ele quem colocou a gramática na ordem do dia.

A parte da matéria que trata do professor possui o mesmo tom das apresentações de sua figura na entrevista de 1997, *Língua Enrolada*, e na reportagem *Falar e escrever, eis a questão*, de 2001. Da mesma forma, repete-se a exaltação de dados de sua maravilhosa capacidade de vender e aparecer: "100 palestras por ano, dez colunas em jornais, programa de televisão, comercial e consultoria em redações". O lado astro é novamente ressaltado, quando se diz que ao sair à rua é solicitado a dar autógrafos.

Com o outro subtítulo "*O que dizem dele*", é trazida a fala de Nelida Piñon, que lhe atribui um importante papel didático, mas lembra que ele não deve colocar a língua em um espalinho. Há a tentativa de fazer um contraponto com a fala da acadêmica, o que pode soar não relevante, uma vez que em todas as outras menções aos acadêmicos na Revista, esses aparecem como velinhos de uma instituição sem função, como já foi visto na seção 3.1.2., deste mesmo capítulo. O comentário de Nelida é importante porque mostra que a Revista abriu espaço para outras visões de língua. Quando ela o alerta para tomar o cuidado de não colocar a língua em um espalinho, fica claro a sua concepção de língua/linguagem como algo passível de rupturas com fins estéticos, como discutido no texto *Errar é divino*, de 1999. Seu reconhecimento ao papel didático do Pasquale é interessante, porém claramente redutor, em relação a imagem dele construída pelo mesmo veículo, já que, para ela, ele

não faz mais do que passar regras aos seus leitores e telespectadores e colocar a língua num espartilho. Para a Revista, ele é autoridade. Se Nélida comenta isso é porque vê uma rigidez em seus comentários sobre a LP que na verdade não pode existir na fala de professores de português, sob o risco de formar alunos que se preocupem cegamente com as regras. E os escritores mais criativos são exatamente aqueles que não seguem todas as regras da língua. Nélida critica o ensino da gramática pela gramática, o ensino desvinculado de função real, desvinculado do desenvolvimento da CC.

Com o outro subtítulo, *"Você não vai acreditar"*, informa-se que a LM de Cipro Neto é o italiano, conferindo um tom de surpresa pelo fato de um homem ensinar a LP aos seus falantes sendo que ele mesmo não é falante nativo dessa língua, ou seja, alguém que adquiriu a LP mais tarde após ter sua LM toda sistematizada. Dá o tom de notícia inesperada, improvável, de furo de reportagem: "Veja o que descobrimos...".

Portanto, não há espaço para prescritivismo quanto à LP. A temática não abre espaço para "ensinar" regras, dar dicas, ou para aconselhar o leitor a evitar macular sua língua. Aparece, porém a noção de "certo" e "errado" no trecho "ficou famoso e ganhou dinheiro em 1998 apontando erros gramaticais dos outros", sobre o qual a Revista não faz qualquer ressalva de que ele ganhou dinheiro cobrando dos outros uma variedade específica da LP, variedade só usada em determinadas situações. Isso se justifica pelo fato de o autor da reportagem não ser autoridade no assunto, ou seja, lingüista, filólogo ou professor de LP. Neste caso, a noção de "certo" e "errado" que aparece é absoluta, não existe espaço para outras variedades, não existe consideração do contexto de comunicação ou das diferenças entre a língua escrita e a língua oral. Subjacente ao léxico organizador do texto, aparece, então, a língua como expressão do pensamento, atrelada essencialmente às normas de bom uso, de correção, impostas pela GT.

Lamentavelmente, o único critério considerado pela Revista para essa escolha do professor foi o sucesso financeiro, caso contrário, a Revista poderia ter buscado a contribuição de outros professores de LP que desenvolvem trabalhos magníficos, mas não estão em exposição na mídia.

3.1.5. Texto 4: Fuja do "a nível de"

Data: 17 de março de 1999

Subtítulo: Cuidado com os erros de português mais freqüentes

Autor: A matéria não é creditada a qualquer repórter

Língua

Fuja do "a nível de"

Cuidado com os erros de português mais freqüentes



Foto: Frederico Ferrite

**O professor Pasquale:
quem tenta falar difícil
corre mais risco de
cometer deslizes**

Você provavelmente já participou de uma reunião em que alguém quis "fazer uma colocação". Ou ouviu alguma autoridade declarar que, "a nível do município", não há crise. As duas construções são tecnicamente incorretas ([confira as correções no fichário](#)). Não se está falando aqui de um desastre gramatical de grandes proporções do tipo "para *mim* fazer" em vez de "para *eu* fazer". Ocorre que os erros crassos, em geral, são corrigidos por um amigo mais sincero e tendem a se tornar coisa do passado. Já os deslizes listados acima se incorporam à língua falada e são cometidos com freqüência até mesmo por pessoas de *nível* (aqui sim) universitário. "Existem pessoas que estudaram muito, mas ainda assim se expressam mal em português", diz o jornalista e estudioso da língua Josué Machado.

Simplicidade — Ninguém sabe contar como surgem erros desse tipo. Uma explicação possível é o desejo natural que algumas pessoas têm de recorrer a construções ou expressões supostamente mais elaboradas. "Fazer uma colocação" pode parecer mais sofisticado do que apenas "dizer", mas isso é um engano. Uma das funções da língua é permitir a transmissão de idéias com clareza máxima. "A pessoa que procura sempre dizer as coisas sem rodeios ou complicações corre menos risco de errar", diz o professor Pasquale Cipro Neto, que apresenta um programa de televisão sobre língua portuguesa e dá palestras para melhorar o português nas grandes empresas. Não existe um manual com regras que ensinem os outros a falar corretamente. Além de estudar, o remédio é o de sempre: procurar ler muito.

Cartão de visita — A língua falada é viva e está em constante mutação. O que é tido como erro hoje pode virar um recurso de linguagem amanhã. O dicionário é uma prova disso. A nova edição do *Aurélio*, que deve ser lançada em maio, vai ter cerca de 30.000 verbetes e locuções a mais do que a lançada em 1986. Enquanto as mudanças não acontecem, convém observar algumas regras, que podem ser decisivas. Num almoço de negócios ou numa entrevista de contratação, por exemplo, a maneira de se expressar é um cartão de visita. "Num mundo com emprego raro, o candidato que comete erros graves de português pode até perder a vaga", afirma o consultor especializado em recursos humanos Simon Franco.

3.1.5.1 - A análise

A matéria *Fuja do “a nível de”* não recebeu destaque na Revista. É bem curta, e uma espécie de nota que busca recomendar ao leitor que tome cuidado com certos "erros".

Os "erros" mencionados na nota seriam freqüentes em LP, tanto que começa com a seguinte afirmação: "Você certamente já participou de uma reunião em que alguém quis 'fazer uma colocação'". Ou ouviu alguma autoridade declarar “a nível de município”. Ao que segue: “as duas construções estão tecnicamente incorretas. Não se trata de “um desastre gramatical de grandes proporções do tipo 'para mim fazer' em vez de 'para eu fazer’”.

A escolha lexical por desastre permite inferir que há o de grandes proporções e o de pequenas proporções. Atentando mais ainda à semântica da palavra escolhida, é possível dizer que há desastre de pequenas proporções?

A afirmação de que “erros crassos são corrigidos por um amigo mais sincero e tendem a se tornar coisa do passado” é o mote usado como justificativa para apresentar a lista de problemas não-crassos e, por isso mesmo, mais freqüentes e difíceis de corrigir.

Os erros “a nível de” e “fazer colocação” se enquadram, de acordo com a matéria, no tipo daqueles que são incorporados à língua falada e são cometidos até por pessoas de **nível universitário**. O que permite inferir que pessoas de nível universitário não devem ou não podem cometer “erros” ou, pelo menos, certos tipos de erros. Ou seja, mesmo elas estão sujeitadas ao pré-julgamento de sua competência em outros setores de sua vida pessoal e profissional por conta da linguagem que empregam e, caso não façam uso da norma consagrada, são relegadas ao grupo dos rotulados como não conhecedores da LP. O que poderia ser considerado um novo mito já que todos os falantes estão sujeitos à inadequação à norma ou à situação comunicativa. Busca-se a fala do jornalista Josué Machado, apresentado também como estudioso da língua, que confirma a idéia de que pessoas com um certo grau de escolaridade não devem cometer certos erros: “Existem pessoas que estudaram muito, mas ainda assim se expressam mal”. Como se a CC fosse diretamente proporcional à escolaridade. Se tal

premissa fosse verdadeira, não haveria a necessidade de se criarem cursos para profissionais de nível superior, como mencionado na matéria Falar e escrever, eis a questão (2001).

O parágrafo que recebe o subtítulo *Simplicidade* gira em torno da especulação de como ocorre o surgimento de tais "erros": "Ninguém sabe contar como surgem erros desse tipo. Uma explicação possível é o desejo natural que algumas pessoas têm de recorrer a construções ou expressões supostamente mais elaboradas. 'Fazer uma colocação' pode parecer mais sofisticado do que apenas 'dizer', mas isso é um engano", o que transparece a concepção equivocada do falante sobre o que é falar bem.

É impossível discordar da Revista de que a tentativa de impressionar enfeitando a fala ou a escrita não raras vezes resulta em um texto obscuro. Auroux (1998) mostra que a preocupação com o abuso das palavras, passível de resultar em obscuridade, já estava presente em Locke:

Locke justificava a importância do livro III do *Essai sur l'entendement humain*, dedicado às palavras, pelo abuso que frequentemente se faz destas últimas, tanto nos tratados eruditos quanto no uso corrente. **Por abuso das palavras é preciso entender seu uso em circunstâncias tais que ele provoca seja a incompreensão do locutor pelo alocutário**, seja, neste último, uma interpretação errônea do que queria dizer o primeiro ou ainda, para os dois, uma atribuição de propriedades ao mundo externo destituída de verdade. Muitas de nossas disputas são simplesmente disputas de palavras (AUROUX, p.372, grifo nosso).

Ainda sobre o abuso das palavras Auroux, acrescenta:

Locke descreve as causas desse abuso do modo seguinte:

- i) uso de palavras às quais não se atribui nenhuma idéia, ao menos nenhuma idéia clara;
- ii) inconstância a maneira como se aplicam as palavras;
- iii) aplicação viciosa dos termos;
- iv) confusão entre as palavras e as coisas;
- v) dar às palavras significações que elas não podem ter;
- vi) supor que as palavras têm uma significação certa e evidente;
- vii) utilização figurada dos termos (p.372).

Auroux aponta o desenvolvimento da pragmática e das máximas de Grice como uma alternativa a esse abuso, que podem ser assim resumidas, segundo a repartição kantiana:

-quantidade: (a) faça de modo que sua contribuição seja tão informativa quanto

se requer para as necessidades correntes da conversação; (b) não torne a sua contribuição mais informativa do que é requisitado;
 -qualidade: (a) não diga o que acredita ser falso; (b) não diga aquilo que lhe falta evidência apropriada;
 -relação: seja pertinente;
 -modalidade: (a) evite a obscuridade de expressão; (b) evite a ambigüidade; seja breve (evite a prolixidade inútil); (c) seja ordenado (p.372)

Enfim, a percepção de que o excesso de palavras desnecessárias compromete a comunicação não é algo novo, mas, a despeito disso, muitos ainda recorrem a esse recurso para impressionar.

O parágrafo que recebe o subtítulo *Cartão de visita* traz, surpreendentemente, a afirmação: “A língua falada é viva e está em constante mutação. O que é tido como um erro hoje pode virar um recurso de linguagem amanhã”. Surpreendentemente, tendo em vista a pouca aceitação dentre os veículos midiáticos das mudanças às quais uma língua está sujeita, prevalecendo em muitos um papel de guardião da língua e da gramática. Ao que segue: “Enquanto as mudanças não acontecem, convém observar algumas regras, que podem ser decisivas [...] Num almoço de negócios ou numa entrevista de contratação, por exemplo, a maneira de se expressar é um cartão de visita”. Aqui, a Revista admite as mudanças lingüísticas e, concomitantemente, prega a observação das regras. Esta última recomendação traz um caráter bem utilitarista, no qual a LP é vista como um meio de obter um emprego e ascender socialmente.

O conteúdo do texto é complementado com um fichário intitulado *Preste atenção ao que você diz*, seguido do subtítulo “Vários erros de português são cometidos sem que as pessoas percebam. Conheça os cinco pecados freqüentes”.

A expressão “a nível de” recebe a seguinte explicação no *Guia de uso do Português*, de Neves (2003, p.543):

A expressão **a nível de** tem sido muito usada como equivalente dos simples **de**, **como** e **em**, e esse uso vem sendo condenado nas lições normativas. Na verdade, nesses casos, ela não acrescenta nada ao enunciado. Observe-se a inconveniência que haveria se se substituíssem, nas frases seguintes, **de**, **como** e **em** pela expressão **a nível de**. √ O único inconveniente seria a presença do sócio minoritário nas reuniões **de** diretoria. (VEJ) √ Terá ela essa coragem? Posso desejá-la, **como** romancista. Mas, **como** cristão, peço a Deus que ela não tenha. (A).

Buscou-se Neves para mostrar que, quanto ao emprego do "a nível de ", gramáticos normativistas e gramáticos que consideram o uso, como a autora, não discordam quanto a falta de funcionalidade dessa expressão.

Esta nota é bastante prescritivista, já que tem como objetivo dar dicas para o leitor, como que desempenhando o papel de um amigo mais sincero, caso o leitor não o tenha. Basta atentar para a tentativa de proximidade conferida pelo uso do pronome "Você" no início do texto. Porém, a prescrição não recai sobre erros ortográficos ou sintáticos, certamente aos quais a matéria se refere por "erros crassos". A preocupação é específica com certas expressões, o que pode ser considerado um avanço por não se prender somente à ortografia ou à sintaxe.

A noção de "certo" e "errado" aparece novamente como um conceito absoluto, sobre a qual não há consideração do contexto de produção. As dicas são reportadas diretamente para uma situação de trabalho, de exposição de idéias numa reunião, enfim, momentos cruciais na vida do profissional: "Num almoço de negócios ou numa entrevista de contratação, por exemplo, a maneira de se expressar é um cartão de visita" (3º parágrafo, linha 4-5), afirmação reforçada com a fala de Simon Franco "Num mundo com emprego raro, o candidato que comete erros graves de português pode até perder a vaga" (3º parágrafo, linha 6). De fato, esta fala de Franco destoa da classificação destes "erros" feita pela própria matéria, segundo a qual não se trata de "erros crassos" ou de um "desastre de grandes proporções".

A matéria alterna, então, as concepções de linguagem como expressão do pensamento e como interação, porque ora enfatiza os "erros" e ora aceita as mudanças às quais as línguas estão sujeitas, o que se vê em "a língua falada está em constante mutação. O que hoje é tido como erro hoje pode virar um recurso de linguagem amanhã" (3º parágrafo , linha 1-2) , ou seja, se um "erro" pode tornar-se um recurso significa que se está levando em consideração a atuação dos usuários na escolha das construções que lhes convém, dentro de seu contexto histórico, sem precisar submeter-se apenas às regras.

Outro tema abordado é a clareza e a sua importância na comunicação. Em *Fuja do "a nível de"*, o trecho que trata dessa qualidade deixa transparecer a concepção de língua como instrumento de comunicação: "Uma das funções da língua é permitir a

transmissão de idéias com clareza máxima” (2º parágrafo, linha 3-4), uma vez que essa transmissão de idéias supõe um caráter monológico e não dialógico, diferente da língua vista como lugar interação, na qual o interlocutor teria a oportunidade de questionar o que não entendeu, não obrigando a mensagem de ter “clareza máxima”. Supõe-se ainda que a Revista estaria se referindo à linguagem escrita, na qual, na maioria das vezes, o interlocutor não dispõe do autor para esclarecer-lhe alguns pontos; porém a reportagem, no início, havia se referido a ouvir alguém usar tal expressão em uma reunião. Dessa forma, conclui-se que estão, autor da matéria e suas testemunhas de autoridade, falando da linguagem oral. Esqueceram, contudo, de falar do lugar dos implícitos na comunicação, que quando dizemos, não dizemos tudo.

Enfim, esta nota, tão pequena, é um exemplo de como todas as formas de conceber a língua e a linguagem podem aparecer misturadas, quando o tema LP é tratado por pessoas sem formação específica para abordá-lo, quando a única exigência é que elas devam entender de tudo um pouco, como são os jornalistas, por exemplo. Por isso mesmo, tais textos não desfrutam de aceitação acadêmica e encontram elogios apenas nas falas e cartas de leigos.

3.1.6. Texto 5: Errar é divino

Data: 21 de abril de 1999

Subtítulo: Por que os escritores podem deixar a gramática de lado, ao contrário dos mortais comuns

Autor: Ivan Teixeira

Errar é divino

Por que os escritores podem deixar a gramática de lado, ao contrário dos mortais comuns

Ivan Teixeira

Pode um escritor, em nome de sua arte, contrariar as regras da gramática? Esta é uma das principais questões levantadas pelo poeta português Fernando Pessoa em *A Língua Portuguesa* (Companhia das Letras; 208 páginas; 21,50 reais), reunião de dispersos organizados por Luísa Medeiros. Pessoa publicou pouca coisa em vida, mas deixou enorme quantidade de inéditos num famoso baú, de onde os estudiosos vêm abundantemente extraindo surpresas e mais surpresas. O volume, que reúne reflexões, comentários, notas e observações sobre a língua portuguesa, está entre elas. O texto mais coeso contido no livro consta de um protesto de Fernando Pessoa contra a reforma ortográfica imposta pelo governo português em 1911. Contrariamente à inclinação da reforma, o poeta julgava que era próprio da língua escrita sofrer oscilações. Por sua perspectiva, poderia haver tantas ortografias quantos escritores houvesse. A língua existe para servir o indivíduo, e não para escravizá-lo, pensa o poeta. Sendo uma aventura intelectual, o ato de grafar não deveria submeter-se à vontade unificadora do Estado, assim como uma pessoa jamais deveria aceitar a imposição de uma religião que seu espírito recusasse.

Esse tipo de postura gerou um impasse. De um lado, ficam os gramáticos, impondo normas. De outro, os artistas, clamando por liberdade. A resposta à questão inicial – por que razão os grandes escritores podem "errar no português", ao passo que o comum dos mortais tem de se submeter ao constrangimento das regras da gramática – é simples. Os artistas da língua não passam para a posteridade porque rompem com a norma, mas porque sabem tirar proveito da ruptura. A transgressão, para ser bem-sucedida, deve possuir função estrutural. Tanto no texto como no comportamento. Ela pode dar impressão de firmeza, de precisão, de ambigüidade, de ironia ou sugerir diversas coisas ao mesmo tempo. Na maioria dos casos, indica novas propostas para o futuro. Além de introduzirem a renovação modernista em Portugal, as rupturas observadas nos versos de Fernando Pessoa personificam seu descontentamento diante da saturação dos modelos. O poeta vivia à cata de novas soluções verbais para velhos problemas existenciais. Por exemplo, diante da necessidade de captar a simultaneidade de sensações passadas e presentes, produziu uma frase antigramatical, mas extremamente expressiva: "Fui-o outrora agora".

Guardiões da inutilidade – Pela perspectiva dos artistas, os gramáticos não passam de meros guardiões de uma inutilidade consagrada pelo poder constituído. Para eles, dominar a *norma culta* do idioma não excede, em valor, o conhecimento do código de trânsito, por natureza convencional e efêmero: num dia, certa rua dá mão; no outro, não dá; e, na próxima semana, pode ser que a mesma rua não exista. Observa-se o mesmo nas normas da gramática, que variam conforme as convenções gerais de cada época. Acontece que os artistas pretendem escrever também para as gerações futuras. Nesse sentido, a adequação a normas anteriores pode prejudicar a dinâmica da criação. Camões, que na vida prática não passava de um soldado afeito a viagens e aventuras, foi considerado pelos figurões da corte um "rústico magalho" (indivíduo sem cultura), simplesmente porque fazia questão de cultivar certo tipo de poesia popular no ápice da erudição renascentista. Não obstante, em seu tempo não havia propriamente uma gramática que codificasse o certo e o errado. Muita coisa ainda se resolvia pela autoridade do latim, embora Fernão de Oliveira já tivesse publicado a primeira tentativa de gramática portuguesa em 1536. Segundo ela, a grafia correta para João seria *Joane*, de onde deriva o atual feminino *Joana*.

No século XIX, poucos autores terão se batido tanto pela liberdade de expressão quanto José de Alencar. Ele julgava necessário criar um português adequado ao clima tropical. Os filólogos não censavam de apontar impropriedades em seus romances. Saturado de polêmicas, o autor, por ironia, imaginou em *Senhora* um crítico que, numa conversa de salão, enumera os "erros" do romance *Diva*, publicado anteriormente pelo mesmo Alencar. Ainda hoje, alguns

professores de gramática insistem em usar textos de Alencar para exemplificar erros de colocação pronominal. Mal sabem eles que as terríveis normas de colocação de pronomes foram estabelecidas bem depois da morte do romancista. No século XX, Monteiro Lobato é outro que se destaca na secular polêmica entre artistas e gramáticos, da desordem contra a ordem. Julgava, por exemplo, inconcebível grafar *phthysica* quando se podia designar a mesma doença (tuberculose) pela forma simplificada *tísica*. Aliás, Lobato fazia questão de grafar o vocábulo sem acento. Considerava inútil essa invenção dos gramáticos.

Século fragmentário – No Brasil, como em Portugal, as grandes rupturas com a gramática intensificaram-se a partir dos modernistas. Eles contrariavam o padrão em nome da oralidade, do desejo de escrever como se fala. Segundo eles, era função da literatura imitar o povo, incorporando traços de sua descontração. O século XX começou mais fragmentário e rápido do que os séculos anteriores. A literatura devia imitar essa desconexão, reinventando os lapsos e o ritmo da nova realidade. Antes de se consagrarem como modelos de modernidade, Mário e Oswald de Andrade tiveram de demonstrar que não ignoravam as normas contra as quais se colocaram. Mesmo assim, os puristas não lhes davam sossego. Drummond foi violentamente atacado por causa do verso "no meio do caminho tinha uma pedra". Não se aceitava então a adoção do verbo *ter* com o sentido de haver, existir. Além de convencer pela eficácia dos meios, os modernistas tiveram de teorizar, explicar e convencer pela força dos argumentos. Por isso, Mário de Andrade chegou a projetar uma *Gramatiquinha da Fala Brasileira*, cujo propósito seria registrar aquilo que de fato se pratica no ato da comunicação, independentemente das regras. Talvez a maior contribuição dos modernistas em sua luta contra o domínio da gramática tenha sido a demonstração da idéia de que em arte tudo vale, desde que o público e a posteridade saiam ganhando. No *Grande Sertão: Veredas*, Guimarães Rosa explora mais ou menos essa idéia, estilizando a fala de um jagunço: "Enfim, cada um o que quer aprova, o senhor sabe: pão ou pães, é questão de opiniões".

3.1.6.1 - A análise

Na matéria *Errar é divino*, a noção de "erro" ganha dimensão que vai muito além dos bancos escolares e de possíveis falhas em dissertações, descrições e narrações. A noção de "erro" é discutida pelo viés literário como ruptura das regras gramaticais e recurso estético-estilístico, certamente o único a ser contemplado e aceito pela Revista, para a qual, na escola "erro" é "erro", noção absoluta, como fica claro na reportagem *Falar e escrever, eis a questão* (2001) sobre as críticas a Pasquale:

Elas ecoam o pensamento de uma certa corrente relativista, que acha que os gramáticos preocupados com as regras da norma culta prestam um desserviço à língua. De acordo com essa tendência, o certo e o errado em português não são conceitos absolutos (10º parágrafo, linha 4-6).

Sob o subtítulo *Por que escritores podem deixar a gramática de lado, ao contrário dos mortais comuns*, decorre uma discussão com a qual, não poucas vezes, o professor se depara em sala de aula no momento em que pede alterações nos textos de seus alunos: por que os escritores podem escrever "errado" e eu não? A resposta dada pelo professor, tida pelo aluno como inconsistente ou, pelo menos, sob suspeita, é a de que os escritores podem romper com a norma porque dispõem de "licença

poética". Esse impasse permanece para os que já tem escolaridade completa, mas que, devido ao trabalho, lidam com a escrita diariamente.

É essa complicada pergunta que o doutor em Literatura Brasileira pela Universidade de São Paulo, Ivan Teixeira, propõe-se a responder. O mote é a descoberta de um texto de Fernando Pessoa contra a reforma ortográfica de seu país em 1911. Pessoa acreditava que não deveria estar sujeito à vontade unificadora do Estado.

De acordo com o autor, Ivan Teixeira, a "permissividade" em relação ao escritor justifica-se desde que sua ruptura com a norma tenha função estrutural. O caso de Fernando Pessoa é atribuído à sua insatisfação diante dos modelos.

É dito que, para os escritores, o obedecimento à norma culta é o mesmo que obedecer aos sinais de trânsito e que o problema de escrever usando convenções é que eles querem escrever para gerações futuras. De fato, é impossível criar seguindo somente as normas ditadas pela gramática. É preciso conhecê-la para romper com suas regras, a fim de dar mais veracidade a uma história, por exemplo. Seguir as normas pode comprometer a verossimilhança em um texto literário, é fazer o que Nelida Piñon falou sobre Pasquale anteriormente "colocar a língua num espartilho". Alguns exemplos de novos usos seguidos de críticas, em sua época, são citados: Camões, José de Alencar e Monteiro Lobato.

Na parte de subtítulo *Século Fragmentário*, é apresentada a proposta modernista de rompimentos com o padrão e do desejo de se escrever como se fala, como o povo fala.

O texto é encerrado com a frase de Guimarães Rosa que resume a proposta modernista e a visão dos escritores: "Enfim, cada um o que quer aprova, o senhor sabe: pão ou pães, é questão de opiniões". Ao término da reportagem, aparecem fotos dos autores modernistas brasileiros ao lado de trechos escritos por eles, seguidos de uma observação sobre qual seria a forma "correta" e da interpretação do que o autor pretendia com aquela ruptura. (Esse trecho da matéria não foi possível reproduzir aqui).

É uma reportagem que pode ser classificada como, no mínimo, interessante. Ser elaborada por um especialista em Literatura, talvez explique a compreensão que se tem do impasse gerado, sem que seja tomado o partido de uns ou outros e sem que se caia

em preconceitos ou se considere a noção de erro como algo absoluto. Reportagem que trata da LP mais pelo viés da literatura e da produção literária, sem adentrar como fica a questão para os “mortais comuns”, ou seja, para professores, alunos e todos aqueles que necessitam escrever, na escola ou no trabalho, resta obedecer às normas sob o risco de passar por desconhecedor de seu idioma.

Certamente, pelo enfoque literário conferido à discussão, não há o prevalecimento da concepção de linguagem como expressão do pensamento ou como instrumento de comunicação. Há, sim, uma compreensão do embate resultante do confronto entre profissionais – escritores e gramáticos - que adotam divergentes concepções de língua/linguagem ao lidar no dia-a-dia, seja na criação de textos, seja na tentativa de regulação do material lingüístico disponível.

3.1.7. Texto 6: Nobre como Camões

Data: 05 de maio de 1999

Subtítulo: População rural e iletrada mantém português medieval falado pelos colonizadores

Autora: Angélica Santa Cruz

Nobre como Camões

População rural e iletrada mantém português medieval falado pelos colonizadores

Angélica Santa Cruz

As pessoas educadas acham esquisito quando um personagem de novelas regionalistas chama uma mulher de conduta duvidosa de "teúda e manteúda". Também estranham ao ouvir alguém do meio rural chamando luta de "luita" ou depois de "despois". Quando escritas, palavras do gênero parecem ainda mais erradas. Um exemplo está no livro *Assim Falava Lampião* (Editora Estação Liberdade; 25 reais), um glossário de expressões nordestinas. Escrito pelo jornalista pernambucano Fred Navarro, com lançamento da terceira edição previsto para junho, a obra trará mais 1.000 verbetes, engrossando as pesquisas que hoje são feitas a respeito do linguajar do povo brasileiro. Nesses estudos, descobre-se que muito daquilo que é desprezado pelas elites cultas como maneira errada de se exprimir tem ligações com o português arcaico. Expressões populares faladas no interior do Brasil, especialmente no Nordeste, foram usadas por clássicos do idioma. "São expressões que chegaram ao Brasil junto com os colonizadores e foram preservadas", explica o lingüista Marlos de Barros Pessoa, especialista em filologia românica da Universidade Federal de Pernambuco.

"Troncho" e "meizinha", que significam torto e remédio, são por exemplo expressões do português medieval. A palavra "propiadade", também usada por gente iletrada no Nordeste, foi empregada pelo padre Antônio Vieira no século XVII. "Luita" é uma expressão encontrada em documentos de 1400 a 1600. "Teúda" e "manteúda" são maneiras antigas de compor o particípio com o final "udo". E – supremo desagravo! – "despois" foi usado por ele, Luís de Camões, o próprio, no poema *Os Lusíadas*. Apesar da tradição nobre, essas palavras não são encontradas nas academias dos literatos nem nas rodas intelectuais das capitais brasileiras. É na população rural e inculta que se acham as expressões mais antigas. O fenômeno é simples. Nessas comunidades interioranas, o idioma não está submetido ao dinamismo dos centros cultos. Como as pessoas não aprendem nada de novo e como mantêm um intercâmbio mínimo com a cidade grande, a língua arcaica fica preservada ali como vegetais no pote de conservas. "Os iletrados maltratam a gramática quando erram as concordâncias e conjugações. Mas são os conservadores por excelência das expressões", afirma Ataliba Teixeira de Castilho, professor de filologia e língua portuguesa da Universidade de São Paulo. Habitantes de zonas rurais de regiões ocupadas no século XVI, como áreas do Nordeste, São Paulo e Minas Gerais, preservam expressões antigas. Nesses lugares, para bom entendedor, uma expressão pode ser uma aula de história.

Arre égua! – Alguns especialistas defendem que a primeira língua portuguesa a chegar ao Brasil está mais conservada no interior do Nordeste. Há uma lógica histórica. Logo que descobriram o Brasil, em 1500, os portugueses bateram em retirada. Só retornaram por volta de 1534, para implantar as capitanias hereditárias. Pessoas como Duarte Coelho, donatário da capitania de Pernambuco, falavam uma língua medieval, simples, sem grandes floreios. Era o português arcaico. Implantaram um tipo de colonização que fixava o homem à terra. Por tabela, conservava seus hábitos e a língua, como mostra o escritor Mario Marroquim no livro *Língua do Nordeste* – uma espécie de bíblia sobre o assunto, escrita na década de 40.

É bom saber, portanto, que um sujeito que diz "avovar" em vez de "voar" está repetindo na fala a história da colonização do Brasil. Palavras que soam como aberrações aparecem em documentos e obras literárias daqueles períodos antigos. Usadas ainda hoje em dia, não podem tecnicamente ser definidas como corruptelas. São, na verdade, resistências. O costume de colocar a partícula "a" na frente dos verbos é um exemplo. A forma "abastar", no lugar de "bastar", está em textos de dom Duarte, rei de Portugal, que morreu em 1438. Trocar as letras "l" e "r" – como em "pranta", de "planta" – também é uma característica da época. Como se lê em *Assim Falava Lampião*, em Pernambuco chama-se "carpete" de "alcatifa". É uma palavra que vem do árabe "al-qa Tifâ". Influência dos

mercadores que andaram pela região? Não. É dos portugueses mesmo. "Os primeiros colonos trouxeram influências da dominação árabe na Península Ibérica, que foi de 700 até 1400", explica a lingüista Nelly Carvalho, da Universidade Federal de Pernambuco. Outra expressão citada no glossário nordestinês, a popularíssima "arre égua!" é uma interjeição de raiva ou forma de incitar cavalos a andar que aparecia em textos de Gil Vicente, maior trovador da literatura portuguesa do início do século XVI.

Sangue azul – Traços do português medieval foram preservados no interior nordestino graças à dificuldade de acesso à região. Isolados em fazendas e engenhos, os colonos e seus descendentes ficaram imunes às novas levas de portugueses que apareciam no litoral, trazendo uma língua renovada. A partir da segunda metade do século XVI, a língua portuguesa ficou exposta às influências do Renascimento. Escritores foram pescar palavras no latim para enriquecer o idioma. Os imigrantes que já falavam esse português renovado influenciaram, então, o litoral do Nordeste e o restante do país. Era uma estrutura lingüística tão forte que conseguiu passar incólume até por invasões estrangeiras. A presença holandesa em Pernambuco, por exemplo, não deixou seqüelas na língua. "Por preconceito religioso, os portugueses se recusavam a aprender holandês. Não queriam falar a língua de hereges", diz o historiador Evaldo Cabral de Mello.

Poucas línguas são tão difíceis de sistematizar como o português falado no Brasil. Na confusão que faz um gaúcho se sentir quase um estrangeiro diante de um paraibano, ao menos em questão de pronúncia e vocabulário, é difícil definir o que está certo ou errado. No caso dos arcaísmos, é pior ainda. Dicionários como o Aurélio admitem muitas expressões, sempre com a ressalva "antigo e popular". Mesmo assim, tradição não é salvo-conduto para qualquer barbarismo. O costume de trocar o "l" por "r" em verbos, obviamente, não vale para quem fala "cronar" no lugar de "clonar". Afinal, nem todo erro é fruto do uso do português arcaico. De qualquer forma, antes de censurar quem fala coisas do gênero, é melhor ir ao dicionário. Pode ser uma expressão de sangue azul.

Certo ou errado?

Você sente um incontrollável ímpeto de corrigir pessoas que falam palavras como as que aparecem abaixo? Assinale, então, aquelas que fariam soar nos seus ouvidos o alarme "tá errado!"

Depois, confira o gabarito

Fruita, de fruta
 Ingrês, de inglês
 Teúda, de tida
 Manteúda, de mantida
 Despois, de depois
 Entonces, de então
 Antão, de então
 Sobaco, de sovaco
 Avoar, de voar
 Basculhar, de vaculhar
 Dereito, de direito
 Luita, de luta
 Pranta, de planta
 Dezanove, de dezenove
 Treição, de traição
 Barrer, de varrer
 Abastar, de bastar
 Samear, de semear
 Lançol, de lençol
 Dorminhar, de dormir

3.1.7.1 - A análise

Esta matéria trata de uma variedade do português contemporâneo em sua relação com o português arcaico. Começa citando o estranhamento de pessoas educadas em relação à fala de personagens de novelas regionalistas e procura dar explicações para o fenômeno.

Cita o exemplo de “teúda e manteúda”, de “luita” e “despois”. Teúda e manteúda são palavras explicadas como maneira antiga de compor o particípio como o final “udo”. Sobre luita, fala-se simplesmente que é encontrada em documentos de 1400 a 1600. E, sob espanto, informa-se que “despois” foi usado por Camões.

A propósito anuncia-se o lançamento do livro *Assim falava Lampião*, escrito pelo jornalista¹⁰ Fred Navarro “engrossando a pesquisas que são feitas a respeito do linguajar do povo” (1º parágrafo, linha 6-7). Não há aprofundamento de informação nesse trecho. Quais seriam essas pesquisas? Sociolinguísticas? Pode-se supor que sim, embora a Revista não seja específica. A Revista traz, então, ao conhecimento do leitor que a fala do povo brasileiro e o reconhecimento das variações lingüísticas são objetos de pesquisa nas Universidades e fora delas, como o livro lançado por Fred Navarro, por formação, um jornalista. Mostra que, em termos de língua, há muitos outros fenômenos interessantes e dignos de registro, além da norma culta. Evidencia o interesse em entender expressões que “soam estranho” e sua história. E mais que tudo, evidencia a valoração social que os vocábulos recebem por diferentes comunidades e estratos sociais “As pessoas **educadas** acham **esquisito** quando um personagem de novelas **regionalistas** chama uma mulher de conduta duvidosa de ‘teúda’ e ‘manteúda’. Também **estranham** ao ouvir alguém do meio **rural** [...]” (1º parágrafo, linha 1-2, grifo nosso).

O fenômeno da conservação do português arcaico no uso das pessoas dessa região é atribuído ao pouco contato com a cidade grande e com seu

¹⁰ É preciso atentar para o lançamento do livro por um jornalista, que, no caso, enquadra-se em um trabalho de lingüística histórica. Não será defendida, aqui, a idéia de que outras áreas não possam fazer esse tipo de pesquisa, mas sim que os lingüistas são os mais indicados a fazê-las.

dinamismo, recorre-se a comparação: “a língua arcaica fica ali como vegetais no pote de conservas” (2º parágrafo, linha 9-10).

A seguinte fala é atribuída à Ataliba Teixeira de Castilho: “Os iletrados maltratam a gramática quando erram as concordâncias e conjugações. Mas são conservadores por excelência das expressões” (2º parágrafo, linha 10-1). Fala que causa estranhamento a quem conhece seu trabalho à frente do projeto NURC. Teria ele dito que os iletrados maltratam o idioma ou sua declaração sofreu distorção na “tradução” do jornalista?

O trecho “a presença holandesa em Pernambuco, por exemplo, não deixou seqüelas na língua” (5º parágrafo, linha 7-8). A escolha da palavra “seqüela” para um possível resultado do contato entre duas línguas é incoerente em relação à postura defendida claramente pela revista Veja quanto ao empréstimo lingüístico. Se a Revista deseja assumir a postura de que o empréstimo lingüístico não corrompe o idioma, não pode dizer que um idioma deixou ou não deixou seqüelas em outro. Também, de acordo com a matéria, a causa da não influência holandesa no português é atribuída ao preconceito religioso, “os portugueses se recusavam a aprender holandês. Não queriam falar a língua dos hereges” (5º parágrafo, linha 8-9).

É importante destacar este trecho da reportagem:

poucas línguas são tão difíceis de sistematizar como o português falado no Brasil. Na confusão que faz um gaúcho se sentir quase um estrangeiro diante de um paraibano, ao menos em questão de pronúncia e vocabulário, é difícil definir o que está errado (grifo nosso).

É altamente questionável a afirmação de que a LP falada figura entre as mais difíceis de ser sistematizadas, uma vez que lingüistas não acreditam que uma língua se diferencia de outra em graus de complexidade para a fala ou para a escrita. Parte-se do princípio que todas apresentam o mesmo grau de complexidade, logo, a sistematização da fala seria um processo trabalhoso em qualquer língua.

O trecho em que se discute a possibilidade de um gaúcho se sentir quase um estrangeiro diante de um paraibano é especialmente interessante, pois rompe, na mídia, com o mito de unidade do português brasileiro, tão difundido e que

aparece na fala até de presidentes (a de Lula, por exemplo) e sociólogos (Darcy Ribeiro).

O texto é encerrado em tom de advertência: “mesmo assim, tradição não é salvo-conduto para qualquer barbarismo [...] afinal, nem todo erro é fruto do português arcaico” (6º parágrafo, linha 4-7). O desfecho é um retrocesso, uma vez que destrói toda a explicação dos fatos, das influências lingüísticas e da preservação, culminando na classificação das palavras como “barbarismo” e “erro”.

Para curiosidade do leitor, e complementação da matéria, é organizado um quadro com vinte palavras, para o leitor fazer um teste e apontar as palavras erradas, diferenciando-as de arcaísmos.

A matéria mostra uma grande compreensão dos fenômenos lingüísticos e adota a postura do lingüista ao explicar os fatos. Reconhece a variação lingüística à qual os brasileiros estão sujeitos e explica o fenômeno de conservação do português arcaico, em acordo com a explicação dos pesquisadores:

No que diz respeito, por exemplo, ao *léxico*, sabemos que as variedades estigmatizadas, sobretudo as mais isoladas na zona rural, são mais conservadoras que as variedades prestigiadas, urbanas. Nessas variedades estigmatizadas podemos encontrar, ainda em pleno uso, palavras que eram empregadas até mesmo em textos escritos arcaicos e medievais e que caíram em desuso ou foram substituídas por formas novas. É o caso de *despois*, *antonice*, *oitubro*, *fruta*, *escuitar*, *treição*, *menhã* e muitas outras palavras que, hoje, servem como identificadoras da origem social de seus usuários. Consideradas “erradas” pelos falantes das variedades prestigiadas urbanas, essas palavras, no entanto, representam, isso sim, estágios mais antigos do léxico da língua, formas que, em épocas passadas, eram as únicas consideradas “certas”...(BAGNO, 2003, p. 130).

Finalmente, a noção de “erro” não aparece como absoluta: “Na confusão que faz um gaúcho se sentir quase um estrangeiro diante de um paraibano[...] é difícil definir o que está certo ou errado. No caso dos arcaísmos, é pior ainda” (6º parágrafo, linha 1-3). Mais uma vez, é provável que a Revista só tenha admitido essa relatividade do conceito porque o texto explica um estágio do idioma, ou seja, enfatiza a sincronia de determinado período histórico, sem adentrar na questão do ensino de LP.

Porém, ressurgem o mito quanto à superioridade do português de Portugal, no trecho “antes de censurar quem fala coisas do gênero, é melhor ir ao dicionário. Pode ser uma expressão de **sangue azul**” (6º parágrafo, linha 7-8, grifo nosso). Ou seja, se tais expressões foram herdadas de um estágio da LP e não uma “criação”, “neologismo” ou “corrupção”, quando passou a ser usada aqui, então, não há “erro”. Se fosse apenas invenção dessas comunidades, desse povo, seria considerada corruptela.

De qualquer forma, a Revista fez uma boa matéria sem recorrer ao prescritivismo e sem desqualificar os falantes de tais variedades. O leitor poderia ser contemplado sempre com esse tipo de tratamento dos fatos lingüísticos.

3.1.8. Entrevista 2: O fim do português

Data: 05 de abril de 2000

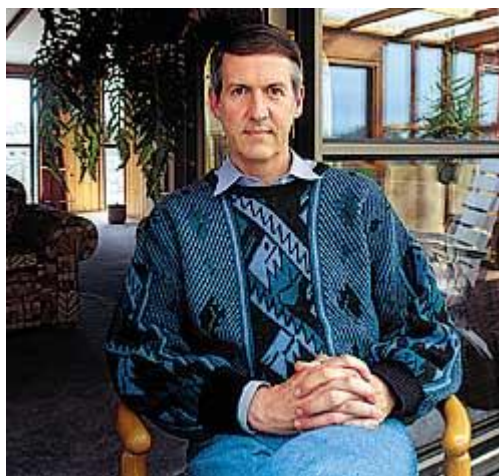
Subtítulo: Lingüista americano diz que o Brasil está destinado a trocar seu idioma pelo portunhol

Autor: Eduardo Salgado

O fim do português

Lingüista americano diz que o Brasil está destinado a trocar seu idioma pelo portunhol

Eduardo Salgado



Robert Benzie

"O intercâmbio comercial na América do Sul provocará a fusão das línguas do continente"

O americano Steven Roger Fischer fala fluentemente inglês, francês, espanhol e alemão. Quebra o galho em cinco outras línguas e consegue ler em cerca de oitenta idiomas. O que tornou mundialmente famoso esse pesquisador de 52 anos, contudo, foi a solução de um mistério que durou dois séculos. Até o começo dos anos 90, ninguém fazia a menor idéia do significado das inscrições da Ilha de Páscoa. Depois de anos de dedicação, Fischer matou a charada e tornou-se uma estrela de primeira grandeza entre os lingüistas. Doutor pela Universidade da Califórnia na década de 70, ele vive atualmente na Nova Zelândia, onde dirige o Instituto de Línguas e Literatura Polinésias. O pesquisador, que nunca esteve no Brasil mas se diz apaixonado pela riqueza cultural do país, arrisca uma hipótese ousada para o futuro da língua portuguesa: ela vai desaparecer e seu lugar será ocupado pelo portunhol. Para Fischer, não há o que lamentar. A língua, como os seres vivos, está em contínua transformação e processo de enriquecimento, diz ele em entrevista a VEJA.

Veja — **A língua falada pelos brasileiros irá mesmo desaparecer?**

Fischer — Sim. Em 300 anos, o Brasil estará falando um idioma muito diferente do atual. Devido à enorme influência do espanhol, é bastante provável que surja uma espécie de portunhol.

Veja — **Por quê?**

Fischer — Faz parte da dinâmica das línguas. O Brasil está cercado de países que falam espanhol. À medida que as trocas comerciais e os contatos aumentarem, haverá muita pressão. Ao mesmo tempo, argentinos,

colombianos, chilenos e uruguaios também irão passar a usar expressões do português brasileiro. Esses dois idiomas são muito parecidos, o que contribui ainda mais para que haja uma fusão.

Veja — O Brasil tem cerca de 40% da população latino-americana, um poder econômico sem similar e mais exporta do que importa mercadorias culturais. Além disso, vive cercado de países de língua castelhana há 500 anos. Por que justamente o português daria lugar aoportunhol?

Fischer — O português não será substituído por outro idioma. Os brasileiros não irão falar espanhol. O que irá acontecer é a mistura das duas línguas. Numa escala menor, é o que deve acontecer com o inglês também. Sem dúvida, o idioma que mais influencia o inglês hoje é o espanhol. Isso já pode ser notado até nos filmes de Hollywood. O processo não tem nada a ver com o peso das economias. Há muito menos pessoas aprendendo português do que espanhol. Essa mescla entre o português e o espanhol não é necessariamente ruim.

Veja — Apenas o português desaparecerá?

Fischer — Falam-se entre 4.000 e 6.800 idiomas na Terra. Haverá menos de 1.000 em 100 anos. Em 300 anos, não mais do que 24. Inglês, mandarim e espanhol serão as mais faladas. A maioria das pessoas será bilíngüe e dominará um desses três idiomas. Hebraico e árabe também sobreviverão em vista da importância religiosa, como aconteceu com o latim. Inglês certamente será a língua franca.

Veja — Que outras línguas vão acabar?

Fischer — Milhares de idiomas serão substituídos. É bastante provável que os escandinavos e os holandeses acabem adotando o inglês. No passado, as sociedades e os idiomas estavam mais isolados por barreiras comerciais e geográficas. Os tratados de livre comércio e o turismo mudaram isso, bem como as grandes ondas migratórias. É o preço da globalização. Hoje, uma língua que não seja falada por 20.000 pessoas está fadada a desaparecer. No futuro, esse número irá aumentar. Os idiomas seguem o rio da História, sempre fluindo, sempre mudando.

Veja — O senhor acha isso bom?

Fischer — Claro que sim. Perderemos em termos de diversidade, mas temos muito a ganhar. A língua franca estimula a comunicação, a cooperação e o comércio. Fará com que a humanidade se entenda melhor.

Veja — O Brasil deveria seguir a França e tomar medidas para evitar o uso de palavras estrangeiras?

Fischer — Não. Idiomas não são pedras, mas esponjas. Não se deve tentar impedir o enriquecimento do idioma. É assim que as línguas sobrevivem, mudando continuamente. As transformações sofridas pelo português brasileiro são uma prova da sua força, não da sua fraqueza. No decorrer do tempo, as línguas que não inovaram foram substituídas por outras. Se você pegar as 10.000 palavras mais usadas em inglês, por exemplo, verá que 32% delas têm origem anglo-saxã e 45% francesa, sem falar no latim. Jazz e boogie-woogie, por exemplo, são termos de origem africana.

Veja — Por que o inglês predominou?

Fischer — O século XX foi uma gangorra. À medida que o peso do alemão e do francês diminuía, aumentava a influência do inglês. Milhares de pessoas começam a estudar inglês todos os dias. Nunca na história da humanidade um idioma teve tamanha importância. As pessoas que ocupam os cargos mais bem remunerados falam fluentemente ou têm um conhecimento básico do idioma. Se você contar os bilíngües, há mais gente falando inglês do que mandarim. Com a globalização e a internet, esse fenômeno irá aumentar. Aprenda inglês e prospere, ou ignore e padeça. No entanto, vale lembrar que línguas internacionais não são uma novidade. A primeira a ser documentada foi o dialeto koine, oriundo da região de Atenas, três séculos antes do nascimento de Cristo.

Veja — É necessário aprender inglês ou dá para esperar que as máquinas de tradução sejam aperfeiçoadas?

Fischer — Depende das necessidades. Os programas de tradução que existem já são muito bons. No futuro próximo, devem melhorar ainda mais. Provavelmente, em pouco tempo será possível escrever e-mails em português e vê-los traduzidos para qualquer idioma imediatamente. Mas, se você quer viajar pelo mundo, fechar negócios e se comunicar sem barreiras, a saída é mesmo aprender.

Veja — A diferença entre o português do Brasil e o de Portugal é maior do que a existente entre o inglês dos Estados Unidos e o da Inglaterra?

Fischer — Sim. O português do Brasil e o de Portugal são ainda a mesma língua, mas com grandes diferenças. Se essa tendência se acentuar, veremos a separação dos dois idiomas. Os brasileiros não conseguirão mais entender os portugueses. O caso do inglês é diferente. A influência dos Estados Unidos é muitas vezes maior. Não são apenas programas de televisão, mas milhares de filmes e músicas desde o final da II Guerra. O inglês americano e o britânico estão se aproximando cada vez mais.

Veja — Os portugueses falam melhor do que os brasileiros?

Fischer — Não. Nos últimos 500 anos, o português usado no Brasil desenvolveu-se de forma distinta do idioma falado em Portugal. Se os portugueses falam mais de acordo com a gramática é porque o português europeu sempre foi tido como o ideal. Isso não quer dizer que os brasileiros falem errado. Falam de acordo com uma gramática brasileira.

Veja — **Por que os brasileiros entendem melhor o espanhol do que os argentinos o português?**

Fischer — O português tem a maior parte dos sons do espanhol, mas desenvolveu alguns que são únicos. No português, por exemplo, existem sons anasalados, e o final das palavras não é pronunciado por completo. Quem fala espanhol fica completamente perdido com essas peculiaridades. Há um caso semelhante na Escandinávia. Os dinamarqueses entendem perfeitamente o sueco, mas os suecos suam para entender o dinamarquês.

Veja — **O governo brasileiro deveria tomar medidas para proteger os idiomas dos índios da Amazônia?**

Fischer — Nos casos em que o idioma mantém a identidade cultural dos índios e os beneficia, sim. Mas se não há mais resquícios da sociedade indígena, se eles estão numa favela bebendo cachaça o dia inteiro, não. Talvez seja melhor para eles estudar bem o português e buscar bons empregos. Às vezes, os linguistas mostram mais entusiasmo pela preservação de idiomas do que as próprias pessoas que os falam.

Veja — **Em que medida a influência da internet será diferente da que a televisão e o rádio tiveram?**

Fischer — A internet tem outra lógica. O rádio e a televisão uniformizaram os idiomas. As pessoas do Norte e do Sul do Brasil ouvem um noticiário emitido do Rio de Janeiro e passam a usar determinadas expressões, muitos tentam até imitar o sotaque. Isso aconteceu em quase todos os países. Na internet, existe comunicação. As pessoas lêem e escrevem. É uma via de duas mãos. Em pouco tempo, irão ouvir e falar. Estamos vendo o surgimento da "prosa eletrônica", que é a linguagem informal educada dos e-mails e que deverá ter influência na maneira como falamos.

Veja — **Como se devem escrever e-mails?**

Fischer — O e-mail merece alguns cuidados. A linguagem certa não é nem a linguagem oral, cheia de gírias, nem a usada em cartas, muito formal. É algo intermediário. É de bom-tom começar com "Caro fulano". Temos de ser mais educados do que quando falamos e menos formais do que quando escrevemos cartas.

Veja — **Por que várias empresas proibiram seus funcionários de se comunicar usando e-mails?**

Fischer — À medida que as pessoas começaram a usar o e-mail em vez de falar pessoalmente ou pegar o telefone, os mal-entendidos foram se multiplicando. Isso aconteceu porque muita gente não estava acostumada a escrever antes do surgimento da internet. A escrita não tem todos os recursos da linguagem oral. Não vemos a expressão do interlocutor e seus gestos, não ouvimos seu tom de voz. Uma frase pode parecer amena quando falada e extremamente pesada se escrita. Algumas empresas estão ensinando seus funcionários a escrever e-mails. Isso passou a ser uma necessidade.

Veja — **Quais são as influências da linguagem escrita na maneira como falamos?**

Fischer — Quando se aprende a ler, há uma mudança incrível. Passa-se a falar usando um novo padrão. Nas sociedades alfabetizadas, o idioma muda menos. Graças às edições antigas da Bíblia, por exemplo, hoje os brasileiros ainda usam palavras que eram comuns no século XVI. Ler clássicos do passado é uma excelente forma de aprender vocabulário.

Veja — **Por que os jovens sempre criam e usam tantas gírias?**

Fischer — Em todas as gerações, os jovens criaram gírias para que os mais velhos não pudessem entendê-los. É também uma maneira de sentir-se parte de um grupo, algo muito importante para adolescentes.

Veja — **Os pais devem permitir que seus filhos usem gírias?**

Fischer — Sim, mas há casos nos quais as gírias são totalmente inapropriadas. Por exemplo, durante um enterro ou numa formatura. Até o século XIX havia uma pressão muito grande para que se imitassem as expressões usadas pelas pessoas tidas como cultas. O panorama mudou muito. As gírias são utilizadas hoje por gente de todos os níveis sociais. Outro dia, o porta-voz da Casa Branca declarou que o vôo da nave espacial Endeavour tinha sido "supermaneiro".

Veja — **Por que as gírias são mais aceitas hoje?**

Fischer — Isso decorre da mobilidade social. Pessoas de origem simples passaram a frequentar universidades, ganhar dinheiro e ocupar cargos importantes. Esse fenômeno levou a linguagem popular às camadas mais altas. Isso ocorreu em todo o mundo, mas com variações locais. A gíria é bem-aceita entre as classes altas do Brasil e dos Estados Unidos, mas enfrenta maior resistência na Alemanha e na Inglaterra. Nem sempre foi assim. William Shakespeare, por exemplo, usou muitas gírias em sua obra. Só a partir do século XVIII, quando as escolas se popularizaram na Europa, a língua culta passou a ser a norma.

Veja — **Quais são os animais que têm linguagens mais semelhantes à dos seres humanos?**

Fischer — São os macacos. É o que mostram as pesquisas. "Koko", uma gorila que aprendeu a linguagem dos sinais para surdos-mudos, hoje se comunica usando mais de 500 símbolos. Há ainda o caso de "Kanzi", de uma espécie de macacos pequenos, que não foi condicionado, mas também se comunica com os cientistas. Nos testes de QI, ambos têm a inteligência de uma criança de 2 anos e meio. Não existe a menor dúvida de que é possível falar com macacos, mas há, é claro, limitações. Certa vez, Koko, tentando imitar sua treinadora, pegou o telefone e fez uma chamada. A telefonista, assustada, achou que a pessoa do outro lado da linha estava morrendo.

Veja — **A comunicação entre seres humanos e animais já chegou ao limite?**

Fischer — Com certeza, não. É possível que se façam implantes de células humanas no cérebro de animais para que a comunicação melhore. A questão ética deve ser examinada, mas os implantes não são um delírio de ficção científica. No futuro, é bem possível que possamos dizer a elefantes para seguir um determinado caminho na savana. Ou falar para leões que não saiam da reserva. Ou pedir para pássaros não voarem sobre uma determinada região que está envenenada com pesticidas.

Veja — **A Torre de Babel existiu de fato?**

Fischer — Não. A linguagem foi surgindo de forma distinta nos vários agrupamentos de homínídeos. Na verdade, o caminho é inverso. Estamos indo em direção à língua universal que existia antes do castigo da Torre de Babel.

3.1.8.1 - A análise

O título desta entrevista se enquadra perfeitamente na máxima usada no jornalismo na definição de notícia: Se um cão morde um homem, não há notícia, se um homem morde um cão, há. Anunciar o fim do português o é porque chama atenção, choca, surpreende.

O lingüista americano autor dessa declaração chama-se Steven Roger Fischer. Como de praxe, é feita a apresentação do seu currículo e de toda a sua habilidade com as línguas: “é fluente em quatro línguas, “quebra o galho” em outras cinco e lê em oitenta”. Entretanto, o seu maior feito, que de acordo com a Revista o alçou ao posto de autoridade mundial, foi o fato de ter decifrado as inscrições da Ilha de Páscoa, o que justificaria sua entrevista na Páginas Amarelas - como Veja expõe na Carta ao leitor (10/04/2002), seção 2.3., na qual a Revista estabelece o critério de escolha dos entrevistados: seu trabalho, sua função na sociedade ou simplesmente por ser uma personalidade única, digna de ser notícia. Fischer certamente foi escolhido não em virtude de sua personalidade, mas sim, de seu feito, que o diferenciou entre outros lingüistas.

O lingüista nunca esteve no Brasil, mesmo assim afirma: “o intercâmbio comercial na América do Sul provocará a fusão das línguas do continente” (trecho abaixo da foto de Fischer).

As vinte e três perguntas versam sobre vários aspectos da LP e de outros fenômenos observáveis em diversas línguas do mundo: português europeu,

linguagem humana e animal, variação lingüística, gírias, preservação de línguas, sem ênfase nos aspectos gramaticais, como ocorreu na entrevista com Cipro Neto (1997). O que permite inferir que a história de vida do convidado influi diretamente no conteúdo das perguntas a serem feitas.

A Revista quer saber se o português desaparecerá mesmo e quais seriam as causas, ao que o lingüista faz inclusive uma previsão: desaparecerá em 300 anos, pelo fato de o Brasil estar cercado de países de língua espanhola e pela maior troca comercial. Estes falantes também usariam palavras em português, e, em contato, essas línguas oportunizariam o surgimento de uma espécie de portunhol, uma mistura, creditada, em parte, à semelhança entre os dois idiomas.

O preparo do entrevistador fica evidenciado na busca de dados estatísticos para fazer uma boa entrevista, procedimento acertado de quem é realmente profissional. São quatro os argumentos usados para questionar a razão de o português ceder lugar ao portunhol: 40% da população latino-americana está no Brasil; o poder econômico do País, mais exportador do que importador; está nas cercanias de países de língua espanholas há 500 anos.

Duvidosa a declaração do lingüista de que o processo de influência lingüística não tem nada a ver com o peso das economias, uma vez que essa é a explicação recorrente para explicar a influência mundial do inglês:

a importância que se dá a uma língua é garantida pela relevância política dos países que a falam e do lugar que ocupam no mundo dos negócios no contexto internacional. Paralelamente, contribuem para esse destaque as condições de vida do seu povo e o papel nas artes, nos esportes e nas ciências (Zanini, 1999, p. 79).

Gnerre (1998) também aponta a importância econômica e política na valoração das línguas e seu poder de influência:

Uma variedade lingüística “vale” o quanto “valem” na sociedade os seus falantes, isto é, vale como reflexo do poder e da autoridade que eles têm nas relações econômicas e sociais. Esta afirmação é válida, evidentemente, em termos “internos”, e em termos “externos” pelo prestígio das línguas no plano internacional. Houve época em que o francês ocupava a posição mais alta na escala de valores internacionais das línguas, depois foi a vez da ascensão do inglês (p.6-7).

Por outro lado, sua afirmação de que há mais pessoas aprendendo espanhol do que português é inegável. Basta fazer uma pesquisa, por exemplo, nos *sites* das Universidades americanas e observar que o Departamento de Espanhol é, não raras vezes, junto com o de Português, embora o número de professores, de pesquisas e a procura por parte de alunos seja muito maior para o espanhol¹¹.

Especulação futurística: apenas o português desaparecerá? A previsão do lingüista é de que do grande número de idiomas falados hoje (4 000 a 6 800) restarão apenas 1 000 em 100 anos. E 24, em 300 anos. Fischer afirma que milhares de idiomas serão substituídos e que uma língua que não seja usada por 20 000 falantes está fadada a desaparecer.

Seu comentário - "os idiomas seguem o rio da História, sempre fluindo, sempre mudando" (linha 5) - evidencia a sua concepção de língua, ou seja, uma visão de lingüista, de alguém que considera naturais as mudanças sofridas pelas línguas, como corrobora Fiorin (In: Faraco, 2002, p.122) "As línguas não decaem, mudam. Se assim não fosse, deveríamos fazer uma lei de defesa do latim, contra esta decadência que se chama português". Ao que se juntam as palavras de Possenti:

Uma das coisas que aprendemos na escola é que o português veio do latim. Ou seja, que o português é uma língua que não foi sempre o português, não foi sempre como é. Se estudássemos um pouco mais esse tipo de assunto aprenderíamos que também o latim é uma língua que veio de outras línguas, e que o latim provavelmente não foi a única língua falada pelos primeiros seres humanos [...] Ora, o que ocorreu com o latim não ocorreu por castigo ou azar. Ocorreu com outras línguas, como o alemão, o inglês, o grego, o português. Na verdade, com todas as línguas. E continua ocorrendo. Não há língua que permaneça uniforme. *Todas as línguas mudam*. Esta é uma das poucas verdades indiscutíveis em relação às línguas, sobre a qual não pode haver nenhuma dúvida (2000, p.38).

Na revista Veja, a mudança à qual as línguas estão sujeitas é um fato na fala de Fischer, entrevistado, mas não na fala do entrevistador, como reflexo do que pensa o corpo editorial, o que confirma a falta de compreensão desse fenômeno por parte da Revista. Faraco (In: Bagno) explica o processo:

¹¹ Pesquisa informal feita pela autora dessa dissertação.

A história das línguas, na contramão do sentimento comum, mostra cristalinamente que as mudanças, embora contínuas e inexoráveis, não geram perda e desintegração, mas apenas reacomodações de aspectos estruturais. Em outros termos, as mudanças redesenham a gramática, mas jamais afetam a plenitude estrutural da língua e conseqüentemente, sua funcionalidade social (p.50).

Assim sendo, uma publicação que pretenda trazer aos seus leitores reportagens referentes às línguas, deveria, minimamente, compreender essa característica básica, aceita como irrefutável pelos estudiosos.

O repórter pergunta, embora reflita a sua condição de leigo, se o fenômeno de desaparecimento das línguas é algo bom. Fischer responde afirmativamente, pois mesmo perdendo em diversidade, haveria muito a ganhar, uma vez que a língua franca estimularia a comunicação, a cooperação e o comércio e fará a humanidade se entender melhor. O que é uma crença bem pessoal e poderia ser considerada como uma doce ilusão porque uma unidade lingüística em nível mundial, ainda assim, estaria inserida num contexto sócio-histórico que não exclui o jogo de interesses que se dão entre os países. A unidade proporcionada por um língua franca poderá ter aspectos positivos, mas não fará a humanidade se entender melhor e derrubar os preconceitos de certos povos contra outros povos; enfim, não acabará com a xenofobia.

Outra vez o repórter denuncia sua condição de leigo ao perguntar se o Brasil deveria fazer como a França e adotar leis para evitar o uso de palavras estrangeiras. O lingüista, naturalmente, responde que não e que, se o português sofreu transformações, é prova de sua força e não de sua fraqueza.

Depois, pergunta por que o inglês predominou. A resposta está no declínio do francês e do alemão, seguido do aumento da influência do inglês. O lingüista diz que, se forem somados os bilíngües, há mais gente falando inglês do que mandarim.

O desejo de saber sobre as máquinas de tradução reflete anseio de muitos em ver-se dispensado de investir no aprendizado de um idioma para delegar o trabalho de tradução a elas. Para Fischer os programas são bons e devem avançar, mas ainda é melhor aprender.

O lingüista confirma que as diferenças entre o português europeu e o português brasileiro seriam maiores do que as encontradas no inglês americano. Fischer diz que ainda são a mesma língua, mas que, se as diferenças se acentuarem, veremos a separação dos dois idiomas ao passo de que o inglês dos dois países estão se aproximando.

Fischer não corrobora a mitologia, recorrente no Brasil, segundo a qual os portugueses usam com mais propriedade a LP do que os brasileiros. Esse é um argumento comum, quando se quer convencer os usuários da língua de que devem seguir o modelo de correção do português europeu e cuidar da língua da mesma forma. O lingüista explica que o português europeu se desenvolveu de forma distinta do português brasileiro. Com o que os lingüistas certamente concordam, ou concordariam, como o sociolingüista Fernando Tarallo, que estudou o surgimento da sintaxe do português brasileiro. Enfim, Fischer, em sua visão de lingüista, entende que o português brasileiro tem suas próprias características e não é melhor ou pior por isso.

Veja pergunta ao lingüista o porquê de várias empresas terem proibido seus funcionários de se comunicarem usando *e-mails*, ao que ele explica que os mal-entendidos foram se multiplicando porque é grande o número de pessoas que não estavam acostumadas a escrever antes do advento da *internet*. A conclusão que se pode tirar dessa medida é de que as mensagens eletrônicas foram suspensas como forma de comunicação, já que os funcionários de tais empresas não desenvolveram a CC.

“Por que os jovens criam e usam tantas gírias? Os pais devem permitir que seus filhos usem gírias? Por que as gírias são aceitas hoje?” Três perguntas seguidas sobre um tema que incomoda a muitos, principalmente, pais e mestres. Crê-se, com freqüência, que o uso de gírias é sinônimo de pobreza vocabular dos jovens. E o lingüista a aponta como perfeitamente normal e à qual recorreram diversas gerações.

A antepenúltima e a penúltima questão abordam as semelhanças e os limites da comunicação entre seres humanos e animais. O lingüista elege os macacos como os animais com os quais a linguagem dos seres humanos mais se

aproxima. Sobre o limite da comunicação entre homens e animais, mostra-se bastante otimista, crê que ainda é possível desenvolvê-la e que implantes, observando-se a ética, serão um meio.

A última pergunta quer saber se a Torre de Babel existiu de fato. Fischer nega e atribui o surgimento das línguas como resultado de vários agrupamentos de homínídeos. E encerra dizendo que "estamos indo em direção à língua universal que existia antes do castigo da Torre de Babel". Ou seja, ele crê numa futura unidade lingüística ou numa menor heterogeneidade de línguas disponíveis.

Por ser uma entrevista, prevalece a visão dos lingüista sobre os fenômenos questionados, ou seja, a língua é vista além da expressão do pensamento e como algo mais que mero instrumento de comunicação. A língua é vista como lugar de interação de sujeitos, que juntos contribuem para formar o(s) idioma(s), no(s) qual(is) há lugar para gírias, mudanças, intercâmbio de vocábulos entre duas línguas, tudo determinado pela suas necessidades comunicativas, sem que tais ocorrências sejam consideradas nocivas.

Ao considerar a visão da Revista, refletida em suas perguntas, pode-se afirmar que prevalece a língua como expressão do pensamento, como algo que deve ser protegido de gírias, de jovens, de estrangeirismos, de tudo que possa corrompê-la.

Algumas escolhas lexicais marcam perfeitamente a visão da Revista: O senhor acha isso **bom**?; O Brasil deveria **tomar medidas** para **evitar** o uso de palavras estrangeiras?; Os portugueses falam **melhor** do que os brasileiros?; O governo deveria **tomar medidas** para proteger os idiomas índios da Amazônia?; Como se **devem** escrever *e-mails*?; Por que várias empresas **proibiram** seus funcionários de se comunicar usando *e-mails*?; Por que os jovens usam **tantas** gírias? Os pais **devem permitir** que seus filhos usem gírias? Essa seleção mostra que, para a Revista, diversos fenômenos lingüísticos são "resolvidos" por leis e decretos.

A visão de língua resultante é positiva apesar das perguntas que refletem a leiguice do entrevistador.

3.1.9. Texto 7: O bom senso está *on sale*

Data: 30 de agosto de 2000

Subtítulo: Algumas observações sobre o projeto de lei que proíbe o uso de palavras estrangeiras

Autor: João Gabriel de Lima

O bom senso está *on sale*

Algumas observações sobre o projeto de lei que proíbe o uso de palavras estrangeiras

João Gabriel de Lima

Reprodução/Keiju Kobayashi



Chegada de Cabral ao Brasil: se o deputado Aldo Rebelo fizesse parte da esquadra, o português não teria incorporado vocábulos do tupi-guarani

Cena de *Laços de Família*, novela das 8 da Globo. Miguel (Tony Ramos) recebe Capitu (Giovanna Antonelli) no Internet Café de sua livraria:

Capitu – O *ordenador* não funciona! E eu tenho de mandar uma mensagem urgente! Preciso entrar em contato com minha agente de viagens para programar uma *caminhada no mato*

Miguel – Calma. Deixe-me pegar o *rato*.

Capitu – Ufa, deu certo! Obrigada, Miguel. Preciso correr agora porque combinei com amigos de ir a um espetáculo de *canto metralhado*.

Se você não entendeu nada, aí está a tradução: "ordenador" é computador. "Caminhada no mato" é trekking. "Rato" é mouse. "Canto metralhado" é rap. O diálogo esdrúxulo entre os dois personagens do folhetim é obviamente fictício. Não é impossível, no entanto, que um dia o autor Manoel Carlos seja obrigado a escrever algo parecido. Basta que o Congresso aprove o projeto de lei nº 1676, de autoria do deputado Aldo Rebelo, do PC do B de São Paulo. Nesse caso, os brasileiros estarão proibidos de usar termos em outras línguas na comunicação oficial, na mídia escrita, radiofônica e televisiva, na publicidade e no comércio. Rebelo propôs até uma multa para quem insistir nos estrangeirismos: 1 300 a 4 000 Ufirs para pessoa física e 4 000 a 13 000 Ufirs para pessoa jurídica. Em reais, as penas variariam entre 1 300 e 14 000 reais, aproximadamente.

O projeto é fruto de uma idéia fora do lugar (mais uma): a de que o português falado no Brasil estaria ameaçado de extinção, assim como o mico-leão-dourado ou a arara-azul. Repete-se no terreno do idioma a mesma lengalenga que se desenrola no campo da economia. A invasão do inglês (o avanço do neoliberalismo) resultaria na derrocada da nossa inculta e bela língua (a empresa nacional). Para ilustrar essa tese, seus defensores sempre utilizam o mesmo e surrado exemplo: cartazes de lojas de shopping centers (ops, centros comerciais). Está certo que os abusos beiram o ridículo. Entre eles, estampar nas vitrines "sale" e "50% off" em vez de "liquidação" e "50% de desconto". No entanto, multar um lojista por uma caipirice que depõe unicamente contra ele próprio é um exagero. Seria mais ou menos como cobrar uma pena pecuniária (gostou dessa, Rebelo?) de pagodeiros a cada erro de gramática que cometem.

Para os especialistas, o projeto mostra total ignorância do fenômeno lingüístico. "Um idioma evolui quando entra em contato com outros, e só alguém que não entende nada do assunto pode achar que é possível bloquear esse intercâmbio", diz o professor John Robert Schmitz, americano naturalizado brasileiro, que leciona lingüística aplicada na Universidade de Campinas. É normal que uma língua se nutra de outras. Também é comum – e fato antigo – que os vocábulos a atravessar fronteiras venham, em geral, de uma cultura dominante. Até o início do século XX, era o francês o responsável pela maior parte das palavras ditas internacionais. Agora, essa primazia pertence ao inglês. A tal ponto que nem os esforços da Academia Francesa de Letras impediram que os conterrâneos de Gustave Flaubert adotassem o termo "weekend" para fim de semana.

Terapia ocupacional – É curioso imaginar como seria a implantação do projeto de lei nº 1676. Primeira questão: quem elaboraria o "índice" das palavras proibidas? Em seu projeto, Aldo Rebelo sugere que seja a Academia Brasileira de Letras. Sempre que um termo estrangeiro fosse posto em circulação, a ABL teria noventa dias para encontrar um equivalente em português. Seria uma ótima terapia ocupacional para os velhinhos, mas leva a outra questão. E se, investidos de sanha purificadora, os imortais resolvessem banir também anglicismos, galicismos e outras palavras originárias de outras línguas? Já se tentou fazer isso algumas vezes no Brasil. No final do século XIX, por exemplo, o latinista carioca Antônio de Castro Lopes publicou o livro *Neologismos Indispensáveis e Barbarismos Dispensáveis*, no qual denunciava os estrangeirismos e propunha alternativas em português. Se suas idéias fossem adotadas, hoje em dia Romário jogaria ludopédio, e não futebol. No frio, as pessoas usariam focale, e não cachecol. E, antes de dormir, acenderiam o lucivelo, nunca um abajur.

Um cenário radical como esse daria trabalho. Para evitar graves prejuízos financeiros, roteiristas de TV, publicitários e até jornalistas se veriam obrigados a instalar em seus computadores chips (ooooops!) que apitassem sempre que um estrangeirismo fosse digitado. Façamos um teste. Não apenas repórteres (*péin!* É um anglicismo) padeceriam, mas também os empresários (*péin!* A palavra vem do italiano) de comunicação, porque para estes últimos as multas envolveriam algarismos (*péin!* Origem persa) ainda mais elevados. Articulistas de grande bagagem (*péin!* Galicismo) cultural (*péin!* Germanismo) teriam de renegar a erudição de alfarrábio (*péin!* Origem árabe), apesar de sua ojeriza (*péin!* Espanholismo) a palavras de uso vulgar. Pensando bem, é melhor desligar o chip. Ele não pararia de tocar. Todos os exemplos acima foram tirados do *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*, obra de referência publicada pelo estudioso Antenor Nascentes em 1932. Ele teve a paciência de contar as palavras portuguesas vindas de outros idiomas para constatar como elas enriqueceram a língua a longo prazo. Hoje, a última flor do Lácio tem pelo menos 20% de termos emprestados de línguas estrangeiras (*veja quadro*). Se fossem bloqueadas na origem, o português atual seria sem dúvida mais pobre. Faça-se o seguinte exercício: como falaríamos hoje se, na esquadra de Cabral, houvesse um Aldo Rebelo que proibisse a utilização de termos em tupi-guarani? Em vez de batizar bairros e cidades com belos e sonoros nomes de origem indígena, os brasileiros teriam de traduzi-los para o português. Os paulistanos não iriam mais correr no Ibirapuera, e sim exercitar-se no "Parque Madeira Podre". E o ipanemense Vinicius de Moraes teria como musa uma certa "garota da Água Ruim".

Péin, péin, péin – O professor Schmitz lembra que propostas xenófobas no campo dos idiomas costumam coincidir, ao longo da História, com mentalidades autoritárias. "Foi assim no nazismo e no fascismo. A ditadura de Franco na Espanha tinha como arma de opressão a tentativa de impor o purismo castelhano sobre os dialetos regionais", diz. Aldo Rebelo parece não se incomodar muito com autoritarismos. Afinal, durante muito tempo ele apoiou a ditadura albanesa, que era considerada um modelo pela agremiação política à qual pertence, o Partido Comunista do Brasil (*péin! péin! péin!*). Epa! O que disparou o alarme? Ah, sim: "comunista" vem de "comuna", palavra que Antenor Nascentes relaciona como galicismo. Espera-se que, em nome da coerência, Rebelo concorde também em mudar o nome do partido no qual milita.

3.1.9.1 - A análise

Esta matéria aborda um tema que centralizou as discussões lingüísticas de 2000/2001, no Brasil. Nesse período, o deputado Aldo Rebelo surgiu com seu

projeto de Lei 1676/99, proibindo o uso de estrangeirismos na mídia e em instâncias públicas, na intenção de “proteger” o idioma nacional.

O título atribuído revela o posicionamento tomado pela Revista, no uso de ironia, ao escolher justamente um estrangeirismo para debochar do projeto - *O bom senso está on sale*, ou seja, à venda. Aliás, o auge da ironia é atingido, ao supor que, se o deputado Aldo Rebelo fizesse parte da esquadra de Cabral, o português não teria incorporado vocábulos do tupi-guarani. Não pode passar despercebida a escolha pelo termo “incorporado”, sem conotação de algo nocivo ao idioma, diferentemente da palavra *invasão*.

O texto hipotetiza uma cena de *Laços de Família*, novela da Rede Globo, na época no ar, na qual duas personagens estabelecem um diálogo estranho, seguido de sua tradução. Afirma-se que não seria impossível encontrar diálogos nesse padrão, se o projeto fosse aprovado.

O autor, representando o corpo editorial, afirma categoricamente: “o projeto é fruto de uma idéia fora do lugar (mais uma): a de que o português falado estaria ameaçado de extinção, assim como o mico-leão-dourado, ou a arara-azul” (3º parágrafo, linha 1-2) e refuta o argumento muitas vezes utilizado pelos defensores do projeto: cartazes de lojas de *shopping centers*, chamando-os de surrados exemplos.

João Gabriel de Lima faz uma comparação inusitada e reveladora de preconceito: “Multar um lojista por uma caipirice que depõe unicamente contra ele próprio é um exagero. Seria mais ou menos como cobrar uma pena pecuniária¹² (gostou dessa, Rebelo?) de pagodeiros a cada erro de gramática que cometem” (3º parágrafo, linha 7-9), pois associa diretamente um grupo de músicos de um certo estilo musical a um português constituído de “erros”. Dessa forma, embora traga um visão de linguagem como interação, quanto ao estrangeirismo, traz também a noção de “erro” propiciando o surgimento de preconceito.

Busca-se, para defender a tese de que a LP não está ameaçada de extinção, o testemunho de autoridade dos especialistas, no caso, do lingüista John Robert Schmitz (mestre pela Columbia University e doutor em Letras pela

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. E professor na Unicamp): *“Um idioma evolui em contato com outros, e só alguém que não entende nada do assunto pode achar que é possível bloquear esse intercâmbio”* (4º parágrafo, linha 1-3) No mesmo parágrafo, afirma-se: *“é normal que uma língua se nutra de outras”* (linha 4).

Uma causa é apontada para explicar o fenômeno: *também é comum - e fato antigo - que os vocábulos a atravessar fronteiras venham, em geral, de uma cultura dominante*. É lembrado o caso do francês, no início do século XX, ao mesmo tempo em que cita o esforço da Academia Francesa de Letras que não conseguiu impedir a adoção de *weekend* para fim de semana. Exemplo bem lembrado pela Revista.

É discutida a viabilidade e operacionalidade do projeto. A primeira questão levantada é quanto a quem caberia a elaboração do “índex¹³” das palavras proibidas? A sugestão de Aldo Rebelo, para que a Academia Brasileira de Letras cuidasse do trabalho de encontrar um termo equivalente em português, no prazo de noventa dias, é ironizada, dizendo que seria uma ótima terapia ocupacional para os velhinhos (quinto parágrafo, linha 3-4). É tida, assim, por instituição sem função, na qual os “velhinhos” se reúnem para comer bolinhos e tomar chazinhos. Essa crítica é recorrente na Revista.

Outra hipótese é levantada: “E se, investidos de sanha purificadora, os imortais resolvessem banir também anglicismos, galicismos e outras palavras originárias de outras línguas?” Busca-se o exemplo do latinista Antônio de Castro Lopes, autor de *Neologismos Indispensáveis e Barbarismos Dispensáveis*, título que permite inferir a subjetividade da obra. Ao que segue: “se suas idéias fossem adotadas, hoje em dia Romário jogaria ludopédio, e não futebol. No frio, as pessoas usariam focale, e não cachecol. E, antes de dormir, acenderiam o lucivelo, nunca um abajur” (5º parágrafo, linha 8-10). Ou seja, a Revista busca fortes argumentos para convencer o leitor de que o projeto é uma idéia que, ao ser

¹² Segundo Dicionário Aurélio: pecuniário. [lat. pecuniariu]. Adj. Relativo a, ou representado por dinheiro.

¹³ De acordo com o mesmo dicionário. Índex. [do lat. index] 1. Índice. 2. Catálogo dos livros cuja leitura era proibida pela Igreja. 3. Dedo indicador. E a expressão **pôr no índex** que significa: assinalar como perigoso.

aprovada e implantada, impediria o curso natural da língua. Trazer ao leitor que as pessoas jogariam ludopédio, usariam focale e acenderiam o lucivelo mostra a habilidade dos falantes em determinar suas escolhas lexicais, em adotar estrangeirismos e adaptá-los à estrutura e à fonética da língua, assim como futebol que veio de football; mostra que há um processo de adaptação à língua e não apenas de submissão.

Cria-se uma hipótese de vigilância a ser imposta aos roteiristas, publicitários e jornalistas, para não falirem as empresas nas quais trabalham. *Chips* nos computadores que apitariam sempre que um estrangeirismo fosse digitado. Em oito linhas aparecem sete estrangeirismos de diferentes línguas: 1) anglicismo: repórteres; 2) italiano: empresários; 3) persa: algarismos; 4) galicismo: bagagem; 5) germanismo: cultural; 6) árabe: alfarrábio; 7) espanholismo: ojeriza. Conclui-se que seria melhor desligá-lo, já que não pararia de tocar.

Associa-se a vigilância da língua à mentalidades autoritárias e a movimentos deploráveis na história de humanidade como o foram o nazismo e o fascismo¹⁴.

A Revista, mais uma vez, faz questão de formar a opinião de seu leitor, oferecendo, além de informações, a defesa do ponto de vista que lhe interessa. Salta aos olhos a concepção de língua como lugar de interação entre sujeitos que, no uso de sua língua e fazendo empréstimos de outra, encontra soluções para atender a sua necessidade de comunicação. Não é possível visualizar qualquer crítica aos falantes como pessoas que fazem empréstimos porque são ignorantes ou “idiotas”, como nas palavras de Pasquale (1997). Não há preocupação em prescrever regras e usos.

É adotada a visão do lingüista sobre o empréstimo, eis o pensamento de Fiorin sobre o projeto de Rebelo, o qual a Revista corrobora mesmo sem saber:

¹⁴ Com essa reportagem, a revista *Veja* não ficou de fora da discussão acalorada provocada pelo projeto de Aldo Rebelo, a qual ocupou as páginas de diversos periódicos dos Países, dos quais se destaca a *Folha de S. Paulo*, incluindo o que será, futura e certamente, considerado um confronto histórico entre Carlos Alberto Faraco e o idealizador do projeto, uma vez que cada qual, escreveram e publicaram, respectivamente, a refutação e a defesa do projeto nas páginas do caderno Mais do referido jornal.

A primeira coisa a analisar é a concepção de língua sobre a qual se baseia o projeto. Apesar de falar em peculiaridades regionais da fala e escrita e em deixar claro que as línguas mudam, o projeto, na verdade, baseia-se numa concepção homogênea e estática da língua, pois pensa fundamentalmente em sua unidade. É um mito essa pretensa possibilidade de comunicação igualitária em todos os níveis. Isso é uma idelização. Todas as línguas apresentam variantes: o inglês, o alemão, o francês etc. Também as línguas antigas tinham variações. O português e outras línguas românicas provêm de uma variedade do latim, o chamado vulgar, muito diferente do latim culto. Além disso, as línguas mudam. O português moderno é muito distinto do português clássico. Se fôssemos aceitar a idéia de estaticidade das línguas, deveríamos dizer que o português inteiro é um erro e, portanto, deveríamos voltar a falar latim. Ademais, se o português provém do latim vulgar, poder-se-ia afirmar que ele está todo errado (In Faraco, 2001, p.113).

No mesmo texto Fiorin comenta sobre esta matéria:

Numa reportagem bastante ponderada é uma das mais bem informadas do ponto de vista da disciplina lingüística(...). O artigo de Lima é muito bem informado com base em pesquisa e consulta a dicionários, em particular, o conhecimento do Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa de Antenor Nascentes (1932). Por este motivo, concedi uma entrevista ao jornalista, que teve o profissionalismo de citar minhas palavras exatas (p.104).

Ao adotar a visão do lingüista, a Revista busca apenas o testemunho de autoridade do lingüista, Schmitz, para comprovar a tese adotada “Para os especialistas, o projeto mostra total ignorância do fenômeno lingüístico” (4º parágrafo, linha 1). Enfim, é uma matéria bem de acordo com os avanços proporcionados pela Lingüística, no que concerne à imagem de LP e do seu ensino.

3.1.10. Texto 8: Todo mundo fala assim

Data: 25 de julho de 2001

Subtítulo: Vem aí uma gramática anistiando os principais desvios da linguagem oral. Mas atenção: o português continua a merecer respeito

Autor: Leonardo Coutinho

Todo mundo fala assim

Vem aí uma gramática anistiando os principais desvios da linguagem oral. Mas atenção: o português continua a merecer respeito

Leonardo Coutinho

Deu dez horas ou deram dez horas? Hoje é quinze ou hoje são quinze? Assisti o filme ou assisti ao filme? A vida é cheia dessas dúvidas, principalmente quando se quer caprichar. Quem se angustia diante dessas questões vai ter uma surpresa e um alívio: vem aí um habeas-corpus para uma infinidade de pecados gramaticais, principalmente na língua falada. Será lançada no segundo semestre a *Gramática do Português Culto Falado no Brasil*, dando um carimbo acadêmico ao verdadeiro português utilizado pelos brasileiros. Preparado por especialistas de doze universidades, o trabalho não revoga as normas da boa sintaxe. Apenas identifica a lógica gramatical praticada no dia-a-dia por pessoas instruídas até o curso superior. Numa comparação simples, as gramáticas tradicionais baseiam suas regras nos textos dos melhores autores do idioma, enquanto esse novo trabalho desvenda o português que as pessoas de fato andam falando por aí. Pela tradicional lei da gramática, trata-se de um compêndio que analisa a estrutura da fala coloquial. Dito à maneira do estudo: é um livro que mostra o jeito como a gente conversa.

"O objetivo era descobrir como se fala corretamente no Brasil", diz o coordenador do projeto, Ataliba de Castilho, presidente da Associação de Linguística e Filologia da América Latina. Isso deu um trabalho. Em quase trinta anos de pesquisa, 32 estudiosos dissecaram mais de 1.500 horas de gravações feitas em cinco capitais brasileiras. Foram entrevistadas 2.356 pessoas com formação superior, cujos pais também nasceram nas capitais escolhidas para pesquisa: Salvador, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro e São Paulo. A escolha não se deu porque se supunha que nessas cidades se fale mais corretamente, mas, sim, porque elas foram consideradas as que têm as características claramente identificáveis. "Dá para dizer: é assim que se fala em tal lugar", exemplifica Ataliba de Castilho. As gravações serviram para encontrar os desvios mais frequentes, em relação à norma culta, e depois destrinchar a lógica que rege essas construções. Graças a essa análise, os brasileiros se tornarão o primeiro povo, entre os que falam línguas derivadas do latim, a ter sua linguagem oral debulhada e sistematizada.

No ano passado, a professora Maria Helena de Moura Neves, da Universidade Estadual Paulista, lançou sua *Gramática de Usos do Português* (Editora Unesp, 1.037 páginas, R\$ 70,00), que analisa as estruturas mais correntes usadas nos jornais, na dramaturgia e na literatura moderna. Ela integra o grupo que preparou o novo projeto e diz que a virtude dessas iniciativas é admitir que a língua vive em transformação, ao contrário do que se vê na maioria das gramáticas tradicionais. "Ninguém tem autoridade para dizer o que é certo ou não em um idioma", afirma Maria Helena. Isso cutuca o vespeiro dos beletristas.

O professor Evanildo Bechara, membro da Academia Brasileira de Letras e considerado um dos maiores gramáticos brasileiros em atividade, dá sua apreciação sobre o resultado do projeto Norma Urbana Culta: "Desde a Antiguidade, a gramática foi sempre o registro dos fatos da língua observado no uso das pessoas, principalmente daquelas que podiam servir de modelo. O trabalho vem ratificar uma realidade já antes intuída e até trabalhada pelos estudiosos do passado. A verdadeira e saudável educação da competência lingüística é colocar ao alcance das pessoas o maior número de informações para o uso do idioma. Repito sempre que a educação lingüística tem de fazer de cada pessoa um poliglota em sua própria língua". Numa tradução livre, o professor Bechara diz que não há nenhuma novidade no trabalho sobre a língua oral e que o melhor ensino do português continua sendo o tradicional. A partir do ano que vem, no entanto, as escolas

poderão decidir se seguem ou não esse conselho. A primeira edição da nova gramática é apenas para professores e estudiosos, mas dentro de alguns meses sai um subproduto, voltado para estudantes, bem nos moldes dos guias práticos utilizados atualmente para o ensino do português. Só é preciso avisar aos mais afoitos que o insuportável uso que se vem fazendo do gerúndio (amanhã *estarei fazendo* ou ele vai *estar falando*, por exemplo) continua a ser um crime inafiançável contra o idioma.

Ilustrações Fábrica de quadrinhos

Quase todos ignoram, mas a norma culta manda chegar a algum lugar



Só se usa *onde* quando se quer dar a idéia de lugar. Neste caso, o certo é *aonde*



Na gramática tradicional, só se aceita *aonde* quando na expressão existe a idéia de destino, direção



O futuro do presente é quase ignorado na linguagem oral. Pela norma culta, o certo é *farei*



O verbo *reter* deve ser conjugado como o verbo *ter*. Logo, o correto é *reteriver*

Este é um caso de samba do pronome doido. A frase mistura a Terceira pessoa do singular com a segunda



3.1.10.1 - A análise

A reportagem agora em foco recebe como título uma metonímia: *Todo mundo fala assim*, reveladora de que pessoas, de todas as classes sociais e faixas etárias falam de um jeito que ao longo da reportagem é tido como "errado". São destacadas três possíveis dúvidas no momento de escrever: "Deu ou deram dez horas? Hoje é quinze ou hoje são quinze? Assisti o filme ou assisti ao filme?" A primeira e a segunda dúvida referem-se ao uso da concordância e a terceira ao emprego da regência. Ao que segue a afirmação: "*A vida é cheia dessas dúvidas, principalmente quando se quer caprichar*". Raramente esse caprichar está relacionado à fala cotidiana e às conversas informais, a sua necessidade surge em momentos de avaliação, na qual se deve demonstrar domínio da norma culta. A língua aparece, então, como ferramenta para promoção e ascensão social.

O trecho que apresentará a *Gramática do Português Culto Falado no Brasil* é no mínimo muito interessante: "Quem se angustia diante dessas questões vai ter uma surpresa e um alívio: vem aí um habeas-corpus para um infinidade de pecados gramaticais, principalmente na língua falada" (1º parágrafo, linha 2-4). Um trecho tão pequeno, mas que permite depreender vários implícitos:

1. A escolha lexical da palavra angustia permite inferir que diante de dúvidas gramaticais o indivíduo sente-se perdido, em outras palavras: ele não sabe fazer uso da norma privilegiada.
2. A palavra surpresa traz a conotação de que o lançamento é algo inimaginável.

3. O uso do termo latino *habeas-corpus*¹⁵ antecede um uso, que aparece ao longo de todo o texto, de palavras relacionadas à área do Direito.
4. Ao usar “infinidade de pecados gramaticais, principalmente na língua falada”, o autor autoriza a leitura: a) pelo termo *infinidade*, que os usuários não dominam seu idioma pois erram infinitamente na escrita e principalmente na fala. b) “pecado”, de conotação religiosa, sugere que o brasileiro macula a língua.

Ao trazer: “Será lançada no segundo semestre a Gramática do Português Culto Falado no Brasil, dando um carimbo acadêmico ao verdadeiro português utilizado pelos brasileiros” (1º parágrafo, linha 4-5) transparece um reconhecimento de que há diferenças entre a recomendação gramatical e a concretização do falante, de que os brasileiros não falam como preconiza a GT ou “como que se escreve”. Assume-se, então, primeiro, que a fala possui características próprias (diferentes da escrita), segundo, que o português do Brasil distanciou-se do português de Portugal (privilegiado pelas gramáticas e gramáticos).

“Preparado por especialistas de 12 universidades o trabalho não revoga as normas da boa sintaxe” (1º parágrafo, linha 5-6). Aqui, novamente um termo jurídico. E é preciso atentar para o adjetivo *boa* antes da palavra *sintaxe*, questionando-o: O que é uma *boa sintaxe*? A matéria não orienta o leitor nesse sentido, ou seja, deixa de defini-la.

“O objetivo era descobrir como se fala corretamente no Brasil” (2º parágrafo, linha 1). Essa fala, atribuída a Ataliba Castilho¹⁶ (livre-docente pela Faculdade de

¹⁵ Habeas-corpus. [Lat. 'que tenhas teu corpo'.] Garantia constitucional outorgada em favor de quem sofre ou está na iminência de sofrer coação ou violência na sua liberdade de locomoção por ilegalidade ou abuso de poder.

¹⁶ Eis os nomes dos envolvidos no projeto que resultou na gramática 'anistiadora' que não apareceram na reportagem, certamente não são conhecidos do grande público, Castilho (1999): Minha proposta discutia, ainda, algumas questões relativas à natureza da língua falada, à seleção dos pressupostos teóricos e à operacionalização das atividades. Tão logo ela foi divulgada, constatou-se a adesão de 25 lingüistas, número que foi crescendo até atingir os atuais 36 pesquisadores, vinculados a 15 universidades brasileiras, em sua maior parte responsável por Programas de Pós-Graduação em Lingüística e Língua Portuguesa: Ângela Cecília S. Rodrigues (USP), Antonio José Sandman (UFPR), Ataliba T. de Castilho (UNICAMP), Carlos Franchi (UNICAMP), Célia Therezinha G. da Veiga Oliveira (UFPR), Charlotte Galves (UNICAMP), Clélia Jubran (UNESP), Dercir Pedro de Oliveira (UFMS), Dinah Callou (UFRJ), Fernando Tarallo (UNICAMP), Hudinilson Urbano (USP), Iara Bemquerer Costa (UFPR), Ieda Maria Alves (UNESP), Ingedore Koch (UNICAMP), João Antonio de Moraes (UFRJ), José Gaston Hilgert (USP), Leda

Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, ex-professor titular da UNICAMP e, atualmente, professor titular da USP, com pesquisa focada no português culto falado no Brasil. Dirigiu projetos como o NURC e o da Gramática do Português Falado), causa estranheza, pois corretamente refere-se à postura prescritivista de “certo ou errado”, que, como se sabe, não é o propósito da pesquisa em questão. Seria mais coerente com o seu trabalho, se a Revista tivesse usado: O objetivo era descobrir como se fala verdadeira ou correntemente no Brasil. Supõe-se que o autor da reportagem escolheu esse termo, já que no mesmo parágrafo é apresentada a real motivação na escolha das capitais:

A escolha não se deu porque se supunha que nessas cidades se fale mais corretamente, mas, sim, porque elas foram consideradas as que têm características claramente identificáveis. “Dá para dizer: é assim que se fala em tal lugar”, exemplifica Ataliba de Castilho (2º parágrafo).

Na razão da escolha das capitais pesquisadas, percebe-se uma preocupação, por parte dos pesquisadores, em não fundamentá-la em um mito recorrente de que em tal lugar o português é melhor: “A escolha não se deu porque se supunha que nessas cidades se fale mais corretamente, mas, sim, porque elas foram consideradas as que têm as características claramente identificáveis. “Dá para dizer: é assim que se fala em tal lugar”” (2º parágrafo, linha 5-7).

À fala de Maria Helena Moura Neves (livre-docente em Letras e professora no curso de pós-graduação em Letras da Faculdade de Ciências e Letras (FCL) da UNESP, câmpus de Araraquara e na Universidade Makenzie. É possível considerá-la gramática e lingüista, devido à forma como trabalha com os fatos da gramática, considerando seu uso) “a virtude dessas iniciativas é admitir que a língua vive transformações, ao contrário do que se vê na maioria das gramáticas tradicionais. Ninguém tem autoridade para dizer o que é certo ou não em um

Bisol (UFRS), Leonor Lópes Fávero (USP), Luiz Antonio Marcuschi (UFPE), Luiz Carlos Cagliari (UNICAMP), Luiz Carlos Travaglia (UFUberlândia), Marco Antonio de Oliveira (UFMG), Maria do Carmo O. T. Santos (UEM), Maria Cecília Pérez Souza e Silva (PUC-SP), Maria Helena Moura Neves (UNESP), Maria Luiza Braga (UFF), Maria Bernadete Abaure (UNICAMP), Mario Antonio Perini (UFMG), Margarida Basílio (PUC-RJ), Mary Kato (UNICAMP), Mercedes Sanfelice Riso (UNESP), Milton do Nascimento (UFMG), Odette G. L. A. S. Campos (UNESP), Rodolfo Ilari (UNICAMP), Sírío Possenti (UNICAMP) Stella Maris Bortoni (UnB) e Yonne Leite (UFRJ), (p. 13-14).

idioma”, segue-se o comentário do autor da matéria: “Isso cutuca o vespeiro dos beletristas” (3º parágrafo, linha 4-6).

Após sua fala, é buscado o testemunho de Bechara (professor titular e emérito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e da Universidade Federal Fluminense (UFF). Goza de prestígio entre os gramáticos e os lingüistas, embora os últimos o considerem conservador e representante da GT. Ele afirma:

Desde a Antiguidade, a gramática foi sempre o registro dos fatos da língua observado no uso das pessoas, principalmente daquelas que podiam servir de modelo. O trabalho vem ratificar uma realidade já antes intuída e até trabalhada pelos estudiosos no passado. **A verdadeira e saudável educação da competência lingüística é colocar ao alcance das pessoas o maior número de informações para o uso do idioma.** Repito sempre que a educação lingüística tem de fazer de cada pessoa um poliglota em sua própria língua. (4º parágrafo, linha 2-7, grifo nosso)

Certo, certíssimo. Bechara não louvou nem rechaçou o projeto. É possível afirmar que confirmou a sua importância e a necessidade de execução, ao citar a competência lingüística, no trecho em negrito, que assim pode ser compreendido: é importante que o indivíduo conheça bem as concretizações dos usuários feitas na fala e na escrita; quanto mais diversidade melhor.

Muitos outros poderão interpretar o mesmo trecho de outras formas, pois são diversos os fatores que atuam na interpretação. Porém, causa estranhamento a interpretação livre, ou melhor, mais-que-livre, feita pelo entrevistador: “Numa tradução livre, o professor Bechara diz que não há nada de nenhuma novidade no trabalho sobre a língua oral e que o melhor ensino do português continua sendo o tradicional” (4º parágrafo, linha 7-8). Ou seja, o entrevistador faz uma distorção da fala de Bechara, aproveitando-se da característica polissêmica das palavras.

Supondo que Bechara realmente tenha falado isso, caberia o questionamento: desde quando o ensino exclusivo GT garante, garantiu ou vem garantindo a CC?

A versão para estudantes “bem nos moldes dos guias práticos utilizados atualmente para o ensino do português” (4º parágrafo, linha 11-12), o “subproduto”, não foi lançada ainda e já estamos em 2004. Também não se sabe de qualquer escola que a venha utilizando para ensinar os alunos.

Encerramento da matéria: “o uso que se vem fazendo do gerúndio continua a ser um crime inafiançável, (quais são os crimes fiançáveis????) *contra o idioma*” (4º parágrafo, linha 12-13). Mais um uso de uma metáfora jurídica, a fim de alertar para um fenômeno que pode ser chamado de “recente” e que vem sendo explicado como fruto da influência do inglês (*future continuos*) através dos serviços de *telemarketing*, nos quais se usa essa forma verbal: Vou estar enviando uma remessa na segunda-feira. Surgem, então, na mídia, textos com o título *Cuidado com a praga do gerundismo* (publicado na revista VOCÊ S/A), e o gerúndio fica para o público leitor como uma aberração, algo que não deve ser usado, pois os autores esquecem de explicar que o gerúndio é uma forma nominal do verbo disponível aos falantes.

Na edição seguinte, 1711, da Veja, na seção Cartas, foi publicada a carta de Marcos Bagno, não é possível saber se na íntegra ou não:

A leitura atenta da reportagem "Todo mundo fala assim" (25 de julho) revela um texto sutilmente articulado para alertar o leitor contra os "perigos" que surgem no trabalho de cientistas da linguagem, dando ênfase à posição tradicionalista de um gramático conservador como Evanildo Bechara (p. 27).

Veja opta por replicar Bagno não diretamente, mas através da carta de outra leitora, Helena Guerra Vicente, a qual não é identificada como estudiosa, professora, ou algo parecido, assim como Bagno não é mencionado como doutor (em Filologia e Língua Portuguesa pela Universidade de São Paulo). Ao passo que muitos leitores, quando estudiosos, secretários ou ocupantes de importantes cargos têm sempre a profissão mencionada. No caso, Bagno e Vicente passam por leitores comuns e não como estudiosos da língua. Ironicamente, ambos estão vinculados à Universidade de Brasília (UNB). A carta dela:

Quem conhece a obra do professor Bechara sabe que este, apesar de ser tido como "gramático tradicional", adota postura bem flexível em relação à língua. Essa postura não preconceituosa fica evidente na nova edição de sua gramática, em que ele abre espaço para a questão da diversidade lingüística, e em um livro seu intitulado *Ensino da Gramática: Opressão? Liberdade?* (p.27).

É digno de reconhecimento de que a estratégia da Revista em defender-se de Bagno, sutilmente, pela fala de Helena, é uma grande estratégia. A fala dela

"quem conhece" desqualifica Bagno que seria, para quem leu a seção Cartas, um não conhecedor da obra de Bechara. Não convém, por não ser objetivo deste trabalho, adentrar na questão da flexibilidade de Bechara.

Trata-se, pois de uma reportagem deveras incoerente. Para exemplificar: como se pode dizer que, a partir desse projeto, o povo brasileiro é o primeiro a ter a gramática de sua língua sistematizada, enquanto usa a fala de um gramático para dizer que nada há de novo. O corpo editorial não conseguiu entender a importância da pesquisa sobre a qual trouxera informações ao público, depois de ter sido determinada a sua elaboração em pauta. É provável que o repórter não tenha recorrido nem mesmo aos arquivos¹⁷ da Revista sobre a LP; consulta que poderia tê-lo feito compreender a importância do Projeto, como se pode ler no seguinte trecho da reportagem *Nobre como Camões* (1999), parágrafo 6º: "Poucas línguas são tão difíceis de sistematizar como o português falado no Brasil. Na confusão que faz um gaúcho se sentir quase um estrangeiro diante de uma paraibano, ao menos em questão de pronúncia e vocabulário, é difícil definir o que está certo ou errado". Se a sistematização da língua é uma empreitada difícil e o povo brasileiro é o primeiro a tê-la disponível, não seria possível ao autor da reportagem concordar com a fala de Bechara de que "não há novidade no trabalho e que o melhor ensino do português continua sendo o tradicional" (4º parágrafo, linha 7-8), mesmo porque não há entre os idealizadores do Projeto uma defesa de substituição do ensino tradicional e da norma culta pela exclusividade do ensino da língua oral.

Em comparação *Tupi or not tupi e Errar é divino*, houve, indubitavelmente, um retrocesso. É como se o jornalista já fosse ao tema com uma opinião formada ou apenas cumprisse sua pauta, devido ao direcionamento dado.

Embora a matéria tente adotar uma concepção de língua/linguagem que entenda a diferença entre o uso efetivado pelos falantes e o uso recomendado pela GT e, em alguns trechos, sejam dadas explicações adequadas sobre a proposta de sistematização da fala, o que prevalece mesmo é a língua como

¹⁷ Procedimento recomendado por Rossi na seção 2.8, capítulo 2, na qual se discute os desafios dos jornalistas frente a generalização e a especialização.

expressão do pensamento, constituída de regras a serem seguidas, que deixam o falante em dúvida (1º parágrafo, linha 1).

O título *Todo mundo fala assim* e alguns trechos: “dando um carimbo acadêmico ao verdadeiro português utilizado pelos brasileiros” (1º parágrafo, linha 4-5); “esse novo trabalho desvenda o português que as pessoas de fato andam falando por aí” (1º parágrafo, linha 8-9), dão a impressão de que haverá uma compreensão da língua como interlocução, socialmente marcada e o reconhecimento de que, há muito, os compêndios gramaticais vêm forçando a continuidade da adoção de um modelo que não mais retrata a realidade lingüística brasileira, ao buscar a imitação de um modelo considerado ideal: o português de Portugal.

O subtítulo resume a concepção de língua que prevalece na matéria “Vem aí uma gramática anistiando os principais desvios da linguagem oral. Mas atenção: o português continua a merecer respeito”. Resulta, portanto, a imagem de falantes que não respeitam as regras da gramática, não sabem falar. E, infelizmente, a matéria é encerrada com uma prescrição aos mais afoitos (seriam aqueles que estariam felizes com a nova gramática por entendê-la como uma permissão para falar do jeito que querem, sem ter que se preocupar com regras?), já lugar-comum na mídia: evitar o uso do gerúndio, que seria um crime inafiançável contra o idioma. Usando as palavras do Pasquale, a referência ao gerundismo na mídia virou uma “praga mundial”.

3.1.11. Texto 9: O poder da palavra

Data: 29 de agosto de 2001

Subtítulo: Com 3 008 páginas e 228 500 verbetes que consumiram dez anos de trabalho, surge o dicionário *Houaiss*, uma prova de força da língua portuguesa

Autor: Silvio Ferraz

O poder da palavra

Com 3 008 páginas e 228 500 verbetes que consumiram dez anos de trabalho, surge o dicionário *Houaiss*, uma prova de força da língua portuguesa

Será lançada a primeira ameaça séria ao reinado do *Aurélio*. Portentosa obra de catalogação do português falado e escrito no Brasil, o *Aurélio* pode deixar de ser sinônimo de dicionário. Desde sua primeira edição, há 26 anos, o livrão do professor Aurélio Buarque de Holanda Ferreira vendeu um total de 45 milhões de cópias em suas três versões. Talvez não deixe de ser sinônimo de dicionário. Mas terá de dividir o título com o *Houaiss* (pronuncia-se *uáis*), como certamente ficará conhecido pelos brasileiros o novíssimo *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*, cujos primeiros exemplares começam a ser vendidos no Rio de Janeiro e em São Paulo a partir desta semana e em todo o país dentro de dez dias. O preço oscilará em torno de 125 reais. O *Houaiss* levou uma década para ficar pronto e é resultado do trabalho de 140 especialistas brasileiros, portugueses, angolanos e timorenses. A obra é a materialização do sonho de Antônio Houaiss, considerado o maior filólogo do século XX em língua portuguesa, morto em 1999, pouco antes de ver o livro terminado. Diplomata de carreira, Houaiss foi ministro, presidente da Academia Brasileira de Letras e refinado gastrônomo. Mas nada absorveu mais sua existência do que a obsessão de ver publicado o mais completo dicionário da língua portuguesa.

Conseguiu? Em números absolutos, o novo dicionário é imbatível. O *Houaiss*, com um total de 228 500 verbetes, tem 68 500 a mais que o *Aurélio* e 28 500 a mais que o *Michaelis*, o outro competidor. Em Portugal, o recém-lançado dicionário da Academia de Ciências tem 120 000 verbetes. Só o tempo dirá, porém, se o *Houaiss* será aceito pelo grande público como a fonte primordial da língua viva falada hoje no Brasil – o olimpo que todo grande dicionário almeja. "Por todos os critérios técnicos válidos, o *Houaiss* é o mais completo e moderno dicionário de português", diz Roberto Feith, dono da editora Objetiva, que publicou a obra e fez dela o seu mais ousado empreendimento. "Para lançar um Paulo Coelho, invisto cerca de 500 000 reais. Para um outro best-seller, ponho 100 000 reais. Com o dicionário *Houaiss* gastamos 5 milhões de reais", compara Feith. Na semana passada, o editor pôs os olhos pela primeira vez no resultado de sua milionária aposta editorial. Ele foi vistoriar os primeiros dois contêineres com milhares de dicionários, volumes de capa ocre, revestidos de tecido de alta resistência, impermeável, com baixos-relevos, serigrafias e nome de batismo em letras douradas. Os livros acabavam de aportar no Rio de Janeiro, vindos da Itália, onde foram impressos. A Objetiva não encontrou no Brasil quem atendesse às exigências técnicas da obra, especialmente a montagem de 3 008 páginas em um único volume de 3,8 quilos.

Oscar Cabral



Oitenta dos 140 especialistas que fizeram o *Houaiss* posam para uma foto histórica: a viagem ao coração do idioma levou-os dez séculos ao passado

"Sem ousarmos nos comparar com o *Oxford English Dictionary*, com seus 615 000 verbetes, acho que conseguimos chegar aonde outros dicionários de português não conseguiram", diz Mauro Villar, filólogo, sobrinho de Antônio Houaiss, responsável pela conclusão da obra depois da morte do tio. Houaiss levou a equipe a mergulhar nas profundezas do passado e produzir quase uma enciclopédia. Por isso o *Houaiss* é tão mais volumoso que os concorrentes. Mas atenção. Nem o *Houaiss* pode se gabar de ter abraçado todas as palavras do idioma. Os dicionaristas orgulham-se de transformar em verbetes palavras que atendem a dois requisitos: estão vivas e são matrizes do idioma. Ou seja, delas derivam outras. Quando se somam aos verbetes as palavras compostas e os termos técnicos, não há obra que dê conta de catalogar todo o universo da língua. Quem chegou mais longe foi o *Dicionário Filológico* da Academia Brasileira de Letras, que registra 360 000 palavras. "Qualquer língua moderna conta com milhões de palavras potencialmente dicionarizáveis. Calcula-se que a medicina contribua com cerca de 600 000 acepções, a química e a farmacologia, com 2 milhões, apenas superados pela zoologia. Só a classificação dos insetos exige 2 milhões de termos", explica Villar.

Como todo dicionário com forte acento enciclopédico e histórico, o *Houaiss* oferece, ao mais superficial manuseio, um delicioso passeio pela linhagem evolucionária das palavras. Os vocábulos, como as

ser promovidos ou rebaixados. Tome-se o exemplo do que foi legado às gerações posteriores pelo militar aventureiro alemão Friederich Hermann Schönberg, que nos idos de 1615 comandava tropas portuguesas contra os espanhóis e ditava a moda na corte. Ele não viveu o bastante para ver seu pomposo sobrenome acabar rolando nobreza abaixo. Em Lisboa, de Schönberg para "chumbergas" foi um pulo. No Brasil colônia, outro tombo fenomenal: virou "chumbrega", coisa ruim, ordinária, reles. Já a palavra marechal subiu de elevador. De artesão encarregado das ferraduras dos cavalos em 1086, a palavra marechal foi alçada ao mais alto posto na hierarquia do Exército brasileiro mais de 800 anos depois. Outra palavra rebaixada pelo *Houaiss* é uma daquelas que podem aparecer tanto numa questão do vestibular quanto no *Show do Milhão*. Qual é a maior palavra da língua portuguesa? Quem respondeu "anticonstitucionalissimamente" errou. Ela perdeu para outra ainda mais extensa. Quem ostenta o título agora é "pneumoultramicroscopicossilicovulcanoconiótico". São 46 letras. Seu significado? Bem, ela descreve o estado de quem é acometido de uma doença rara provocada pela aspiração de cinzas vulcânicas. Com curiosidades, segredos garimpados em centenas de obras consagradas e uma pesquisa histórica profunda que datou a entrada de quase todas as palavras no idioma, o novo dicionário vai brigar pela posição de a maior autoridade da língua pátria, a sétima do mundo, com 200 milhões de falantes, à frente do japonês, francês e alemão. "Nosso objetivo é que as pessoas saquem do *Houaiss* numa discussão para resolver sem contestação uma dúvida de linguagem", diz Feith.

Não é pouca ambição. Obra plácida, neutra em sua aparência de celeiro do idioma, com a matéria-prima disposta em ordem alfabética, os dicionários, no fundo, escondem rivalidades terríveis. Os mais mansos chegam ao mundo com o objetivo apenas de descrever como o idioma está sendo usado pelas pessoas em determinados períodos da História. Outros, como o *Aurélio* e o *Houaiss*, querem ser autoridade. São dicionários brigões, normativos, querem dar receita do bom uso da língua. Seus autores esperam que as pessoas recorram a eles em caso de dúvidas cruéis de linguagem. Dar a palavra final, ser a obra de maior credibilidade, é o grande prêmio. Poucos chegam lá. Já é um grande passo para um dicionário quando o nome do autor se confunde com a própria obra. O primeiro dicionário da história ocidental a obter tal honraria foi uma lista de poucos milhares de palavras latinas compiladas pelo intelectual italiano Ambrogio Calepino em 1502. Seu *Dictionarum interpretamenta* fez enorme sucesso numa Europa sedenta de conhecimento que mal se erguia das sombras da Idade Média. Historiadores encontram freqüentes referências à obra. Uma delas é a prova de que o dicionário fazia parte do cotidiano da elite letrada – menos de 1% da população européia de então. Um nobre inglês morto em Lancashire em 1568 registrou em seu testamento que deixava como herança, entre outros objetos de valor, seu "calepino". Mais tarde, outros dicionários atingiram essa singularidade. O *Covarrubias*, na Espanha, e o *Caldas Aulete*, em Portugal. O *Johnson* e o *Webster* nos países de língua inglesa. O *Aurélio* no Brasil.

Quando se examina a complexidade desse tipo de empreitada fica claro que, para a equipe envolvida, prêmio mesmo é pôr um ponto final à obra. Ao cabo dos trabalhos, o dicionarista-chefe do projeto Houaiss, Mauro Villar, estava à beira de um ataque de nervos. Típico da atividade. É famoso entre as pessoas do ramo o registro que ficou da triste vida do inglês Thomas Cooper, que se meteu em 1565 a fazer um *Thesaurus Linguae Romanae et Britannicae* ("Tesouro da língua romana e britânica"). "Ele estava com metade do trabalho pronto quando a paciência de sua mulher se esgotou. Ela jogou todos os papéis na fogueira. Mas era tão grande o zelo de Cooper que ele começou tudo de novo, do zero", escreveu um século mais tarde o

historiador John Aubrey. Em 1789, a Academia de Ciências de Lisboa arregimentou forças para criar um dicionário completo da língua portuguesa. Com todo o empenho, não conseguiu passar da letra A. Apesar do fracasso, o volume remanescente é considerado pelos filólogos uma peça preciosa. Dois séculos se passaram os papéis na fogueira. Mas era tão grande o zelo de Cooper que ele começou tudo de novo, do zero", escreveu um século mais tarde o historiador John Aubrey. Em 1789, a Academia de Ciências de Lisboa arregimentou forças para criar um dicionário completo da língua portuguesa. Com todo o empenho, não conseguiu passar da letra A. Apesar do fracasso, o volume remanescente é considerado pelos filólogos uma peça preciosa. Dois séculos se passaram e só no ano passado a academia finalmente editou seu dicionário. Na Alemanha, os irmãos Grimm começaram a compilar um léxico no século XIX. Ele só foi dado por concluído 126 anos depois, em 1960. Por essa razão, os Grimm tornaram-se famosos planetariamente como autores de contos infantis e não como filólogos. Editar o dicionário *Houaiss* em uma década foi um feito.

"O primeiro passo para lançar um dicionário é a motivação. Por que fazer um quando já existem tantos? A segunda coisa é delimitar o número de verbetes. A terceira é estabelecer um prazo para terminar", conta Mauro Villar. A motivação foi dada por Antônio Houaiss em pessoa. Ele queria associar seu nome ao mais completo dicionário. Houaiss lembrava sempre que o próprio Aurélio se define como uma obra inframédia, ou seja, que não chega a contemplar nem a metade das palavras do idioma. Houaiss julgava a obra de Aurélio meritória, mas entendia que sua formação de professor de português, excelente por sinal, era fraca em instrumentos teóricos para levá-lo às profundezas do idioma. Outras obras, Houaiss as via defasadas e incapazes de satisfazer quem quisesse ultrapassar os desafios do uso correto do português atual. Não fossem essas razões, havia a mais alta: a ambição de escrever um dicionário que representasse sua própria visão da língua portuguesa. A erudição, somada ao conhecimento e à tenacidade de alguém que levou apenas nove meses para traduzir a obra inaugural da modernidade, o *Ulysses*, do irlandês James Joyce – enquanto sua mãe morria de câncer –, fez de Houaiss o homem talhado para a tarefa monumental.

Houaiss queria uma obra que reunisse com igual ímpeto os vocábulos utilizados pelos grandes escritores e aqueles gerados pelo linguajar mais comum das pessoas no dia-a-dia. Ele almejava profundidade histórica e modernidade. "Algo que ombreie com o desenvolvimento alcançado em outras línguas românicas, a exemplo do francês, do espanhol, do italiano, do catalão", como escreveu no prefácio do novo dicionário. A definição do tamanho do dicionário só se deu depois que os envolvidos na produção decidiram que a obra deveria ficar pronta até o ano 2000. Dados o tempo disponível e a complexidade da tarefa, os especialistas reunidos pelo Instituto Antônio Houaiss, organização criada pelo filólogo para o estudo do idioma, estabeleceram que o dicionário teria 228.500 verbetes. Sem disciplina férrea, não passariam da letra A. "Com todo o esforço de organização, a sensação que tínhamos era a de um piloto tentando levantar voo com um avião ainda em construção", define Mauro Villar.

As primeiras fases do projeto, antes da entrada da editora Objetiva, foram bancadas pelo Instituto Antônio Houaiss com receitas obtidas de fontes privadas e estatais. Conseguiu-se o suficiente para pagar a dezenas de pesquisadores. Os melhores chegavam a ganhar 5.000 reais por mês. Colaboradores técnicos recebiam 2 reais por verbete. Quando o dinheiro acabou, a seis meses do término da obra, todos trabalharam de graça. Toda essa gente produzia o que exatamente? Pequenos textos com os significados das palavras, sinônimos e antônimos, mas igualmente a história ou a etimologia dos vocábulos. A mecânica do trabalho tinha um componente braçal. Foi nessa fase que o computador ajudou muito. Os pesquisadores faziam cópias digitais, com a ajuda de um escâner, de artigos de revistas, jornais, livros e outras fontes. Tudo isso ia para um arquivo digital comum, de forma que as modificações podiam ser instantaneamente compartilhadas. "Sem isso não teríamos conseguido acelerar os trabalhos", lembra Feith. Todos seguiram as orientações de Houaiss, consolidadas em um manual de redação com 100 páginas, que se tornou ainda mais valioso depois de sua morte. Os verbetes também só recebiam o ponto final depois de confrontados com os de outros dicionários. "Começamos pela letra B, mais simples, para 'esquentar' os motores e testar a eficiência de nossa rotina. Depois passamos ao D e, finalmente, enfrentamos o A, a letra mais extensa e complexa", explica Mauro Villar.

Se consideramos como primeiro dicionário da história uma pequena lasca de pedra com uma dúzia de vocábulos de um idioma obscuro encontrada na antiga Mesopotâmia, então essa compulsão humana de listar palavras tem pelo menos 2.700 anos, ou 27 séculos. De lá para cá, a evolução foi tremenda. Até o século XIV, por exemplo, as palavras eram organizadas não em ordem alfabética, mas em grupos de significados parecidos. Esse tipo de dicionário sobreviveu aos nossos dias. São os tesouros, dicionários de sinônimos ou de idéias correlatas. Ninguém, porém, traçou tão bem quanto Noah Webster (1758-1843), famoso lexicógrafo americano, quais devem ser os critérios fundamentais para separar as palavras dicionarizáveis das que não merecem essa glória. Aconselhou o sábio que se leve em conta o seguinte:

ε a linguagem muda constantemente;
 ε a mudança é normal;
 ε a linguagem falada é a linguagem;
 ε o que define a correção é o uso;
 ε todo uso é relativo.

Como toda regra simples, a de Noah Webster é brilhante, mas não esgota a questão: por ter mais verbetes que o Aurélio, o Houaiss é um dicionário, sem dúvida, mais completo. Mas é o melhor? Muito antes de fazerem seus dicionários, Aurélio Buarque de Holanda e Antônio Houaiss já divergiam sobre o número ideal de palavras que uma obra do gênero deve ter. Aurélio sempre foi favorável a uma lista menor concentrada em palavras efetivamente usadas no dia-a-dia. Houaiss pendia para dicionários mais completos, históricos, enciclopédicos. Essa, aliás, é a mais resistente das brigas entre a maioria dos dicionaristas de qualquer idioma. O estudioso americano David Foster Wallace sugere desafiadoramente que, se tamanho e modernidade são documentos, o dicionário de inglês ideal abrigaria tantos termos que pesaria 2 toneladas e teria de ser atualizado a cada meia hora. "Claro que um dicionário assim não tem valor. Por isso é preciso alguém com autoridade para escolher as palavras", diz Wallace. "Aí é que está a beleza autoral, pois toda escolha será inevitavelmente ideológica."

A precaução básica de Houaiss, segundo Mauro Villar, foi evitar a transformação da linguagem de forma muito veloz, o que, para ele, seria catastrófico. Também temia que o ritmo fosse lento demais e seu dicionário registrasse uma língua moribunda e não aquela que pulsa nas ruas, lojas, estádios, estações de metrô e bares. Quando se mede o ritmo que efetivamente empreendeu ao dicionário, nota-se que Houaiss foi muito rápido no gatilho. Para começo de conversa, não teve nenhum tipo de preconceito com os vocábulos de origem estrangeira. Estão lá, devidamente dicionarizadas, as palavras popularizadas pela internet, como site, www, web e hipertexto. O americano Wallace conta que antes da internet só Sigmund Freud, o pai da psicanálise, provocara, no começo do século XX, uma reação tão grande por causa da avalanche de palavras estrangeiras, no caso alemãs, que espalhou pelos idiomas de todo o mundo. Com as reações costumeiras. "Houve uma enorme resistência dos puristas da língua inglesa quando Freud criou ou redefiniu termos como libido, narcisismo ou ansiedade", lembra Wallace. É a mesma situação que se vive em certos círculos intelectuais do Brasil de hoje, cujo paroxismo é o projeto de lei do deputado comunista Aldo Rebelo que prevê multas para quem usar palavras de origem estrangeira.

A própria expansão da língua portuguesa é um exemplo a desmentir a tese do deputado. Os estrangeirismos foram uma fonte inestimável de riqueza do idioma pátrio. Na Idade Média, o português era falado com o uso de apenas 15.000 palavras. Em meados do século XVI, com as grandes expedições marítimas, esse número saltou para 30.000. No fim do século XIX, os dicionários registravam cerca de 90.000 vocábulos. Na década de 80, um levantamento da Academia Brasileira de Letras dava conta da existência de 360.000 palavras. Os "empréstimos" de palavras estrangeiras, longe de empobrecer, tornam a língua hospedeira mais abrangente e culta. "Não poderia ser de outra maneira. Tudo o que vem de fora para simplificar permanece. Não adianta esperar. Quem dirá 'controle de embarque de passageiros' em vez de 'check-in'?", desafia o professor Leodegário de Azevedo Filho, presidente da Academia Brasileira de Filologia e autoridade mundial em Camões. O avanço do inglês sobre os idiomas é visto como fato natural entre filólogos e dicionaristas, devido à liderança tecnológica dos Estados Unidos. A tecnologia de ponta trouxe manuais, apostilas, cursos e termos que consagram o inglês a ponto de hoje ele ser falado por 1 bilhão de pessoas, na maioria bilíngües. Antes do inglês, o francês teve status de língua franca do mundo – e atraía sobre si a mesma fúria nacionalista dos defensores dos idiomas pátrios.

Como mero depositário dos termos de uso corrente, todo dicionário é uma obra hiperdimensionada. Um estrangeiro que fale bem o português básico terá dominado 1.000 vocábulos do idioma. Fora os termos técnicos, as principais línguas escritas usadas atualmente no mundo esgotam-se em 60.000 palavras. No Brasil, os filólogos estimam que o vocabulário básico reúna cerca de 3.000 termos. As populações em geral conseguem se comunicar com 800 a 1.400 palavras. Pessoas cultas valem-se de 3.000 a 5.000 vocábulos. Sabe-se que a obra do romancista Camilo Castelo Branco foi construída com nada menos que 15.000 vocábulos. Maior escritor brasileiro, Machado de Assis, em Memórias Póstumas de Braz Cubas, lançou mão de 6.700 diferentes palavras. William Shakespeare, cuja obra foi escrita no século XVII, serviu-se de 25.000 vocábulos, dos quais criou pelo menos um quinto. Diante do estoque de palavras usadas pelos gênios acima, fica difícil imaginar quem precise das centenas de milhares de vocábulos contidas em um dicionário para se fazer entender. "A comunicação verbal ou mesmo escrita é complexa. Menos pode ser mais. Às vezes, quem sabe muito pode enrolar-se num vocabulário empolado e não conseguir transmitir o que deseja", diz Reinaldo Polito, professor de expressão verbal, que, entre seus alunos, tem políticos, atores e apresentadores de

televisão. Conhecer um número maior de palavras, porém, é sempre uma vantagem. Mesmo que seja apenas uma vantagem potencial. Uma pesquisa da Harvard Business School mostrou que, para galgar um nível hierárquico nas empresas americanas, o funcionário é obrigado a enriquecer seu vocabulário em pelo menos 10%.

A editora Objetiva distribuiu algumas cópias do Houaiss a uma dezena de filólogos e estudiosos do português. Cada um teve de assinar um termo de confidencialidade para não atrapalhar a surpresa que a editora espera criar com o lançamento. O dicionário Houaiss foi bem recebido. "É uma obra aberta, sem preconceitos, que incorpora arcaísmos, indianismos, africanismos, regionalismos brasileiros e até asiaticismos. Isso a torna tecnicamente impecável", define o professor Leodegário. Ele não enxerga, porém, vantagens em tentar ser o mais completo dicionário. É um objetivo inalcançável. "Basta o leitor não encontrar uma palavra no dicionário para amaldiçoá-lo", lembra Leodegário, citando outro filólogo, Oswaldo Serpa: "O destino do dicionarista é conviver com a ingratidão humana".

"Vocês não estão fazendo só um dicionário, estão fazendo poesia", sentenciou o escritor português José Saramago, ganhador do Prêmio Nobel de Literatura, que acompanhou parte dos trabalhos da equipe do Houaiss. Saramago se encantou com a definição do verbete "saude" apresentada a ele por Mauro Villar: "Sentimento mais ou menos melancólico de incompletude", como reza a primeira das trinta linhas dedicadas ao vocábulo do qual os usuários da língua portuguesa mais se orgulham por o julgarem intraduzível para outros idiomas. Outro ponto relevante do Houaiss é o fato de muitas vezes abandonar o campo do dicionário de língua e ir além, ingressando no enciclopédismo. "No verbete 'filipeta', por exemplo, Houaiss não se contenta em defini-lo como 'promissória fraudulenta'. Vai além, conta o crime e indica o criminoso, Felipe, um capitão da reserva do Exército que nos anos 50 aplicou um golpe no mercado financeiro", lembra o professor Evanildo Bechara, da Academia Brasileira de Letras. Uma das razões pelas quais o acadêmico considera a obra uma "revolução literária" é o fato de ter abandonado o recurso, usado em outros similares, de definir um verbete pela utilização sucessiva de sinônimos. "Houaiss ensina o significado", diz o acadêmico. "Se pecado há no novo dicionário, é o de dar mais do que se pede." O julgamento final do que foi conseguido, como Antônio Houaiss deixou escrito no prefácio da obra, caberá, como sempre, ao leitor.

A AVENTURA DAS PALAVRAS PELA HISTÓRIA

O Houaiss sugere a data mais provável de quando determinada palavra foi usada pela primeira vez na linguagem escrita. Muitas vezes há certeza. Em outras, faz-se especulação pura. As maiores fontes de palavras novas dicionarizáveis são os idiomas estrangeiros, as grandes descobertas ou teorias científicas revolucionárias, as guerras e o vocabulário popular. Abaixo, uma lista de palavras tiradas do Houaiss e de outros dicionários.

PALAVRAS ANTIGAS QUE SOBREVIVERAM

Anfitrião – Aquele que oferece e paga as despesas de um jantar, festa, banquete. Deve-se sua entrada nas línguas neolatinas ao escritor francês Molière, que em 1608 se apoderou do nome do rei tebano Amphitryon e o transformou num substantivo.

Banho-maria – Aquecer ou cozinhar uma substância numa vasilha colocada dentro de outra com água quente. Especulação histórica das boas. O *Houaiss* registra a existência de uma certa "Maria, a Judia", alquimista que aprimorou esse processo. Levanta-se também a possibilidade de se tratar de uma integração simbólica da Virgem Maria à mística do esoterismo alquímico, relacionado com o mito egípcio da deusa Ísis.

Baderna – Sinônimo de bagunça. Originou-se da exaltada e barulhenta tietagem dos admiradores da dançarina italiana Marieta Baderna, que viajou ao Rio de Janeiro, em 1851.

Camelô – Do francês *camelot* (1821), "vendedor ambulante de coisas de pouco valor". Segundo o *Houaiss*, no Brasil, a famosa revista humorística *Careta* já a utilizava com esse mesmo sentido em 1917.

Despautério – Grande tolice, despropósito, disparate. Vem de *Despautère*, nome afrancesado do gramático flamengo J. van Pauteren, autor de uma gramática confusa e desorientada muito difundida na Europa entre os séculos XVI e XVII.

Ladrão – Palavra mais antiga que o reino de Portugal, tem seu registro mais antigo no ano 1059. Originou-se provavelmente da designação dada aos soldados mercenários gregos desde os primórdios da era cristã. Eles eram chamados em latim de *latro*, *ónis*.

Larápio – Ladrão, gatuno. Os estudiosos dão como quase certo que se originou na Roma antiga, onde um pretor de nome Lucius Antonius Rufus Appius se assinava L. A. R. Appius e passava sentenças favoráveis a quem pagasse mais por elas. Assim, larápio tornou-se designativo de qualquer pessoa que aja de modo desonesto.

Mecenas – Financiador das artes. Vem diretamente de Caio Cilino Mecenas (60 a.C. - 8 d.C.), estadista romano que protegia artistas.

Pindaíba – Com o significado de estar na miséria, teve seu uso pioneiro detectado pelo *Houaiss* em 1899. Pode ter vindo das palavras da língua africana quimbundo *mbinda*, "miséria", mais *uaíba*, "feia", resultando em *mbindaíba*, e daí em pindaíba.

Silhueta – Sua origem remonta a um ministro das Finanças da França no século XVIII chamado Étienne de Silhouette, que tinha como hobby recortar em papel o perfil de amigos e colegas. Como ministro, anunciou grandes reformas mas quase sempre fracassou. Para ridicularizá-lo, o povo passou a chamar "à la silhouette" tudo o que tinha um aspecto inacabado, incompleto.

PALAVRAS QUE O SÉCULO XX CRIOU

Áudio – Do latim *audire* (ouvir), apareceu em 1913 no sentido mais usado hoje em dia: um som gravado ou transmitido. Vídeo foi cunhada em 1935, do latim *videre* (ver), quando foi necessário nomear a imagem produzida pelo primeiro televisor.

Bauru – Data de 1934. Sanduíche feito de pão francês, rosbife, queijo, ovo frito, tomate e alface criado pelo radialista Casemiro Pinto Neto, o "Bauru", nome também da cidade onde ele nasceu.

Biquíni – Outra contribuição francesa. *Le Monde Illustré* comparou o impacto do **maio de duas peças** à explosão da primeira bomba de hidrogênio pelos americanos no atol de Bikini, no Pacífico.

Bicho-grilo – O Houaiss registra sua entrada no idioma em 1970: "indivíduo que segue a contracultura" e dá como origem uma explicação antológica: "por referência ao hábito de essas pessoas serem geralmente adeptas da alimentação natural, à base de verduras, legumes."

Bulimia – Para definir a desordem emocional que ataca principalmente jovens do sexo feminino preocupadas com sua forma e peso, só aparece, no inglês, em 1976. O Houaiss diz que existe em português desde 1881.

Depressão – Em uso desde meados do século XVIII, era sinônimo apenas de tristeza. Foi utilizada pela primeira vez para definir uma doença psicológica em 1905, num artigo da revista inglesa *Psychological Review*.

Gay – No sentido de homossexual, data de 1933 nos Estados Unidos. Especula-se que sua origem mais provável é uma música muito popular no país em 1868 chamada *The Gay Young Clerck in the Dry Goods Store* ("O alegre atendente da mercearia"). A música era cantada por um artista que imitava uma mulher.

Herpes – O vírus que infetiza as pessoas até hoje recebeu esse nome em 1925. Provavelmente se originou do latim "animal desconhecido".

Imagem – Com o significado da impressão que determinada pessoa, em geral alguém famoso, deixa nas demais, foi registrada pela primeira vez em 1908. Atribui-se ao escritor inglês G.K. Chesterton sua utilização na acepção acima.

Libido – A palavra que define a energia psíquica associada ao instinto sexual foi uma das muitas introduzidas por Sigmund Freud nos idiomas do mundo inteiro. O Houaiss informa que Freud buscou suas raízes no termo latino que significava "desejo violento". Seu uso em português foi registrado em 1928, dezenove anos depois de estreitar em inglês.

Linha da pobreza – Nível mínimo de renda capaz de pagar uma existência decente para uma família. Mal o economista B.S. Rowntree a criou, em 1901, o então jovem político Winston Churchill já se utilizaria dela num discurso no mesmo ano. Churchill cunhou também, em 1908, o termo "seguro social."

Modelo – Em 1904 aparece em inglês para designar as mulheres que vestiam roupas em lojas para apresentá-las aos clientes. Desbancou, então, a palavra manequim. O Houaiss registra a entrada no português de supermodelo e top model sem datá-las.

Narcisismo – O alemão Nägele a cunhou em 1899. Em 1905, as pessoas entusiasmadas pela psicanálise já a utilizavam para descrever tecnicamente o fenômeno da autocontemplação. Popularizou-se ao longo do século XX até se confundir com vaidoso.

Pracinha – Soldado da Força Expedicionária Brasileira que lutou na Itália na II Guerra Mundial. Vem de praça, nome que se dava aos militares de baixa patente.

Paraíso fiscal – O Oxford toma como fonte original de seu uso na língua inglesa uma reportagem do jornal londrino *The Times*, de 1973. Houaiss registra a acepção moderna ("pequenos Estados onde pessoas e empresas fazem depósitos aproveitando-se dos baixos impostos ou mesmo de sua isenção"), mas não precisa a data.

Pop – O Houaiss a encontrou pela primeira vez na língua portuguesa em 1957. Define-a como "cultura popular em geral do eixo anglo-americano disseminada pelos meios de comunicação de massa." Em inglês, informa o dicionário *Oxford*, é usada desde 1926, denotando qualquer produção cultural com amplo apelo popular, em especial entre os jovens.

Sexy – "Sexualmente atraente". Foi encontrada pelo dicionário *Oxford* em um texto em francês de *La Nouvelle Revue Française* em 1925.

Socialite – Dá-se como certo ter sido criação dos redatores da revista semanal americana *Time* numa reportagem de 1928 sobre uma festa que reuniu nobres e aristocratas.

Tablóide – "Jornal sensacionalista". Não há registro de seu uso antes de 1918. Mas a expressão "jornalismo tablóide", sem a conotação sensacionalista, deriva de uma marca registrada em 1884 por um fabricante de cápsulas medicinais. A idéia era a de que se podiam publicar apenas "notícias concentradas".

AS NOVÍSSIMAS DO DICIONÁRIO

Drag queen – "Homem que se veste com roupas de mulher e imita voz e trejeitos tipicamente femininos."

Ficar – Está lá na 34ª definição: "manter com alguém convívio de algumas horas sem compromisso de estabilidade ou fidelidade amorosa."

Imexível – "Em que não se pode mexer, inalterável." O Houaiss informa que o termo foi criado em 1990. Não diz, porém, que seu autor foi Antônio Rogério Magri, ministro do Trabalho do governo Collor. O filólogo Antônio Houaiss foi, em vida, ardente defensor da correção do termo que fez de Magri motivo de risadas.

Laptop – "Computador portátil provido de monitor de vídeo."

Larica – "Sensação de fome provocada pelo consumo de maconha."

Site – "Local na Internet identificado por um nome de domínio, constituído por uma ou mais páginas de hipertexto, que podem conter textos, gráficos e informações em multimídia."

Top model – "Manequim ou modelo de renome."

Oxford, o maior dos dicionários, teve ajuda até de loucos

Véspera de Ano-Novo, 1927. Ao sair do linotipo o derradeiro verbete da obra, os comedidos funcionários da gráfica da Universidade de Oxford se permitiram um "hurra!". Terminava a saga que já durava quase meio século, mais exatamente, 48 anos, da preparação do *Oxford English Dictionary*, a obra mais complexa e completa do gênero. Conhecido pela sigla OED, ele resultou de um clamor da sociedade culta da Inglaterra por codificar, listar, decifrar todas as palavras de seu idioma. A primeira edição da obra reuniu 414 825 verbetes. Eles exigiram 1,8 milhão de citações ilustrativas para tornar seu significado mais preciso. Tudo isso "condensado" em doze volumes. Se é que se pode chamar uma dúzia de livros de condensação. Colocados lado a lado, os tipos gráficos se estenderiam por 285 quilômetros. Apenas a letra T consumiu cinco anos de trabalho. Manter a papelada no lugar por décadas deu tanto trabalho quanto a

empreitada intelectual. Às vésperas de mandar os originais para a impressão, parte da letra C havia sido roída por ratos. As folhas de papel contendo as palavras com a letra I foram parar misteriosamente num convento abandonado. A seção inteira com a letra F foi enviada por engano para Florença.

O dicionário mobilizou mais de 1 milhão de voluntários anônimos. Dois deles, Fitzedward Hall e William Chester Minor, entraram para a história. Eram loucos brilhantes. Hall abandonou a cátedra de sânscrito no prestigiado King's College e tornou-se um ermitão. Minor fora recolhido a um manicômio judiciário pelo assassinato de um operário quando, segundo seus advogados, se encontrava "fora de suas faculdades mentais". Ambos colaboraram durante vinte anos com a obra. Minor era exato como um atirador de elite. Ele tinha a última palavra sobre as dúvidas mais resistentes. Suas respostas chegavam por carta numa caligrafia impecável. Quando suas contribuições certas passaram de 12 000, os responsáveis pelo dicionário decidiram conhecê-lo pessoalmente. Só então descobriram que ele cumpria pena por assassinato. Até hoje a gigantesca aventura do *Oxford* nunca foi superada.

Como todo grande dicionário, o *Oxford* deve sua vida ao empenho inicial de uma única pessoa, no caso um abnegado professor chamado James Murray, nascido em 1837, em um vilarejo na fronteira com a Escócia, filho de um alfaiate. Por falta de dinheiro, aos 14 anos foi obrigado a deixar a escola. Tornou-se autodidata. Quando procurou emprego no Museu Britânico, apresentou como credenciais o fato de dominar 22 idiomas e dialetos: do sânscrito ao hebraico, do alemão ao dinamarquês, do grego ao português. Foi recusado.

Eleito para a Sociedade de Filologia, aceitou o desafio de compilar o grande dicionário da língua inglesa. Sua tarefa mais impressionante foi reativar o exército de voluntários que já haviam colaborado em inúmeras tentativas fracassadas anteriormente.

A eterna luta em busca da perfeição

Morto em 1999, de câncer, aos 83 anos, Antônio Houaiss foi um homem de frustrações imerecidas: como diplomata, não chefiou embaixada, como etimologista, não viu pronta sua obra magnífica. Convidado por Itamar Franco em 1993 para chefiar a missão diplomática junto à Unesco, não aceitou porque a saúde começara a fraquejar. Eleito para a Academia Brasileira de Letras, com 36 votos do quorum de 38, fazia questão de declarar: "Não sou grande escritor. Não sou ficcionista nem poeta. Sou apenas um estudiosozinho da língua portuguesa. Um conhecedor da matéria, digamos". Diplomata, gastrônomo, etimologista, ministro da Cultura, presidente da Academia Brasileira de Letras, enciclopedista e dicionarista. Houaiss era um sedutor. Suas armas: a imensa cultura, charme, inteligência, brilho e infindável curiosidade pelo mundo. "Esses predicados deixavam mulheres e homens seduzidos", testemunha Francisco de Mello Franco, um de seus maiores amigos e íntimo colaborador. Nas mãos muito finas, um adereço freqüente, um copo alto de uísque Ballantine's.

Trabalhava como um bulldozer, atestam todos os que operaram sob seu comando. No Itamaraty, ingressou no fechadíssimo concurso em 3º lugar, empatado com o poeta João Cabral de Melo Neto. Seu primeiro desafio foi classificar e organizar, em menos de um ano, 14.000 instruções enviadas para embaixadas e consulados – trabalho que havia derrubado várias comissões. Nasceu no Rio de Janeiro em 1915, filho de imigrantes libaneses, família numerosa. Enquanto estudava latim e os clássicos gregos por conta própria, o intelectual precoce aprofundava-se na culinária. Mais tarde escreveria dois livros de receitas, esgotados rapidamente. Militante esquerdista, foi expulso do Itamaraty, para onde voltaria por decisão do Supremo Tribunal Federal. Em 1964 foi novamente cassado pelos militares.

3.1.11.1 - A análise

Matéria de capa, esta reportagem aborda generosamente, em nove páginas, o lançamento do dicionário *Houaiss* e todas as etapas do trabalho da equipe envolvida. Apesar de não tratar da LP voltada para o ensino ou prescrição nos moldes de algumas outras reportagens, ela interessa pelas concepções de língua mencionadas na explicação da história dessas publicações. São comentadas as "disputas" travadas nos bastidores da confecção de um dicionário, dentre os quais os mais "brigões e normativos querem dar receita do bom uso da língua e esperam que as pessoas recorram a eles em caso de dúvidas cruéis de linguagem" (5º parágrafo, linha 4-6).

Destacam-se os critérios de Noah Webster para eleger as palavras merecedoras de dicionarização: "a linguagem muda constantemente; a mudança é normal; a linguagem falada é a linguagem; o que define a correção é o uso; todo uso é relativo". São exatamente os mesmos aceitos e usados pelos lingüistas nas

suas pesquisas quanto à adequação à fala e à escrita. Eles destoam do papel de guardiã que a Revista por vezes assume e, estreitamente relacionados entre si, são para muitos estudiosos da linguagem fatos bem evidenciados. A menção aos critérios de Webster nesta matéria é contraditório em relação aos pressupostos da GT¹⁸, uma vez que objeto de seleção dos gramáticos é o que não muda, e, se muda, não raras vezes, é visto como "erro". Para a GT, a linguagem escrita é a considerada o modelo e o uso não determina a correção. Eis o que Sírío Possenti escreve a esse respeito: "Para a maioria absoluta dos que mencionam a língua ou escrevem sobre ela nos jornais e revistas, a língua é mesmo a escrita. De certa forma, é como se lamentassem que falemos" (2003, p.78). Determinar que a fala é a linguagem muda todo o ângulo pelo qual se consideram os fenômenos lingüísticos e se derruba o mito, muito difundido para a correção, no qual se diz que se deve falar como escreve.

A reportagem traz a fala de Wallace: "por isso é preciso alguém com autoridade para escolher as palavras" (11º parágrafo, linha 9); mas a reportagem não explica como é conferida essa autoridade.

Depois, afirma-se que o *Houaiss* "não teve nenhum tipo de preconceito com os vocábulos de origem estrangeira" (12º parágrafo, linha 5), o que só poderia ser digno de aprovação da Veja, contrária ao projeto do deputado Aldo Rebelo. O *Houaiss* acatou palavras oriundas da *internet*, como: *site*, *www*, *web* e *hipertexto*. Em seguida, é comentado o exemplo de Freud, que teria provocado reações nos puristas das mais diversas línguas por espalhar palavras alemãs, os quais teriam criado resistência aos termos *libido*, *narcisismo* e *ansiedade*. Infere-se, então, que há puristas para "resguardar" os mais diversos idiomas ao redor do mundo.

A reportagem cita o enriquecimento e a expansão da LP a partir dos estrangeirismos. Na Idade Média, contava com 15.000 vocábulos. Com as expansões marítimas saltou para 30.000. No fim do século XIX, estavam em torno de 90.000 e, na década de 80, a Academia Brasileira de Letras contava 360.000. Declara ainda: "o avanço do inglês sobre os idiomas é visto como fato natural

¹⁸ Tão valorizada pelo editorial da Revista, como se pode observar em algumas das matérias.

entre filólogos e dicionaristas" (13º parágrafo, linha 9-10), ao que faltou acrescentar que entre os linguistas também o fenômeno é visto como natural. Entendido, no caso do inglês, como uma consequência de sua importância econômica e científica.

"O dicionário é uma obra aberta, sem preconceitos, incorpora arcaísmos, indianismos, africanismos, regionalismos brasileiros e até asiaticismos. Isso a torna tecnicamente impecável" (15º parágrafo, linha 3-5), elogia professor Leodegário. Elogio que diz respeito à abrangência na dicionarização das palavras pelo *Houaiss*, que levanta a discussão de que um dicionário não deve tentar abarcar todas as palavras de uma língua.

Antes de discutir mais profundamente a questão, é necessário entender o que faz com que uma reportagem como essa receba cobertura especial e capa. Na *Carta ao leitor*, intitulada *Notícias do idioma vivo* (da mesma edição 1715), ajudará na tentativa de compreensão:

Numa de suas odes mais famosas, reproduzida em parte na introdução do Aurélio, o poeta chileno Pablo Neruda diz que o dicionário não é uma tumba de palavras, mas o celeiro do idioma. As palavras ali estão vivas esperando para ser embelezadas, ressuscitadas e, freqüentemente, modificadas pela simples razão de que são usadas pelas pessoas na linguagem falada ou escrita. Esse é um dos motivos pelos quais dicionário é notícia jornalística. E das mais quentes. Especialmente quando o que se tem a contar é a saga da criação do mais completo e moderno dicionário da língua portuguesa. Durante um mês, o editor especial de Veja Silvio Ferraz mergulhou na história recente de mais de uma centena de estudiosos que compilaram os 228 500 verbetes do *Dicionário Houaiss*, materialização do sonho do filólogo Antônio Houaiss, morto em 1999, pouco antes de ver os originais da obra irem para uma gráfica na Itália, onde foram impressos. "Pelo que vi e ouvi dos especialistas que fizeram o Houaiss, essa é uma das empreitadas humanas mais complexas e estafantes, tanto física quanto mentalmente", diz Silvio. O resultado do trabalho do editor de Veja está na página 114. Não é a primeira vez que a revista dedica uma **matéria de destaque** a um dicionário. Em 1987, quando a segunda edição do Aurélio foi lançada, Veja colocou na capa um relato da aventura cultural e comercial do livro que, àquela altura, vendera mais do que toda a obra de Jorge Amado, o escritor baiano morto há três semanas. Dicionários são também, como se viu acima, ótimo negócio para quem consegue vencer todas as etapas de sua compilação e edição. Somente por essa razão já mereceriam ser notícia. Mas eles interessam mesmo pelo impacto cultural que produzem e pelo grau de maturidade civilizatória que a sociedade brasileira reflete através de suas páginas (2001, p.9, ed.1715).

Esta reportagem de capa sobre o *Houaiss*, a capa do Aurélio de 1997, juntamente com o texto *Nossa Língua Portuguesa* (1998), confirma que, para Veja, dicionários são notícia assim como as palavras que eles possam vir a dicionarizar, a adequação dos critérios (rígidos ou frouxos demais); tudo isso será digno de observação e levado ao leitor. A reportagem sobre o *Houaiss* foi muitíssimo bem elaborada e mostra o embate nos bastidores com uma sensível compreensão das motivações envolvidas em um projeto desse porte. Há uma contradição, talvez não comprometedora, quanto ao considerar esse tipo de matéria como pauta quente (assunto que ainda não teve desfecho), na *Carta ao Leitor* da edição 1715, enquanto Guto Garcia (por *e-mail*) diz que são pautas frias (assuntos que já tiveram desfecho e que não perdem a atualidade facilmente)¹⁹.

Os quadros complementares são interessantes, na medida em que dão uma melhor idéia de como os fenômenos lingüísticos se processam ao longo da história. O primeiro quadro, intitulado *Palavras antigas que sobreviveram*, traz 10 palavras que embora antigas, continuam sendo usadas, sem terem se transformado em arcaísmos. Em *Palavras que o século XX criou*, mencionam-se 19 termos com sua origem e provável data de surgimento. Em *As Novíssimas do dicionário* são elencadas 7 palavras, todas de uso freqüente em LP, o que as habilitariam a configurar nas páginas de um dicionário. Duas delas estão relacionadas ao comportamento, por assim dizer, atual: *Drag queen*, "homem que se veste de mulher e imita a voz e trejeitos femininos"; e *ficar*, "manter com alguém convívio de algumas horas sem compromisso de estabilidade ou fidelidade amorosa", palavra que horroriza muitos pais que tentam compreender exatamente o que seus filhos fazem quando ficam. A terceira palavra é o polêmico termo "imexível" de Antônio Rogério Magri, então Ministro do Trabalho. Agora, os brasileiros podem usá-la sem problemas porque, se ironizado for, poderá rebater que a palavra foi dicionarizada.

Duas outras têm a ver com a informática: *Laptop* e *site*. Larica é a sensação de fome provocada pela maconha, não se fala de sua origem, mas, muito provavelmente, surgiu como gíria no seio de grupos de usuários. A última é *Top*

¹⁹ Rever definições de pauta quente e fria na seção 2.3, do segundo capítulo.

Model, apenas definida como "manequim ou modelo de renome", e que certamente é oriunda da onda dos anos 90 de eleger e pagar garotas com cachês milionários. Elas não são apenas modelos; são supermodelos, estão no topo.

Outro quadro chama-se *Oxford, o maior dos dicionários, teve ajuda até de loucos* e conta a saga da sua feitura que levou 48 anos para ser concluído.

O último quadro, *A eterna luta pela perfeição*, traz informações sobre a vida de Antônio Houaiss, idealizador do dicionário, e de suas habilidades, não de vendas, como as Pasquale e Polito, mas de seu conhecimento sobre a LP.

A reportagem em pauta pode ter sido encomendada pela editora, mas não deixa de ser bastante informativa, evidenciando uma busca, por parte da Revista, de embasamento em extensa pesquisa, qualidade na qual os leitores ganham por ter a oportunidade de conhecer as sagas dos dicionários sem que haja recorrência ao prescritivismo sobre a LP.

A concepção de língua subjacente ao texto é a que a considera como lugar de interação de sujeitos, sócio e historicamente situados, que a partir do uso determinam quais palavras permanecem, quais são abandonadas, quais têm mudança de significado e quais devem ser dicionarizadas.

Embora Houaiss seja denominado filólogo, a sua visão coincide com a do lingüista e em nenhum momento a Revista tal visão de língua, recorrendo ao prescritivismo "não fossem essas razões, havia a mais alta: a ambição de escrever um dicionário que representasse sua própria visão de língua" (7º parágrafo, linha 8-9).

Prevalece na reportagem a visão de língua que considera o uso fator preponderante sua de seus registros:

A preocupação básica de Houaiss, segundo Mauro Villar, foi evitar a transformação da linguagem de forma muito veloz, o que, para ele, seria catastrófico. Também temia que o ritmo fosse lento demais e seu dicionário registrasse uma forma moribunda e não aquela que pulsa nas ruas, lojas, estádios, estações de metrô e bares (12º parágrafo, linha 1-3).

Há espaço, portanto, à língua viva, usada efetivamente, seja o termo um neologismo, um estrangeirismo, um regionalismo, conferindo ao leitor informações adequadas sobre os fenômenos lingüísticos .

3.1.12. Texto 10: Falar e escrever, eis a questão

Data: 07 de novembro de 2001

Subtítulo: Expressar-se em português com clareza e correção é uma das maiores dificuldades dos brasileiros. A boa notícia é que muitos estão conscientes disso e querem melhorar

Autor: João Gabriel de Lima

Falar e escrever, eis a **questão**

Expressar-se em português com clareza e correção é uma das maiores dificuldades dos brasileiros. A boa notícia é que muitos estão conscientes disso e querem melhorar

João Gabriel de Lima



Roberto Carlos, Romário, Silvio Santos, Vera Fischer, Carla Perez. Os famosos no Brasil em geral jogam futebol, atuam na televisão ou cantam música popular. O professor paulista Pasquale Cipro Neto, de 46 anos, tornou-se um nome nacional de uma forma bem diferente: ensinando português. Há duas semanas ele estreou um quadro no *Fantástico*, da Rede Globo. Já na estréia, E Agora, Professor? (esse é o nome do quadro) recebeu uma enxurrada de e-mails de telespectadores – cerca de 300 –, que queriam tirar dúvidas sobre o uso do idioma. Pasquale é um fenômeno de mídia. Além de levantar a audiência na TV, ele ajuda a vender publicações. Quando produziu um encarte com exercícios de português para *O Globo*, provocou um aumento de 40% na circulação dominical do jornal carioca. Republicada mais tarde na revista *Época*, pertencente à mesma empresa, a série fez com que a vendagem em bancas do semanário quase dobrasse. Pasquale também é um sucesso no rádio, em livros, em palestras e em CD-ROM. Ele não é o único que ficou conhecido nacionalmente por ensinar os brasileiros a falar e escrever melhor. Dono de uma escola de expressão oral, o economista Reinaldo Polito também faz um sucesso impressionante. Tem 1 600 alunos por ano, já vendeu mais de 570 000 livros e suas palestras estão cotadas em 9 500 reais.

Seria errado concluir, a partir desses dois exemplos, que a língua portuguesa é uma paixão dos brasileiros, assim como o futebol, a televisão e a música. A verdade é que as pessoas finalmente perceberam que precisam dominar a norma culta do idioma. Principalmente na vida profissional. Nunca, no mundo corporativo, houve tantas reuniões e apresentações. Quem não consegue articular pensamentos com clareza e correção tem um grande entrave à ascensão na carreira. A invenção do e-mail contribuiu para este quadro, ao incrementar também a comunicação por escrito dentro das empresas. Na Nestlé, por exemplo, o número de mensagens eletrônicas trocadas entre os funcionários dobra a cada ano. Foram 2 milhões em 1999, 4 milhões em 2000 e, até o fim de 2001, esse número deve chegar a 8 milhões. É óbvio que é péssimo para a imagem de alguém enviar a seu chefe um e-mail confuso ou com erros de português. "O domínio da língua é importantíssimo para qualquer profissional, tanto que, na hora de admitir novos funcionários, costumamos fazer um teste de expressão escrita", informa Carlos Faccina, diretor de recursos humanos da Nestlé. José Paulo Moreira de Oliveira, especialista em português ligado à empresa de consultoria MVC, estima que, em carreiras nas quais a internet é ferramenta de trabalho, os profissionais despendam 25% de seu dia atualizando a correspondência eletrônica. Fora do trabalho, o e-mail é também cada vez mais usado na vida particular. A tendência é que sua utilização fique cada vez menos restrita à parcela da população que tem computador em casa. Recentemente, os Correios criaram um programa piloto de internet. No Rio de Janeiro e em São Paulo, várias agências contam com terminais para quem quiser enviar e-mails em vez de cartas. Quem não tiver endereço eletrônico pode obter um de graça, aderindo ao programa. Os Correios prometem colocar esse equipamento em todas as agências do país até 2003.

Claudio Rossi



AS ATIVIDADES DE PASQUALE

Escreve colunas em jornais de dez capitais brasileiras

Participa de programas de treinamento no jornal *Folha de S. Paulo* e na Rede Globo
Ancora o *Nossa Língua Portuguesa*, na TV Cultura

Acaba de estrear um quadro no *Fantástico*, da Rede Globo

Apresenta dois programas de rádio

Coordena atividades especiais numa das unidades do Curso Anglo

Tem sete livros publicados, que totalizam 350 000 exemplares vendidos

Seu CD-ROM *Nossa Língua Portuguesa* vendeu 50 000 cópias

As angústias dos brasileiros em relação ao português são de duas ordens. Para uma parte da população, a que não teve acesso a uma boa escola e, mesmo assim, conseguiu galgar posições, o problema é sobretudo com a gramática. É esse o público que consome avidamente os fascículos e livros do professor

Pasquale, em que as regras básicas do idioma são apresentadas de forma clara e bem-humorada. Para o segmento que teve a oportunidade de estudar em bons colégios, a principal dificuldade é com a clareza. É para satisfazer principalmente a essa demanda que um novo tipo de profissional surgiu: o professor de português especializado em adestrar funcionários de empresas. Antigamente, os cursos dados no escritório eram de gramática básica e se destinavam principalmente a secretárias. De uns tempos para cá, eles passaram a atender primordialmente gente de nível superior. Em geral, os professores que atuam em firmas são acadêmicos que fazem esse tipo de trabalho esporadicamente, para ganhar um dinheiro extra. "É fascinante, porque deixamos de viver na teoria para enfrentar a língua do mundo real", diz Antônio Suárez Abreu, livre-docente pela Universidade de São Paulo que já deu cursos em empresas como a Mercedes-Benz, a Nortel e a Companhia Paulista de Força e Luz. Abreu até lançou um livro voltado para esse público, *A Arte de Argumentar – Gerenciando Razão e Emoção*, que está na segunda edição.

Já existe no país até uma escola voltada para o ensino da língua para profissionais. É o Curso Permanente de Português, de Porto Alegre. O CPP, como é conhecido, foi fundado em 1976 por Édison de Oliveira, uma espécie de precursor gaúcho de Pasquale Cipro Neto. Ele se notabilizou com aulas de gramática no rádio e na televisão do Rio Grande do Sul. Até recentemente, o CPP funcionava como um curso especializado em redação para o vestibular. Há cinco anos, resolveu atacar o filão das empresas. "É um trabalho bastante complexo, porque nós temos de entrar no universo das profissões para saber os problemas específicos que cada uma apresenta", analisa a professora Maria Elyse Bernd, diretora do CPP. O curso mescla aulas de gramática com atividades práticas direcionadas para as diferentes carreiras. Médicos aprendem a escrever laudos; advogados, petições; economistas, relatórios e assim por diante ([veja exemplos](#)). O CPP tem como clientes bancos, tribunais e até um hospital. Algumas empresas procuram o curso incentivadas pelos próprios funcionários. "Fizemos uma pesquisa e descobrimos que conhecer melhor as regras do idioma era uma demanda de todos os níveis hierárquicos", diz Josué Vieira da Costa, da área de recursos humanos do Banrisul, banco estatal gaúcho que contratou os serviços do CPP. Costa lembra que as dificuldades com o português chegaram a entrar a burocracia do banco. "Uma vez, um funcionário quase foi promovido erroneamente por causa do parecer dubio de um executivo. É incrível que esse tipo de coisa atrapalhe o funcionamento de uma empresa."

Claudio Rossi



A dificuldade com a clareza é um traço cultural no Brasil. "Num país com tantas carências educacionais, falar de maneira rebuscada é indicador de status, mesmo que o falante não esteja dizendo coisa com coisa", afirma o professor Francisco Platão Savioli, da Universidade de São Paulo, autor de nove livros sobre o ensino do idioma. Esse amor pelas palavras difíceis tem origem na época da transição do Império para a República, no fim do século XIX. Conforme explica Sérgio Buarque de Holanda, em seu clássico *Raízes do Brasil*, com o advento da República o curso superior passou a ser o principal parâmetro de reconhecimento social. Na época, estavam em voga as escolas de direito. Assim, para ser alguém na sociedade daquele tempo, era necessário não apenas ser advogado, mas também falar como advogado. É daí que surge, segundo Sérgio

Buarque, a linguagem bacharelesca. Esse estilo floresceu no começo do século XX e, a partir do modernismo, seu prestígio foi decaindo. O português empolado persiste, no entanto, até hoje, em formas degeneradas. Uma delas é o chamado "burocratês", a linguagem dos memorandos das empresas, nos quais mesmo para solicitar a compra de uma caixa de clipes são necessárias várias saudações e salamaleques. Outra é a retórica de parte dos políticos. O linguajar pomposo também sobrevive nas teses acadêmicas e, como era de esperar, no discurso dos advogados.

Há vários indícios, no entanto, de que essa tradição de rebuscamento está fadada a ir para a lata de lixo da História. Na área do direito, por exemplo, existe uma corrente que defende a simplificação da língua. Há duas semanas, o desembargador João Wehbi Dib ganhou as manchetes de jornais pelo tom com que redigiu seu voto num processo contra o escritor Ruy Castro, acusado de difamar Garrincha no livro *Estrela Solitária*. Entre as provas arroladas pelos advogados dos herdeiros do jogador, havia uma descrição feita por Castro da anatomia íntima do craque. Para choque de muitos, o desembargador Wehbi Dib discorreu sobre o assunto sem meias palavras. "As novas gerações de advogados perceberam que o discurso empolado, muitas vezes, atrapalha a argumentação lógica", diz Ester Kosovski, professora da área de direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Outro golpe no barroquismo vem da própria popularização do e-mail. "A linguagem da correspondência eletrônica, nas empresas, tem de ser mais concisa e mais clara que a do memorando, porque em geral tem o objetivo de provocar uma ação imediata", analisa o professor paranaense Artur Roman, autor de dissertação de mestrado sobre o assunto e funcionário do setor de treinamento do Banco do Brasil.

A clareza também se tornou a prioridade dos cursos de oratória. O professor Reinaldo Polito, que há 26 anos tem em São Paulo uma escola de expressão verbal para profissionais de várias áreas, constatou, ao longo de sua carreira, uma mudança significativa. Segundo ele, até pouco tempo atrás a maior parte de sua clientela era formada por executivos na faixa dos 45 anos, que se preocupavam, antes de tudo, com a impostação de voz e a gestualidade. Recentemente, ele passou a ser procurado principalmente por jovens em início de carreira que querem aprender a se expressar de forma clara e simples. "Para atender esse pessoal, que hoje é o grosso do meu público, tive de reorientar o curso. Passei a enfatizar o encadeamento das idéias e a coerência da argumentação", conta Polito. A demanda é tanta que, em março passado, ele inaugurou outra unidade de sua escola, no bairro paulistano do Ipiranga. Nela, há auditórios de vários tamanhos para simular diferentes tipos de conferências. Polito tem entre seus alunos o senador do PT Eduardo Suplicy. "Ele é um homem inteligentíssimo, só precisa aprender a se expressar melhor. É um grande desafio para mim", avalia Polito.



Ilustrações Orlando

A dificuldade do brasileiro em falar e escrever de forma a se fazer entender não é apenas consequência da tradição bacharelesca. Há outros fatores. Para começar, lê-se pouco no Brasil. O parâmetro de comparação que costuma ser utilizado nessa área é a média de livros publicados per capita, que resulta da divisão do total da produção pela população do país. No Brasil se produzem 2,4 livros por habitante, contra sete na França e onze nos Estados Unidos. Esse indicador, no entanto, é imperfeito, porque ignora a taxa de analfabetismo, a proporção de livros didáticos no universo editorial e a quantidade de volumes que vai parar em bibliotecas. A Câmara Brasileira do Livro divulgou recentemente um estudo que mostra que, na verdade, os brasileiros lêem em média apenas 1,2 livro por ano. Não cultivar a leitura é um desastre para quem deseja expressar-se bem. Ela é condição essencial para melhorar a linguagem oral e escrita. Quem lê interioriza as regras gramaticais básicas e aprende a organizar o pensamento.

As escolas poderiam ensinar a escrever, mas não o fazem. Não que as aulas de redação sejam em menor número do que o desejado. O problema é que essa matéria é ensinada de forma errada, por meio de assuntos distantes da vida real. "Em vez de escrever redações sobre temas vagos, como 'Minhas férias' ou 'Meu cachorro', o aluno deveria ser adestrado nos diferentes gêneros da escrita: a carta, o memorando, a ficção, a conferência e até o e-mail", opina o professor Luiz Marcuschi, da Universidade Federal de Pernambuco. Por último, há a questão do nível dos professores. "A maior parte da mão-de-obra nessa área é de baixa qualificação", diz o professor Pasquale Cipro Neto. "Como o aluno vai aprender a diferença entre sujeito e predicado se nem o professor entende direito? Infelizmente, não existem bons professores de português em número suficiente para atender à imensa demanda que o país tem."

Pasquale conhece bem as carências nessa área. Ele percorre o Brasil para dar palestras. Transformou-se em estrela de magnitude nacional depois de atuar em comerciais da rede de lanchonetes McDonald's, em

1997. Pasquale, no entanto, não é uma unanimidade. Esteja em São Paulo, Macapá ou Passo Fundo, inevitavelmente ouve críticas. Elas ecoam o pensamento de uma certa corrente relativista, que acha que os gramáticos preocupados com as regras da norma culta prestam um desserviço à língua. De acordo com essa tendência, o certo e o errado em português não são conceitos absolutos. Quem aponta incorreções na fala popular estaria, na verdade, solapando a inventividade e a auto-estima das classes menos abastadas. Isso configuraria uma postura elitista. Trata-se de um raciocínio torto, baseado num esquerdismo de meia-pataca, que idealiza tudo o que é popular – inclusive a ignorância, como se ela fosse atributo, e não problema, do "povo". O que esses acadêmicos preconizam é que os ignorantes continuem a sê-lo. Que percam oportunidades de emprego e a conseqüente chance de subir na vida por falar errado. "Ninguém defende que o sujeito comece a usar o português castiço para discutir futebol com os amigos no bar", irrita-se Pasquale. "Falar bem significa ser poliglota dentro da própria língua. Saber utilizar o registro apropriado em qualquer situação. É preciso dar a todos a chance de conhecer a norma culta, pois é ela que vai contar nas situações decisivas, como uma entrevista para um novo trabalho." Felizmente, a maior parte das pessoas não está nem aí para a conversa mole dos relativistas. Quer saber, isso sim, de falar e escrever direito. A julgar pela máxima do filósofo austríaco Ludwig Wittgenstein – "os limites da minha linguagem são também os limites do meu pensamento" –, os brasileiros que tentam melhorar seu português estão também aprendendo a pensar melhor.

Teste do professor Pasquale

Clique em "Correta" para as frases gramaticalmente certas e estilisticamente aceitáveis na norma culta e em "Incorreta" para as erradas

1. Tratam-se de contratos onde as cláusulas contêm graves imprecisões.
2. De acordo com a meteorologia, podem haver fortes pancadas de chuva à tarde.
3. Ele é um dos doze ministros que participarão da conferência.
4. A proposta da chapa é ótima e vem de encontro aos nossos interesses, por isso votaremos nela.
5. De acordo com os juristas, a lei só poderia vigir no ano que vem.
6. O novo presidente da filial brasileira da Carbuncex, declarou que a empresa não pretende investir mais dinheiro no país.
7. Ele entrou na sala de supetão.
8. Nessa época, ela escreveu uma obra em cujas páginas se registram as mais importantes pesquisas daquele período.
9. Quem for à igreja e vir o estado em que se encontram as obras barrocas certamente ficará chocado.
10. Mesmo que for adotado algum tipo de ajuste fiscal imediato, o Brasil ainda estará longe de tornar-se um participante ativo do jogo mundial.
11. A maioria dos deputados que aprovaram a emenda é governista.
12. Nenhum dos deputados ouvidos pelos jornalistas presentes quiseram confirmar o voto.
13. Se deixar de ser teimoso, convocar os jogadores certos e manter o esquema tático adotado na última partida, o técnico poderá conquistar a confiança de todos.
14. Vossa Senhoria sabe que vosso parecer é muito importante para nós.
15. Fez poucos dias frios no último inverno, por isso as roupas de lã não saíram das lojas.
16. Se o governo contrapropor algo que supere os 5%, os trabalhadores certamente interromperão a greve.
17. Deviam fazer cinco minutos que ela saíra.
18. Mil reais são poucos para uma família de quatro pessoas.
19. A toda-poderosa ministra britânica interveio imediatamente.
20. Esse capítulo da lei dá margem à muitas interpretações.
21. A correspondência tinha extraviado-se. O correio não assumiu a responsabilidade pelo extravio, porque as cartas não tinham sido registradas.
22. Com a intervenção da advogada, a empresa reaveu o terreno.
23. Não serão aceitas as inscrições dos candidatos cujas as fichas não estiverem corretamente preenchidas.
24. Foi enviado duas cópias do contrato ao diretor. Se ele assiná-las hoje, será possível efetuar o pagamento amanhã.
25. A fábrica garante o produto contra todos os defeitos de fabricação, exceto os decorrentes de uso indevido.
26. Depois dos atentados nos Estados Unidos, a economia mundial entrou em forte recessão, onde as bolsas

de valores sofreram grandes perdas.

27. Convidamos Vossa Senhoria e família para a cerimônia que realizar-se-á na Igreja de Santo Antônio.

28. Não quero saber se foi fulano, sicrano ou beltrano.

29. Ele não explicou por que não compareceu.

30. Ele não explicou porque não compareceu.

31. O ministro não o convidou porque ele é de outro partido?

32. Enviamos à Vossa Senhoria o documento a que nos referimos em nossa última conversa.

33. Deputado fala da reunião na TV Cultura.

34. Os peritos constataram que o gás vazava havia dias.

35. Amo-o como um pai.

Pontuação

DE 0 A 15 RESPOSTAS CERTAS

Seu contato com a norma culta parece pouco freqüente. O estudo e a leitura poderão melhorar seu desempenho.

DE 16 A 25 RESPOSTAS CERTAS

As formas que você desconhece comprovam a necessidade de estudo específico. Releia o teste, descubra onde falhou e tente não mais escorregar nesses tópicos.

DE 26 A 35 RESPOSTAS CERTAS

Seu desempenho é o de quem tem contato regular com os meandros da norma culta. Os poucos erros podem ser fruto de distração ou de desconhecimento de alguns casos mais ardilosos.

PROBLEMAS DA LINGUAGEM ESCRITA

Exemplos tirados de textos da imprensa

Exemplo: *"Deputados tentam 'limpar' obras com irregularidades".*

Explicação: a ordem pode determinar o sentido da frase ou, pior ainda, dificultar a compreensão do texto. Que fizeram os deputados? Tentaram "limpar", no sentido de "legalizar", as obras irregulares ou, com o pretexto de "limpar", praticaram atos irregulares? A inversão da expressão "com irregularidades" seria uma das saídas: "Com irregularidades, deputados tentam 'limpar' obras". Outra saída seria substituir a locução "com irregularidades" pelo adjetivo "irregulares": "Deputados tentam 'limpar' obras irregulares". Antes de dar o texto por encerrado, é preciso lê-lo e relê-lo.

Exemplo: *"A Casa Branca garante que haverão novos atentados".*

Explicação: usado com o sentido de "ocorrer", o verbo "haver" não apresenta a flexão de plural. Assim como se diz "Há atentados" (e não "Hão atentados"), deve-se dizer "Haverá atentados". Isso vale para qualquer tempo e modo em que se conjugue o verbo "haver" com o sentido de "ocorrer", "acontecer" ou "existir": "Caso haja atentados..."; "Se houver atentados..."; "Os atentados que houve..."; "Havia muitas pessoas na fila...".

Exemplo: *"Com o início do horário de verão na próxima segunda-feira, a bolsa de valores passará a funcionar das..."*

Explicação: um dia, aprendemos na escola que "vírgula é para respirar". Santa bobagem! A vírgula não é um bálsamo pulmonar; é um instrumento sintático-estilístico. Na frase em questão, a vírgula fez a expressão temporal "na próxima segunda-feira" indicar quando começaria o horário de verão. O que se queria informar, no entanto, era que, a partir da segunda-feira seguinte, a bolsa passaria a funcionar em determinado horário. Isso seria conseguido com a mudança de posição da vírgula ("Com o início do horário de verão, na próxima segunda-feira a bolsa de valores passará a funcionar das..."). Não se colocam as vírgulas como quem salpica orégano em uma pizza.

Exemplo: *"A osteoporose é uma doença que fragiliza os ossos, quebrando-se com facilidade".*

Explicação: se é tão fácil quebrar a osteoporose, por que preocupar-se com ela, como sugere a peça publicitária? Verdadeira praga, o gerúndio é um dos mais perigosos aliados da ambigüidade. Por não constituir oração independente, o gerúndio gravita em torno da oração principal, cujo sujeito, no caso, é "a osteoporose". Moral da história: é ela, a osteoporose, que se quebra com facilidade. Que fazer? Usar o gerúndio com todo o cuidado do mundo. No caso, o melhor mesmo é desistir dele: "A osteoporose é uma doença que fragiliza os ossos e os torna facilmente quebráveis".

Exemplo: *"Perguntou Judith Exner, uma das incontáveis amantes de Kennedy, que simultaneamente mantinha um caso com o chefe mafioso Sam Giancana".*

Explicação: o pronome relativo "que" foi mal empregado. A provável intenção do redator foi dizer que Judith Exner tinha um caso com Kennedy e outro com o mafioso. Ele teria conseguido isso se tivesse posto o "que" depois de "Exner" ("...J. Exner, que era uma das incontáveis amantes de Kennedy e simultaneamente mantinha..."). Estruturalmente ambígua, a frase do redator levanta suspeitas sobre a sexualidade de Kennedy. A ambigüidade é um dos mais graves problemas do texto escrito.

Exemplo: *"O partido só concorda em negociar se o governo retirar do Congresso o polêmico projeto de lei, suspender as negociações com o FMI e repor as perdas salariais dos funcionários públicos".*

Explicação: por influência dos dois verbos anteriores ("retirar" e "suspender"), o verbo "repor" foi conjugado como se fosse regular. "Repor" deriva de "pôr" e segue sua conjugação. A forma adequada é "repuser". A correta conjugação de verbos irregulares é item obrigatório na linguagem escrita culta.

Por Pasquale Cipro Neto

PECADOS CAPITAIS DA LINGUAGEM ORAL

Exemplo: *"Haja visto o progresso da ciência..."*

Explicação: a forma "haja visto" não se aplica a este caso. O correto é "haja vista", e não varia. "Rubens Barrichello poderá ser campeão, haja vista o progresso que tem feito com o novo carro".

Exemplo: *"Para mim não errar..."*

Explicação: "mim" não pode ser sujeito, apenas complemento verbal ("Ele trouxe a roupa para mim"). Também pode completar o sentido de adjetivos: "Fica difícil para mim..."

Exemplo: *"Vou estar enviando o fax..."*

Explicação: embora não seja gramaticalmente incorreto, o gerúndio é uma praga. É feio e desnecessário. Melhor dizer "Vou enviar o fax".

Exemplo: *"Ir ao encontro de...", "ir de encontro a..."*

Explicação: muita gente acha que as duas expressões significam a mesma coisa. Errado. "Ir ao encontro de..." é o mesmo que estar a favor. "Ir de encontro a..." significa estar contra, discordar.

Exemplo: *"Eu, enquanto diretor de marketing..."*

Explicação: também é inadequado. Melhor dizer "Eu, como diretor de marketing..."

Exemplo: *"Fazem muitos anos..."*

Explicação: quando o verbo "fazer" se refere a tempo, ou indica fenômenos da natureza, não pode ser flexionado. Diz-se: "Faz dois anos que trabalho na empresa", "Faz seis meses que me casei".

Exemplo: *"A nível de Brasil..."*

Explicação: "a nível de" é uma expressão inútil. Pode ser suprimida ou substituída por outras. Exemplo. Em vez de "A empresa está fazendo previsões a nível de mercado latino-americano", use "A empresa está fazendo previsões para o mercado latino-americano".

Exemplo: *"Não tive qualquer intenção de errar"*

Explicação: não se deve usar "qualquer" no lugar de "nenhum" em frases negativas. O certo é dizer "Não tive nenhuma intenção de errar".

Exemplo: *"Há dez anos atrás..."*

Explicação: redundâncias enfeiam o discurso. Melhor dizer "Há dez anos" ou "Dez anos atrás". "Há dez anos atrás" é o mesmo que "um plus a mais".

Exemplo: *"Éramos em oito na reunião"*

Explicação: não se usa a preposição "em" entre o verbo ser e o numeral. O correto é dizer "Éramos oito".

Por Reinaldo Polito

A MALDIÇÃO DA FALTA DE CLAREZA

O brasileiro freqüentemente depara com laudos, pareceres, relatórios e outros documentos escritos de forma incompreensível. O uso de jargão não é desculpa para a redação obscura. Abaixo, dois exemplos da vida real, um de um médico, outro de um advogado. As sugestões para melhorar são de Maria Elyse Bernd, do Curso Permanente de Português, de Porto Alegre

Texto: laudo médico

Principais problemas: falta de vírgulas, período longo demais, excesso de gerúndios, erro de crase

Sugestão para melhorar: "Houve redução das dimensões do ovário direito. Observando-se a imagem ecogênica arredondada, constata-se que o órgão passou de 3,2 cm por 1,8 cm para 1,7 cm por 1,2 cm. Essa redução pode ser fruto de um adensamento de material hemático nas áreas císticas. O exame constatou vasos

sanguíneos somente na periferia, com índices de resistências que variam de 0,47 a 0,57 em algumas áreas detectadas. A critério clínico, sugerimos controle ecográfico após o ciclo menstrual".

Texto: contrato redigido por um advogado

Principais problemas: prolixidade, redundância, má colocação de vírgulas

Sugestão para melhorar: "As partes ora pactuantes resolvem que o regime de total separação de bens se aplicará aos bens que cada um dos cônjuges adquirir, a qualquer título, na constância do casamento. Portanto, os bens que o marido e a mulher obtiverem, a qualquer título, na constância do casamento, pertencerão integral e separadamente a cada um deles".

A CRASE, ESSA DESCONHECIDA

Dos erros de gramática cometidos pelos brasileiros, o mais comum é o da crase. Não deveria. O conceito de crase é simples. *Krâsis*, em grego, significa mistura, fusão. A preposição *a* pode se fundir com o artigo *a* ("fomos à cidade"), com o pronome demonstrativo *a* ou *as* ("minha opinião é igual à que você deu") ou com o *a* inicial dos pronomes *aquele(s)*, *aquela(s)*, *aquilo* ("refiro-me àquele fato"). Graficamente, a crase é expressa por um acento grave (*à*).

Assim, não se usa crase:

antes de palavra masculina: "Estou no Rio a serviço". Exceção: quando há uma palavra feminina oculta: "Sapatos à Luís XV" (à moda de Luís XV), "Enviei um fax à Moinho Santista" (à empresa Moinho Santista).

antes de artigo indefinido: "Chegamos a uma conclusão".

antes de verbo: "Fomos obrigados a sair".

antes de expressão de tratamento: "Vou dar um presente a Vossa Excelência".

antes de pronomes pessoais, indefinidos e demonstrativos (exceto nos casos de "aquele", "aquela" e "aquilo"): "Contarei tudo a ela".

quando o "a" está no singular e a palavra seguinte, no plural: "Enviei o e-mail a várias pessoas".

3.1.12.1. A análise

A reportagem intitulada *Falar e escrever, eis a questão* aponta as dificuldades de brasileiros, mesmo escolarizados em nível superior, em escrever textos com propriedade, adequação e clareza. Esta última, de acordo com a matéria, é a principal delas para os que já dominam a gramática. Ou seja, denuncia a falha da escola em não formar escritores competentes.

A introdução apresenta alto grau de semelhança com a introdução da entrevista do Pasquale (1997) e com a tônica do texto *Pequenos Grampos, Grandes Negócios* (1998): destacando suas vendas e o seu impressionante feito de ter se tornado famoso sendo professor de LP.

As vendas de Polito também são relacionadas e não significam, segundo a matéria, que a LP é uma paixão dos brasileiros. É dito que "a verdade é que as pessoas finalmente perceberam que precisam dominar a norma culta do idioma. Principalmente na vida profissional" (2º parágrafo, linha 2-3). Ou seja, é, em parte, dedicada ao mundo corporativo e suas necessidades de profissionais

“proficientes” na fala e escrita, acentuadas pelo uso cada vez mais freqüente da escrita no ambiente de trabalho, via *e-mail*. Para exemplificar, é citado o volume de troca de mensagens eletrônicas na Nestlé. Ao que se acrescenta “é óbvio que é péssimo para a imagem de alguém enviar a seu chefe um *e-mail* confuso ou com erros de português” (2º parágrafo, linha 8-9). Busca-se a fala de Carlos Faccina, diretor de recursos humanos da Nestlé, que informa ser o domínio da língua importantíssimo para qualquer profissional e, por isso, a empresa aplica, no momento da seleção para admissão, um teste de expressão escrita. Essa preocupação com o provável leitor da mensagem – patrão – mostra a língua entendida como prática social e inserida num determinado contexto, exatamente como é concebida nos PCNs (1998, p.20) “cada uma dessas práticas se diferencia historicamente e depende das condições da situação comunicativa, nestas incluídas as características sociais dos envolvidos na interlocução”. Não é aceito socialmente o envio de uma mensagem a um superior, usando o mesmo tom e seleção lexical que usaria ao mandá-la a alguém de seu convívio ou igual nível hierárquico.

A reportagem aponta problemas do brasileiro em relação à linguagem: 1) Para quem não teve acesso à boa escola, o problema é a gramática, o que torna esse público o principal consumidor dos fascículos dos Professor Pasquale, nos quais, afirma-se, “*as regras básicas do idioma são apresentadas de forma clara e bem-humorada*” (3º parágrafo, linha 3-4). Clara e bem humorada em relação à GT? Pode-se, então, inferir que a GT é obscura e maçante? 2) Para quem teve boa escola, o problema estaria na clareza.

Ao apontá-los, pode-se depreender que a “boa” escola ensina gramática “bem”, ao ponto dessa matéria não se constituir em um problema para o aluno. A “má” e “fraca” escola não a ensina satisfatoriamente. Subentende-se ainda que ambas instituições seriam ineficazes uma vez que escrever com clareza é uma das habilidades da CC que os brasileiros precisam desenvolver, de acordo com a matéria. Tal denúncia estabelece um ponto a ser repensado: se o ensino da gramática garante a CC, como defendem alguns (o próprio Pasquale nas páginas de Veja), o alunos provenientes das camadas privilegiadas e, conseqüentemente,

das boas escolas, não deveriam apresentar problemas em relação à clareza. Sobre a problemática do ensino de LP nas escolas, assim explica Silva (In: Bagno, 2002):

A escola brasileira é múltipla como é a língua no Brasil. E nem podia deixar de sê-lo num espaço tão grande e numa sociedade tão estratificada. Não se pode pensar os problemas lingüísticos da sem ter em mente essa diversidade. Em consequência disso, as questões que envolvem os alunos da classe média naturalmente não são as mesmas que envolvem os das classes populares. Também não é idêntica a situação das classes populares que vivem nas cidades e das que habitam o campo, e não se comparam as escolas populares urbanas na diversas regiões do país. O aluno de classe média freqüenta escolas bem mais equipadas, com professores, no mínimo, razoavelmente preparados, e traz por herança o padrão lingüístico mais próximo do que é ensinado na escola, por isso é facilmente alfabetizado, embora na maioria das vezes saia delas envenenado pelos preconceitos e com dificuldades de falar e escrever nos moldes exigidos pela sociedade (p.255).

Silva discorre ainda sobre as escolas do aluno urbano das camadas populares e do aluno do campo, as quais são bem mais problemáticas em relação as dos alunos de classe média que, como ela mesmo diz, apesar das melhores condições saem com dificuldades de ler e escrever nos moldes exigidos pela sociedade. Confirma, então, os dados e as informações trazidos aos leitores da Veja.

Busca-se uma explicação histórica para a dificuldade com a clareza, "traço cultural" no Brasil, que teria sua origem na época da transição do Império para a República, quando o ensino superior passou a ser o principal parâmetro de reconhecimento social. Por estarem em voga as escolas de direito, era preciso não apenas ser um advogado, mas também falar como tal. Hoje, persistiria em forma de "burocratês", também chamado de barroquismo. Mais uma vez, a Revista enfatiza a questão da clareza, como foi feito na matéria *Fuja do "a nível de"* (1999), na qual foram discutidas as razões que levam o indivíduo a querer "florear" sua fala.

Para ajudar com a clareza teria surgido um novo tipo de profissional: o professor de LP especializado em *adestrar* funcionários de empresas. Logo, haveria um antes, procura por cursos de gramática básica de público constituído,

principalmente, de secretárias, que dispensavam seus chefes da redação e, um depois, o “adestramento” para um público primordialmente de nível superior. A situação revela-se muito grave, pois pessoas de curso em nível universitário, segundo a Revista, não possuem a CC, tida como objetivo dos primeiros oito anos de escolaridade. Nesse trecho, a Revista consegue tirar a discussão do nível simplesmente fonológico (preocupação com a pronúncia) ou lexical (preocupação com a grafia), para adentrar na importância da competência textual.

Crítica-se as aulas de redação (9º parágrafo, linha 1-3), o que não deixa de ter fundamento em alguns contextos escolares, talvez na maior parte deles, e coincide com a descrição feita por Franchi das suas aulas de redação (seção 1.1, capítulo 1). Denuncia-se uma outra prática problemática de trazer aos alunos temas repetidos, que não despertam o desejo de escrever, não acrescentarão conhecimento, não trarão reflexão e muito menos proporcionarão a CC. Dessa forma, evidencia que profissionais de outras áreas, no caso jornalismo, percebem a falta de compromisso de alguns professores e algumas instituições em ensinar a escrever. A Revista acerta quando busca a fala de Marcuschi sobre a necessidade de conhecer os diferentes gêneros da escrita para mostrar como deveria ser o ensino que envolve produção textual, afinal:

O contato com os textos da vida cotidiana, como anúncios, avisos de toda ordem, artigos de jornais, catálogos, receitas médicas, prospectos, guias turísticos, literatura de apoio à manipulação de máquinas, etc., exercita a nossa **capacidade metatextual** para decifrar textos e ter consciência de que os textos reais e autênticos não se encontram (ou não se encontram apenas) na literatura (Koch; Vilela, 2001, p. 535).

É estranha a repetição da palavra adestrar, na primeira vez usada João Gabriel Lima e, na segunda, colocada na fala por Marcuschi. Adestrar o profissional para não “errar” na hora de falar ou escrever, conotativamente, está no extremo oposto da palavra reflexão. Dessa forma, a preocupação não é ensinar o aluno a compreender e refletir sobre o funcionamento da língua, mas treiná-lo o suficiente apenas para atender às exigências da empresa, ou para não cometer um erro crasso que o comprometerá diante dos chefes e colegas. Visão essencialmente utilitarista. É claro que os leitores, conhecedores do trabalho do

Professor Marcuschi - doutor atuante na Universidade Federal de Pernambuco e muito prestigiado no meio acadêmico - estranharam a presença dessa palavra em sua fala. Eis o comentário no artigo de Leite (2003) sobre o uso:

Sobre essa entrevista, Marcuschi afirmou ter concedido nada menos do que **três horas de entrevista!** O repórter, além de não ter aproveitado suas idéias (que não confirmavam o corolário da reportagem), empregou, como se desse lingüista fosse, o verbo *adestrar* no seguinte contexto: Em vez de redações sobre "Minhas férias" ou "Meu cachorro", o aluno deveria ser *adestrado* nos diferentes gêneros da escrita: a carta, o memorando, a ficção, a conferência e até o e-mail. (p.110) (grifo nosso). Sobre o emprego do verbo destacado, nesse contexto, **Marcuschi narrou ter protestado veementemente com João Gabriel de Lima, pois esse não foi o termo que empregou. Marcuschi solicitou, conforme disse, que a revista publicasse uma errata para substituir o termo. Contudo, o repórter se recusou a fazê-lo e afirmou que aquela era uma "boa e aceitável palavra" para o contexto, já que os sentidos dados à palavra, pelo Aurélio, são todos positivos** (p. 181-2, grifo nosso).

Essa revelação da recusa do jornalista em atender ao pedido de Marcuschi quanto à publicação de uma errata mostra que houve desrespeito à quinta cláusula da Declaração Internacional apresentada na seção 2.10, na qual se estabelece: "O jornalista tudo fará para retificar informações que se revelaram inexatas e prejudiciais" (BERTRAND, 2002, p.106). Se não houve comprometimento ao trabalho de Marcuschi, pode-se atribuí-lo ao fato de que seus pares conhecem as distorções às quais a fala concedida em entrevista está sujeita.

A presença apenas de conotações positivas para *adestrar*, encontradas no Aurélio, é o argumento da Revista para não publicar a errata requerida. Leite assim o comenta (2003, p.182): "observa-se, também, por esse episódio, como essas pessoas (gramáticos e repórter) ignoram a dinamicidade da língua e acreditam piamente na língua em 'estado de dicionário' e em 'estado de gramática'", porque, como bem lembra a autora, a palavra *adestrar*, no imaginário dos brasileiros, está diretamente ligada ao trato com animais, submetíveis a treinamento para mudança de comportamento.

Dado digno de espanto, em três horas de entrevista concedida, Marcuschi teve pouco espaço, além de palavras postas à sua boca, sem o direito de correção. Parte disso pode ser explicado por dois fatores atuantes no jornalismo,

moldando essencialmente tudo o que será apresentado ao leitor ou telespectador (dependendo da mídia): o tempo e o espaço. No caso da Revista, o espaço pré-estabelecido determina que a maior parte de uma entrevista de três horas fique de fato excluída, porém, esse não foi o único fator a atuar, já que a parte dedicada aos dois gramáticos foi generosa em detrimento de todos os outros lingüistas mencionados.

Busca-se discutir o nível dos professores. Pasquale reafirma o dito na entrevista *Língua Enrolada* (1997): "A maior parte da mão-de-obra nessa área é de baixa qualificação" (9º parágrafo, linha 6-8). Talvez seja grande o número de pessoas que concordam com ele, o que justificaria seus cachês e os de Polito.

Ao final, a Revista sai em defesa de quem ela coloca no altar de adoração: "Pasquale conhece bem as carências nessa área. Ele percorre o Brasil para dar palestras" (10º parágrafo, linha 1-2). Talvez não se possa discordar que o professor percorra o país para conferir palestras, mas, essas são em escolas e faculdades ou em empresas? Seu público é preferencialmente de executivos, isso não o habilita a declarar sobre o ensino nas escolas. Suas consultorias, pelo que se sabe, também não ocorrem em instituições escolares, mas em redações dos maiores jornais e revistas do País.

As palavras usadas para defender Pasquale por sua não unanimidade talvez sejam do próprio professor. O último parágrafo é o mais claro exemplo da guerra entre gramáticos e lingüistas citada na introdução desta dissertação. Ou entre os gramáticos e a "corrente relativista".

Há pontos a serem esclarecidos. Primeiro, não há "corrente relativista", ou não, que atribuem aos gramáticos prestam um desserviço à língua. Se o autor diz que, para a tal corrente, o "certo" e o "errado" não são conceitos absolutos permite a inferência de que, para a Revista, tais noções são absolutas, o que nega inúmeros fatores atuantes nas escolhas de palavras e expressões, inclusive o uso e a freqüência.

A noção de "erro" reaparece em: "Quem aponta incorreções na fala popular estaria solapando a inventividade" (10º parágrafo, linha 10). Deixa-se transparecer que não saber as regras da GT ou a variante culta é ignorância do povo. Trecho

mais impressionante é quando se diz que a “maior parte das pessoas não está nem aí para a conversa mole dos relativistas”. Ou seja, tem-se noção de que para a maioria da população, a concepção de ensino da LP passa pelo viés estritamente gramatical e que elas anseiam por isso e buscam essa variante culta nos fascículos, cursos e materiais didáticos que seguem o modelo dos produzidos por Pasquale, cheios de desenhos, músicas e que ensine a LP de forma que não tenham muita consciência de que estão fazendo esforço para aprender. A finalização da reportagem é completamente vazada na concepção da linguagem como expressão do pensamento, já que estariam “aprendendo a pensar melhor”.

Pasquale, ao explicar, a adequação discursiva, mais uma vez “irrita-se” e usa, sem dar crédito ao autor, a frase de Bechara para dizer o que se espera de um indivíduo: que seja um poliglota dentro da própria língua.

A reportagem é recheada de quadros complementares. O primeiro quadro traz as atividades e o currículo de Pasquale, junto à sua foto.

No segundo quadro, intitulado *Problemas da linguagem escrita*, de subtítulo *Exemplos tirados de textos da imprensa*, ignoram-se as fontes das quais os exemplos foram retirados, possivelmente por ética, e traz ao leitor a informação, consoladora ou desoladora (?), que, mesmo profissionais com alto nível de escolaridade que precisam escrever no cotidiano de sua profissão, não dominam as técnicas necessárias. As falhas são somadas sem critério ou distinção. O título do quadro sugere problemas na linguagem escrita como falta de clareza, ambigüidade, prolixidade, mas junto com eles, traz outros de ordem estritamente gramatical.

O terceiro quadro, *Pecados Capitais da Linguagem Oral*, é assinado por Reinaldo Polito, e tais pecados são em maior número em relação aos verdadeiros pecados capitais, que são sete. Polito os elenca, sem realmente explicar todos: haja visto; para mim não errar; vou estar enviando o fax; ir ao encontro de/ir de encontro a; eu, enquanto diretor de marketing; fazem muito anos; a nível de Brasil; não tive qualquer intenção de errar; há dez anos atrás; éramos oito na reunião. São exemplos até “surrados” na mídia, quando se dispõe a tratar da LP e seu

ensino. Pela frequência com que são citados, é de se supor que o leitor assíduo não mais cometa tais falhas.

O quarto quadro chama-se *As proezas de Polito*, dedicado, de forma semelhante ao que é feito com Pasquale, a discorrer sobre seus recordes de vendas. Os números confirmam ser um professor de elite. Sua atuação volta-se mais para LP dirigida a grupos específicos, como executivos e políticos, pois adentra, principalmente, em questões de oratória.²⁰

O quinto *A crase, essa desconhecida*, reafirma a crença da Revista quanto ao não domínio de suas regras por parte do brasileiro. Assim como na entrevista de 1997, *Língua Enrolada* (8ª questão), não é citado estudo científico que comprove tal "impressão". O quadro assume o papel de ensinar ao leitor as regras, usando inclusive, a forma didática de exposição tradicionalmente empregada em sala de aula: Primeiro, a definição do conceito, depois prescrições. Repete-se a fala Pasquale (1997) segundo a qual o conceito de crase é simples. A Revista cria suas crenças, seus mitos, diz que o brasileiro não sabe usar crase, sem fundamentar a afirmação e a repete como expressão da verdade.

O sexto quadro, *A maldição da falta de clareza*, é interessante por contextualizar os problemas de clareza em textos do cotidiano de alguns profissionais como laudos, pareceres e relatórios, que, se obscuros, podem comprometer o seu entendimento e sua execução. Mais interessante é que o quadro não se restringe à delação dos "erros", mas apresenta proposta de reescrita para os mesmos. Com uma proposta de escrita e reescrita, inseridas num contexto de produção, ambiente profissional, a Revista confere coerência à sua fala sobre as aulas de redação, lembrando a necessidade de vinculá-las às

²⁰ Sua presença nas páginas da Veja é tão recorrente quanto a de Pasquale, eis as reportagens em que seu parecer foi solicitado (algumas do presente corpus): *Carisma: a atração ao alcance de todos*, 14/08/2002; *Falar e escrever: eis a questão*, 14/10/2001; *Campanha presidencial: o tom dos discursos*, 05/09/2001; *O poder da palavra*, 29/08/2001; *Holofote: Discursos empolgantes*, 08/08/2001; em entrevista de Eduardo Suplicy às *Páginas Amarelas*, 29/11/2000; *Páginas Amarelas*, em entrevista com a chamada "O profissional que ensina as pessoas a falar em público revela truques que podem ser úteis no trabalho e no cotidiano", 16/06/1999 e em *A rebelião dos tímidos*, de 12/05/1999. Enfim, ele conquistou no meio jornalístico uma autoridade considerável, pois fez parte de oito reportagens entre 1999 e 2002. É outro professor que sabe usar a mídia como *marketing* pessoal. Em seu site www.comofalar.com relaciona em uma lista todas as personalidades que passaram por seus cursos e todas as empresas que procuraram seus serviços.

necessidades e à realidade do aluno. Trazer à tona a necessidade dos profissionais de diferentes áreas de desenvolver a competência textual é especialmente importante porque desvincula, na mídia, a idéia, recorrente entre alunos, de que a escrita é uma atividade obrigatória e exercida apenas nos bancos escolares.

Embora toque em questões que envolvem a CC e na habilidade em escrever com competência, esta reportagem prioriza a gramática pela gramática.

A passagem "*O modo como se passa um recado diz muito sobre a pessoa que o passa*", autoriza o julgamento e o enquadramento de pessoas. É a palavra tida como reflexo da pessoa e de seu caráter, como se toda uma personalidade pudesse ser resumida pelas palavras por ela usadas, bem ao modo do *Diga-me com quem andas e te direi quem és*, haveria o equivalente: *Diga-me quais expressões usas e te direi quem és*.

A preocupação das pessoas em falar e escrever bem, na concepção tradicional de língua, tem diversas motivações: impressionar, passar em exames Vestibulares, concursos e a tão almejada "ascensão social". E a maioria acredita que, para tais metas serem alcançadas é preciso saber a metalinguagem da LP.

Dessa forma, entram em jogo as diferentes concepções de língua sob as quais os jornalistas determinarão o teor das matérias a serem publicadas sobre LP. Para significativa parcela da população, ensinar português é sinônimo de ensinar gramática, parte dela parece ser composta pelos jornalistas, logo, sua concepção de língua corrobora para moldar as colunas destinadas a esse tema.

Assim afirma Possenti (1996): "Para muitas pessoas das mais variadas extrações intelectuais e sociais, ensinar língua é a mesma coisa que ensinar gramática" (p. 60). Dessa forma, qualquer trabalho mais interessante com os fatos da língua em sala de aula esbarraria na concepção de língua de jornalistas, pais e da sociedade em geral. Sobre o problema, é possível encontrar nos PCNs:

[...] Esse fenômeno, que tem na gramática tradicional sua maior expressão, muitas vezes faz com que se confunda falar apropriadamente à situação com falar segundo as regras de "bem dizer e escrever", o que, por sua vez, faz com que se aceite a idéia despropositada de que "ninguém fala corretamente no Brasil" e que se insista em ensinar padrões gramaticais anacrônicos e artificiais (1998, p. 30).

Após a exposição das dificuldades enfrentadas pelos brasileiros no emprego da LP, a Revista brinda seus leitores com um teste para avaliarem em qual nível de desempenho na LM se enquadram, intitulado *Teste do Professor Pasquale*. O teste é coerente com os apontamentos gramaticais abordados ao longo da matéria, e, incoerente, por trazer o mínimo de questões voltadas ao texto e à CC, que a matéria enfatizou como necessária em concomitância aos conhecimentos gramaticais. São 35 orações a serem classificadas pelo leitor como “certas” ou “erradas”, quanto à gramática e à estilística.

Os comentários para o resultado que enquadra o leitor em três níveis são, sem dúvida, curiosos. Para o acerto entre 0 e 15, pode-se ler: "Seu contato com a norma culta parece pouco freqüente. O estudo e a leitura poderão melhorar seu desempenho." Resposta que deixará o leitor intrigado sobre qual tipo de estudo deve empreender e sobre quais livros se debruçar. Acerto igual ou superior a 16 e inferior a 25: "As formas que você desconhece comprovam a necessidade de estudo específico. Releia o teste, descubra onde falhou e tente não escorregar nesses tópicos". O primeiro período é o mais frágil, como pode afirmar "as formas que você desconhece" se ao elaborar o teste não há um *feedback* dos "erros"? O “erro” pode ter ocorrido em qualquer um dos diferentes tópicos cobrados. Entre 26 e 35, quem fez o teste ficará realizado com seu enquadramento: "Seu desempenho é o de quem tem contato regular com os meandros da norma culta. Os poucos erros podem ser fruto de distração ou desconhecimento de alguns casos mais ardilosos". Essa terceira classificação traz implícito o mito da língua difícil pelo uso dos termos "meandros" e "ardilosos", para casos tão ardilosos que mesmo quem domina a gramática e tem CC estaria sujeito a não conseguir resolver.

Em vista do exposto, conclui-se que uma reportagem, possuidora de todas as informações e ferramentas, para tratar os fenômenos lingüísticos com embasamento científico, resvala na incapacidade de discutir o tema LP sem cair na prescrição gramatical, sem formular listas de erros a serem evitados e sem elencar dicas, repetidas na mídia e na própria Revista. Embora pretenda conferir

um enfoque da língua como lugar de interação, o que prevalece, é a língua como expressão do pensamento, como um sistema de regras a serem obedecidas e que, na verdade, vêm sendo desobedecidas. A imagem de falante formada é péssima. O brasileiro macula sua língua na fala e na escrita. A escola não cumpre seu papel e nem mesmo as Universidades suprem a carência de tais usuários, que são obrigados a recorrer a cursos específicos para, finalmente, adquirir alguma proficiência. A péssima imagem de falante recai também nos professores de LP, os quais Pasquale desqualifica completamente. Enfim, é a crise da escola evidenciada em uma reportagem de capa.

A seção de Cartas publicou as seguintes opiniões dos leitores sobre essa matéria:

É uma pena que muitos de nosso compatriotas não achem óbvia a necessidade de falar e escrever bem a língua portuguesa. Edson F. Nascimento, Ribeirão Preto, SP

A reportagem de capa "Falar e escrever, eis a questão" (7 de novembro) mostra quanto Veja contribui para a cultura do país. Um texto dessa magnitude deveria ser lido por todos os professores de português em suas aulas. **Ler essa reportagem equivale a muitas aulas dessa matéria.** Parabéns pelo magnífico trabalho. A propósito, acertei 32 das 35 questões propostas pelo professor Pasquale. (grifo nosso) Ronaldo J. Cardoso, Jataí, GO

O professor Pasquale é um grande guru no ensino de falar e escrever bem em português. Como acadêmica de Letras, convivo com a dificuldade das pessoas no emprego da linguagem culta e na tentativa de se expressarem com clareza e coerência. A popularização do e-mail trouxe marcas da oralidade para a escrita, e isso ameaça mais o uso do português culto. Não é preciso ser um estudioso na área para entender que a maneira correta de falar e escrever é quesito fundamental em qualquer profissão. E isso não é preconceito. É uma questão de consciência. Daniela Nogueira de Souza, Fortaleza, CE

O professor Pasquale tem de ser aplaudido de pé por tonar a língua portuguesa o novo xodó dos brasileiros. Menelau Júnior, Caruaru, PE

Pasquale se elege como guardião da língua portuguesa como se fosse um pai que não quer deixar o filho crescer e, pior, como se fosse um homem de ciência. Ester Mambrini, Aracaju, SE

Salta aos olhos que, da publicação de cinco cartas, quatro são favoráveis e apenas uma critica o professor Pasquale²¹. A fala de Ester Mambrini destoa das anteriores pela falta de deslumbramento em relação à reportagem e por apontar Pasquale como um pseudo-cientista. Sua declaração causou a impressão de se tratar de uma estudiosa da linguagem, atuante na área de Letras, o que uma busca no sistema do Cnpq de Currículo Lattes²² confirmou. Ela atua na Universidade Tiradentes, em Aracaju. As outras pessoas não foram encontradas no mesmo sistema, embora Daniela Nogueira de Souza mencione ser formada em Letras.

Enfim, as cartas recebidas e publicadas pela Revista corroboram a afirmação de Possenti (1996) de que para a maioria da população ensinar LP é sinônimo de ensinar gramática. Elas mostram uma concepção de língua como expressão do pensamento e, certamente, contribuem para reforçar a publicação de mais matérias com esse enfoque. Infelizmente.

²¹ Quando os números, segundo a própria revista, apontam para o recebimento de 372 cartas, sendo essa a reportagem mais comentada da semana. Seguidas de 78, 39, 34 e 27 cartas para as outras reportagens.

²² Disponível no site www.cnpq.br.

3.1.13. Texto 11: Todo apoio ao MST

Data: 3 de abril de 2002

Autor: Diogo Mainardi

Subtítulo: No sítio de uns amigos, na falta de um MST, minha maior diversão era ver a dona do lugar espremer bernes entranhados em seus cachorros

Todo o apoio ao MST

"No sítio de uns amigos, na falta de um MST, minha maior diversão era ver a dona do lugar espremer bernes entranhados em seus cachorros"

Depois do ataque à fazenda de Fernando Henrique Cardoso, todo mundo virou as costas para o MST. Até o PT. É nesse momento de grave dificuldade que eu me sinto no dever de me solidarizar com os sem-terra. Apóio-os incondicionalmente. Enquanto eles invadiam a fazenda do presidente, eu passava o fim de semana no sítio de uns amigos. Aborrecia-me tanto com a vida campestre que a minha única esperança era que 300 manifestantes, armados com enxadas, ocupassem nossa casa e aliviassem a monotonia, embriagando-se com vinho francês, fumando charuto cubano, dançando forró, telefonando para os parentes, tacando fogo nos tratores e rindo à toa com o quadro do chapéu do *Programa Raul Gil*. O problema é que, ao contrário da fazenda do presidente, o sítio em que eu estava hospedado não tinha vinho francês, nem charutos cubanos, nem telefone, nem tratores, nem TV. Só tinha rede. Eu ficava o tempo todo deitado na rede. Na falta do MST, minha maior diversão era ver a dona do sítio espremer bernes entranhados em seus cachorros.

Sou viciado em jornais e revistas. Não consigo passar um dia inteiro sem lê-los. No sábado, infelizmente, o único jornal disponível no vilarejo mais próximo do sítio era o *Extra*. Você não tem idéia de como o *Extra* é ruim. Por causa de meu vício, porém, acabei lendo-o de ponta a ponta. Fiz até as palavras cruzadas. Nas palavras cruzadas do *Extra*, aparece, por exemplo, o desenho de um cavalo. Você tem de preencher os quadradinhos horizontais com C-A-V-A-L-O. Já nas verticais há o desenho de um carro de corrida. Você enfia lá: C-A-R-R-O-D-E-C-O-R-R-I-D-A. Estimulado por esse duro desafio, no dia seguinte, além do *Extra*, comprei a revista *Coquetel*, em sua versão mais difícil. Eu não fazia as palavras cruzadas da revista *Coquetel* havia décadas. Tudo continuava perfeitamente igual. Figura bíblica? Noé. Interjeição mineira? Uai. Muro, em francês? Mur. Começo, origem? Incunábulo. Cinema? A sétima arte.

Somos muito fracos em matéria de palavras. Aliás, temos problemas com a língua portuguesa em geral. Ela teima em não entrar em nossa cabeça. Prova disso é que, juntamente com *Extra* e *Coquetel*, o jornaleiro me vendeu um encarte especial de *O Globo* em que Pasquale Cipro Neto ensina umas regrinhas básicas sobre prefixos, adjetivos compostos e crases. Ele explica que é errado dizer coisas como "Ronaldo driblou ao zagueiro", "a camisa verde-amarelo" e "bem-vindo à São Paulo". É como se

nenhum brasileiro tivesse completado a sétima série. Dizem que o MST se inspira no modelo chinês. Na China, durante a Revolução Cultural, escolas foram fechadas, livros queimados e professores assassinados ou mandados para trabalhos forçados no campo e nas fábricas. A idéia era reeducar a elite intelectual do país, acusada de estar contaminada com valores burgueses. O ensino foi nivelado por baixo, com o uso de uma língua simplificada, dotada de menos caracteres, que criou uma massa de proletários semi-alfabetizados, prontos para decorar o livro vermelho, mas incapazes de entender um artigo de jornal. Talvez nem um artigo do *Extra*. Mas o que eu quero dizer é que, no Brasil, nós também nivelamos o ensino por baixo, com um português simplificado, de vocabulário cada vez mais pobre e gramática cada vez mais torta. O Brasil passou por uma Revolução Cultural e não percebeu. Aqui se esqueceram da reforma agrária, claro. Mas sobraram os bernes.

3.1.13.1- A análise

Este texto, num primeiro momento, parece ter como tema o MST, porém, ao lê-lo até o fim será possível constatar que o autor usa a invasão do MST, na chácara do então presidente F.H.C como pretexto para entrar na questão da LP. Sua visão é reveladora não necessariamente da opinião da Revista, já que se trata de uma coluna, de um texto assinado, o que em jornalismo se convencionou chamar de *jornalismo de grife*.

O que interessa a esta dissertação são, especificamente, as concepções que surgem a propósito do comentário do autor sobre palavras cruzadas (3º parágrafo). À afirmação de que somos (brasileiros) muito fracos com a LP e que ela teima em não entrar na nossa cabeça (personificada e com vontade própria), segue-se uma crítica ferrenha ao Professor Pasquale. Para provar que somos mesmo ruins, Mainardi busca como argumento a venda de encartes sobre a LP como complemento de jornais e revistas e conclui: “é como se nenhum brasileiro tivesse completado a sétima série” (3º parágrafo, linha 6-7). Mainardi não faz parte do coro que vê nos encartes do professor uma forma mais interessante de aprender a LP; na verdade, considera seu conteúdo superficial que “ensina umas regrinhas básicas sobre prefixos, adjetivos compostos e crases” (3º parágrafo, linha 4-5).

Ao comparar a situação do ensino e o uso da LP pelos brasileiros à Revolução Cultural Chinesa, o autor faz uma afirmação igual à de Pasquale, na primeira entrevista do *corpus*, *Língua Enrolada* (1997): “nós também nivelamos o

ensino por baixo” (3º parágrafo, linha 14-15). Pasquale afirmou: “Estamos todos nivelados por baixo” (6ª questão, linha 9).

As falhas seriam português simplificado, vocabulário pobre e gramática torta. Mainardi faz sua incursão aos problemas, à Revolução Cultural pela qual os brasileiros passaram, sem citar qualquer pesquisa, qualquer dado que pudesse sustentar suas afirmações.

Ao criticar a situação do ensino, entra também na questão da leitura. Os chineses estavam prontos para decorar o livro vermelho, mas seriam incapazes de entender um artigo de jornal. Como ele compara Brasil e China, o brasileiro estaria na mesma situação, além de limitações vocabulares e gramaticais, estaria limitado na sua possibilidade de leitura de jornais e de mundo.

Independentemente das crenças político-ideológicas do autor (parece não ser de esquerda), interessou a sua fala quanto à LP. Como uma pessoa que faz o jornalismo de grife e consegue um grande número de leitores, terá suas afirmações assimiladas? É fundamental ressaltar que tal jornalismo surge como uma necessidade de o leitor se situar diante do excesso de informações atuais, sobre as quais busca a opinião de determinado colunista como alguém que entende dos temas sobre os quais se propõe a escrever. Logo, a função exercida de porto seguro. Confia-se porque foi tal colunista que escreveu e asseverou.

Jornalisticamente, é um texto constituído de forma muitíssimo diferente. Não há confronto de idéias nem busca por testemunho de autoridade. Enfim, sobressai-se a visão de mundo de seu autor, para o qual o português foi simplificado, como se observa no terceiro parágrafo. Tais afirmações não passam de uma impressão estritamente pessoal e genérica tendo em vista que não citou qualquer exemplo de “gramática torta, pobreza de vocabulário ou de nivelamento”.

Mais lamentável ainda é que esse colunista gera polêmica ao opinar sobre temas variados e há os que o amam e os que o odeiam, prevalecendo, aparentemente, o número de pessoas admiradoras do seu estilo e o tomam por cabeça “pensante” e que foge do senso-comum. Pelo menos quanto às suas concepções de língua e linguagem, ele provou que está para o senso-mais-que-

comum. Repete impressões precipitadas e acredita que coloca toda a massa de leitores para pensar criticamente.

Capítulo 4

Mídia e Língua: uma relação necessária e conflitante

Antes de tecer conclusões, faz-se necessário resgatar os questionamentos elencados na introdução: 1) Os veículos de comunicação acreditam que os brasileiros fazem um "bom" uso ou um "mau" uso do idioma? 2) Baseados em quais parâmetros controem a imagem de língua e falantes? 3) Quais são as concepções de língua subjacentes nos textos que veiculam? 4) Quem tem seus discursos autorizados e reforçados na mídia? Gramáticos ou linguistas? 5) Onde estariam as falhas quanto ao ensino de LP? Respondidos, ajudarão a compreender melhor o fenômeno midiático que envolve a produção de matérias sobre a LP.

O material lingüístico analisado permite inferir, pelo levantamento realizado, que "as palavras podem revelar diferentes atitudes e avaliações a respeito das realidades de que se fala, além de fornecer informações 'objetivas'". (ILARI, 2003, p.68). Dessa forma, podem-se relacionar aqui algumas passagens dos textos em que as palavras ou expressões remetem à noções ou visões de língua/linguagem e, conseqüentemente, ao que se espera de professores e alunos no processo ensino-aprendizagem. A interpretação, contudo, não se afasta do que acontece no mundo real, principalmente, e, como diz Ilari, "em outros mundos possíveis" (op. cit, p.114).

Infelizmente, Veja sustenta a crença de que o brasileiro faz um péssimo uso do idioma e que, realmente, precisa de aulas em sua LM para usá-la corretamente. Isso transparece na entrevista *Língua Enrolada*, na visão do professor Pasquale e do entrevistador. Os trechos da fala de Pasquale mostram o

quanto sua fala está permeada de palavras, denominadas por Ilari (2003) de elementos afetivos, que são aqueles que:

apontam sobretudo para as associações e reações que nos provocam. Como essas associações são sempre próprias de grupos determinados, a presença e elementos afetivos no sentido de uma palavra obriga-nos a considerar as posições (políticas, religiosas, etc.) de quem fala e a lidar com o preconceito (p. 68).

Pequenos Grampos, Grandes Negócios, corrobora com a idéia de péssimo uso da LP no trecho "Público não lhe falta" (linha3).

Em *Fuja do "a nível de"*, no qual é dito que o brasileiro, inclusive de nível universitário, comete "erros" crassos e "erros" por causa de rebuscamento na tentativa de impressionar. A palavra erro nega a língua como prática social, visto que afasta seus usuários de sua condição de sujeitos:

que se contituem como tais à medida que interagem com os outros, sua consciência e seu conhecimento de mundo resultam como "produto" deste mesmo processo. Neste sentido, o sujeito é social já que a linguagem não é o trabalho de um artesão, mas trabalho social e histórico seu e dos outros e é para os outros e com os outros que ela se constitui. Também não há um sujeito dado, pronto, que entra na interação, mas um sujeito se completando e se construindo nas suas falas (GERALDI, 1997, p.6).

Em *Todo mundo fala assim*, no trecho "As gravações serviram para encontrar os desvios mais freqüentes, em relação à norma culta, e depois destrinchar a lógica que rege essas construções" (2º parágrafo, linha 8-9), pois subentende-se, está implícito, que o projeto se constituiu numa caça aos "erros" e que tal estudo vai permitir que todos os "deslizes" sejam cometidos, quando se tem em vista a advertência "Mas atenção: o português continua a merecer respeito" (subtítulo). Segundo Ilari (2003):

As informações veiculadas pelas mensagens lingüísticas apresentam graus diferentes de explicitude. Podem ser consideradas implícitas todas as informações que uma sentença veicula, sem que o falante se comprometa explicitamente com sua verdade (p. 85).

A maior contribuidora para a imagem do brasileiro como usuário incompetente foi *Falar e escrever, eis a questão*, na qual é dito que ele não escreve com competência e precisa de aulas de redação e gramática; e, por

último, também corrobora para moldar uma imagem de inabilidade, a fala de Mainardi em *Todo apoio ao MST*, que menciona a pobreza vocabular e gramatical dos brasileiros, nos quais a LP "teima em não entrar na cabeça". Dessa forma, são 5 matérias, num universo de 13, a reforçar uma imagem péssima de falante, número elevado, uma vez que as matérias sobre dicionários, estrangeirismo, entre outros, pela própria temática não abrem espaço para tecer comentários sobre a CC do brasileiro.

Os parâmetros usados para estabelecer a imagem de péssimo usuário da LP são sempre baseados na GT, tais como revelam estas palavras: normas gramaticais, crase, sintaxe dominante, escrita, erros gramaticais, colocação pronominal, expressar-se melhor... O brasileiro não sabe usar a sua língua porque não sabe gramática e todos os seus problemas, inclusive perda de emprego, advêm dessa falha. A GT é a base da discussão no texto *Língua Enrolada*; em *Pequenos Grampos, grandes negócios*; em *Fuja do "a nível de"*; em *Todo mundo fala assim*, embora a matéria mencione novas propostas de elaboração de gramáticas: *Gramática do Português Culto Falado no Brasil* e *Gramática de Usos do Português*; em *Falar e escrever, eis a questão* e, finalmente, em *Todo apoio ao MST*. Numericamente, cinco textos com conteúdo fortemente arraigado na GT, que, como diz Possenti, é para a maioria sinônimo de ensino de LP. Dentre esses, em cinco textos há espaço para prescrição, para lembrar o leitor de evitar certos "erros" e ajudá-lo através da LP a manter seu emprego. São textos que lembram o leitor de que ele deve respeito à LP, muito maltrada na boca de milhões de falantes todos os dias, como quem diz: não seja mais um. O último texto não faz uso da prescrição por ser um texto opinativo.

Com base nos parâmetros gramaticais, o brasileiro é um usuário que não sabe gramática, escreve mal e fala pior ainda. Dessa forma, de acordo com a Revista, a escola falha por não proporcionar a CC, objetivo das primeiras oito séries, porque mesmo profissionais que cursaram ensino superior não conseguem escrever adequadamente, a fim de atender suas necessidades cotidianas de comunicação. A competência textual, inserida na CC, passa a ser cobrada na Revista, por ser cada vez mais exigida nas empresas, na entrevista *O fim do*

português, quando é perguntado ao lingüista sobre os e-mails: "Por que várias empresas proibiram seus funcionários de se comunicar usando e-mails?"; e na matéria *Falar e escrever, eis a questão*, quando comenta que a necessidade da escrita no trabalho fez surgir "adestrador" de funcionários de empresas. A importância da competência na oralidade foi mencionada no texto *Fuja do "a nível de"*: "Num almoço de negócios ou numa entrevista de contratação, por exemplo, a maneira de se expressar é um cartão de visita. [...] o candidato que comete erros graves de português pode até perder a vaga".

Nas reportagens, percebe-se uma oscilação gritante entre as concepções de língua/linguagem adotadas nas treze matérias. Essa mistura de conceitos permite afirmar que o corpo editorial não têm uma postura objetiva sobre os fenômenos da linguagem e nem mesmo jornalistas especialistas para tratar do tema, a fim de manter uma mesma visão sobre os fenômenos idênticos.

Quanto à autoria das reportagens convém atentar ao fato de que os jornalistas designados não se repetem, exceção para João Gabriel Lima, ocorrência que pode explicar a oscilação de concepções. Esquematizando:

Língua Enrolada (1997) ✍ Mario Sabino;
 Nossa Língua Portuguesa? (1998) ✍ sem assinatura;
 Tupi or not tupi (1998) ✍ Bruno Paes Manso;
 Pequenos Grampos, grandes negócios (1998) ✍ sem assinatura;
 Fuja do "a nível de" (1999) ✍ sem assinatura;
 Errar é divino (1999) ✍ Ivan Teixeira;
 Nobre como Camões (1999) ✍ Angélica Santa Cruz;
 O fim do português (2000) ✍ Eduardo Salgado;
 O Bom senso está on sale (2000) ✍ João Gabriel de Lima;
 Todo mundo fala assim (2001) ✍ Leonardo Coutinho;
 O poder da palavra (2001) ✍ Sílvio Ferraz;
 Falar e escrever, eis a questão (2001) ✍ João Gabriel de Lima;
 Todo apoio ao MST (2002) ✍ Diogo Mainardi;

A Revista mantém coerência quando trata do estrangeirismo, sobre o qual a seguinte frase resume a postura adotada: "É normal que uma língua se nutra de outras" (O bom senso está on sale).

No primeiro texto, *Língua Enrolada*, prevalece a visão do gramático (se é que se pode assim denominá-lo), no caso, do professor Pasquale. Por se tratar de uma entrevista, o prevalecimento da opinião e da visão de língua do entrevistado é natural, uma vez que a tessitura não abre espaço para a busca de testemunhos de autoridade contrários à opinião do entrevistado. Infelizmente, a imagem de falante criada por suas declarações é a pior possível. A nenhuma pessoa é atribuído um "bom uso" da língua, nação de maculadores da LP, desde os presidentes, passando pelos professores até chegar na população. Problemas de toda ordem são apontados. Enfim, do alto de sua autoridade, diz divulgar a LP, enquanto dissemina mitos e preconceitos que em nada ajudam quem quer aprender mais sobre a LP, além de suas regras, informações sobre sua importância cultural, entre outros. Esse tipo de matéria, por seus termos, é dispensável. Deve-se lembrar da fala de Nélida Piñon sobre Pasquale: "não pode asfixiar a língua, colocar nela um espartilho", o mesmo vale para a Revista, quando se propõe a reproduzir as idéias dele. Vale lembrar ainda a visão de Mainardi, sobre a qual a Revista deveria atentar: "ensina umas regrinhas básicas sobre prefixos, adjetivos compostos e crases [...] é como se nenhum brasileiro tivesse completado a sétima série".

No texto, *Nossa Língua Portuguesa?*, prevalece a visão do lingüista, já que a matéria enfatiza a importância do uso e da frequência de uma palavra na língua para ser admissível seu registro em dicionário, sem recair na prescrição.

Tupi or nor tupi explica as influências sofridas pelo tupi como língua viva, assim como os recursos de que dispunha ou não, sem esquecer de sua natureza ágrafa. Todas essas características foram bem explicadas ao leitor que pode ter uma idéia adequada dos processamentos dos fenômenos lingüísticos.

Em *Pequenos Grampos, grandes negócios*, não houve espaço para prescritivismo, pelo próprio objetivo de mostrar os destaques de 1998, embora prevaleça a língua como expressão do pensamento por entrar na noção "erro".

Fuja do "a nível de", como discutido na análise, mostra a mistura das três concepções de linguagem, uma evidência de que o corpo editorial "flutua" entre elas sem ter uma clara consciência de cada uma.

Errar é divino discute a norma culta e a necessidade - ou dever - de obedecê-la, ou não, dependendo dos efeitos de sentidos desejados. Mostra ao leitor a existência de perspectivas de língua/linguagem diferentes da GT. Embora trate com profundidade a temática, sugere ao mortal, enfim, a pessoa comum, que não há opção a não ser obedecer às regras.

Nobre como Camões deixa transparecer a concepção de língua dos lingüistas, reconhece as variações geográficas encontradas no Brasil e a noção de "erro" como algo não absoluto.

Na entrevista *O Fim do português* prevalece a visão do lingüista Fischer. Sem muita refutação, observa-se que o entrevistador foi mais preparado para questionar, munido de poucos dados e argumentos (atitude não tomada na entrevista de Pasquale), embora recaia em perguntas que o denunciam como leigo.

Em *o Bom senso está on sale* mais uma vez a concepção de língua como lugar de interação prevalece. A Revista usa armas de persuasão para desqualificar o projeto de Rebelo, chamando-o de proposta xenófoba associada à mentalidades autoritárias, ao nazismo, facismo, ditadura e comunismo. Dessa forma, é a visão do lingüista subjacente ao texto. Ilari (2003) explica de que forma os implícitos atuam na interpretação da mensagem:

As mensagens lingüísticas comportam às vezes implícitos que não podem ser previstos com base apenas no sentido literal. Importantíssimos para a interpretação final da mensagem, esses implícitos só podem ser descobertos por um trabalho de conjectura feito a partir de uma avaliação global da situação comunicativa, em que o ouvinte procura recuperar as intenções do falante (p.92).

Todo mundo fala assim recebe um tratamento adequado quando se propõe a explicar o projeto de confecção das gramáticas em questão. Desastre ocorre quando tenta opinar sobre ele e quando busca o parecer de Bechara. Contribui para criar a imagem do brasileiro como falante que desrespeita as regras do

próprio idioma. Basta atentar para as escolhas lexicais: desvio, respeito, habeas-corpus, pecado, entre outros. Desvio e respeito podem ser associados a obedecer à gramática como quem obedece à leis de trânsito, comparação feita em *Errar é divino*. Habeas-corpus e pecado, por sua vez, semanticamente referem-se à área do direito e da religião, respectivamente. Enfim, está subjacente a visão do gramático.

O Poder da palavra trata da saga dos dicionários e em tal propósito faz uso de concepções de língua coincidentes com as dos lingüistas, ou seja, entende a língua como lugar de interação. Mostra os fenômenos aos quais as palavras estão sujeitas, sem recorrer ao prescritivismo. As concepções de Webster mencionadas são o melhor exemplo da concepção de língua subjacente.

Falar e escrever, eis a questão tem a pior abordagem de todas. Embora toque problemas graves no ensino da LP, caso da redação, a matéria contribui em muito para criar uma imagem de usuários despreparados para falar e escrever na sua própria LM. A língua como expressão do pensamento é evidenciada em: "os brasileiros que tentam melhorar seu português estão também aprendendo a pensar melhor". O conteúdo é todo permeado de prescritivismo e regras de bom uso. Critica-se uma "corrente relativista" que, embora não denominada, supõe-se ser composta por lingüistas, refletindo, mais uma vez, a confusão teórica na qual a Revista está embebida, porque diversas vezes usa concepções emprestadas da Lingüística. Seu ponto positivo é iniciar na mídia a importância do texto, assim como, adequação. Sem esperar a profundidade de uma publicação na área de Letras, é evidente o desserviço proporcionado. Enfim, essa matéria representa bem o que vem sendo realizado em outros veículos midiáticos em termos de prescrição: recai no senso comum.

Todo apoio ao MST, lamentavelmente, é outra que constrói uma péssima imagem de falantes de LP, de professores e escola. De acordo com seu autor, "está tudo nivelado por baixo" e a prova são os encartes do professor Pasquale, que conferem a impressão de que nenhum brasileiro terminou a sétima série. Crítica, aliás, destoante da autoridade conferida pela Revista ao mesmo professor.

A grande surpresa ocorreu no fato de que, ao iniciar esta pesquisa, esperava-se prescrição em todas as matérias e não foi o que ocorreu. Encontrou-se em:

Língua Enrolada ↓ visão do gramático;
 Nossa Língua Portuguesa? ↓ visão do lingüista;
 Tupi or not tupi ↓ visão do lingüista;
 Pequenos Grampos, grandes negócios ↓ visão do gramático;
 Fuja do "a nível de" ↓ visão do gramático + visão do lingüista;
 Errar é divino ↓ visão do lingüista;
 Nobre como Camões ↓ visão do lingüista;
 O Fim do Português ↓ visão do lingüista;
 O Bom senso está on sale ↓ visão do lingüista;
 O poder da palavra ↓ visão do lingüista;
 Todo mundo fala assim ↓ visão do gramático;
 Falar e escrever, eis a questão ↓ visão do gramático;
 Todo apoio ao MST ↓ visão do gramático.

Esta variação de visões comprova a oscilação teórica, a qual a Revista está sujeita ao tratar do tema LP, sobre o qual, como diz Rajagopalan (2003, p. 8) "todo mundo acha que sabe - e sempre soube - muitas coisas [...]".

Concluir-se não haver apenas uma concepção de língua no imaginário dos autores destes textos e da Revista, como se esperava, ou seja, somente a língua como expressão do pensamento. O que se encontrou reflete uma mistura, uma soma de todas as concepções juntas, sem grandes delimitações das fronteiras teóricas.

O uso é considerado nas matérias: *Nossa Língua Portuguesa?* e em *O Poder da palavra*. Em *Tupi or nor tupi*, *Nobre como camões*, *O Bom senso está on sale* o uso aparece como resultado da interação dos usuários em determinado momento sócio-histórico. Em *Todo mundo fala assim*, o uso também é tratado, embora apenas na explicação do projeto, enfatizando-se mesmo que se deve

obecer às normas gramaticais. O uso só teve espaço quando a matéria não foi voltada para questões escolares.

Gramáticos e linguistas têm seus discursos autorizados na Revista, embora a autoridade seja construída de diferentes formas, certamente atendendo aos interesses do corpo editorial. Ora busca-se Pasquale e Bechara, ora Schmitz e Fischer. Na matéria *Todo mundo fala assim*, há claramente uma manipulação de forma a conferir autoridade ao gramático entrevistado, Bechara. Os linguistas simplesmente desaparecem diante das considerações. Em *Falar e escrever, eis a questão* também a autoridade é toda voltada para aos gramáticos entrevistados, Pasquale e Polito, e o desprestígio dos linguistas ao serem chamados de "corrente relativista". Mesmo sem citar nomes, supõe-se tratar de linguistas, certamente os principais críticos do trabalho gramática-pela-gramática, empreendido pelo professor idolatrado.

Poder-se-ia responder que, de acordo com a Revista, são responsáveis pelas falhas do ensino ineficaz de LP: professores, alunos, escola, metodologia de ensino. Em matérias diferentes a culpa é a todos esses fatores atribuída. Em *Língua Enrolada* e *Falar e escrever, eis a questão*, por meio da fala de Pasquale, os professores são tidos como competentes em pequeno número para atender a demanda no Brasil. A metodologia é criticada em *Falar e escrever, eis a questão*, quando se afirma que as aulas de redação são desvinculadas das reais necessidades dos alunos. Na mesma matéria, critica-se a escola, ruim, que não ensina gramática e a boa, que ensina gramática, mas não ensina a escrever com clareza e adequação. Tais críticas, espaçadas como são, retratam melhor os problemas que, de fato, não são de responsabilidade apenas de alguns.

Os problemas quanto à LP são resultado de um ensino que "falhou", uma vez que, como é apontado, não proporciona a CC e, surpreendentemente, a Revista sugere o mesmo velho caminho - ensino da GT - como solução, com raras exceções, como a sugestão que faz, em *Falar e escrever, eis a questão* para que o ensino de redação seja voltado para as necessidades dos alunos, fazendo uso de temas do cotidiano, temas pertinentes.

Dos mitos encontrados sobre a LP, pode-se afirmar, diante do foco no léxico e respectiva semântica:

- a) a LP falada no Brasil apresenta uma unidade surpreendente - mito 1, não apareceu em nenhuma das reportagens, viu-se seu contrário em *Nobre como Camões*, "Na confusão que faz um gaúcho se sentir quase um estrangeiro diante de um paraibano [...] é difícil definir o que está certo ou errado";
- b) o mito 2 - brasileiro não sabe português/só em Portugal se fala bem português - também não apareceu, pelo menos não dessa forma. A afirmação de que o brasileiro não sabe português em nenhum momento é feita, não há explicitação, mas pela análise, constatou-se que a Revista contribui para formar essa imagem. Também não aparece explicitamente que só em Portugal se fala bem português, mas aparece a sua valorização em alguns trechos como em *Nobre como Camões*, quando se afirma que os "erros" na fala de alguns Nordestinos podem ser uma expressão de sangue azul, ou seja, provinda do português arcaico.
- c) recorrente, porém, foi o mito 3 - português é muito difícil - como se observa nas passagens: "Existem pessoas que estudaram muito, mas ainda assim se expressam mal em português"; "Não existe um manual com regras que ensinam os outros a falar corretamente. Além de estudar, o remédio é o de sempre: procurar ler muito". (Fuja do "a nível de"); "A vida é cheia dessas dúvidas, principalmente quando se quer caprichar"; "Quem se angustia diante dessas questões". (Todo mundo fala assim); "Expressar-se em português com clareza e correção é uma das maiores dificuldades dos brasileiros"; "Pasquale recebeu uma enxurrada de e-mail de telespectadores"; "a dificuldade do brasileiro em falar e escrever de forma a se fazer entender não é apenas consequência de tradição bacharelesca. Há outros fatores". (Falar e escrever, eis a questão); "Temos problemas com a língua portuguesa em geral. Ela teima em não entrar em nossa cabeça". (Todo apoio ao MST). Enfim, mito foi o mais recorrente nas crenças sobre a LP por parte daqueles que fazem a Veja.

- d) o mito 4 - as pessoas sem instrução falam tudo errado - não aparece explicitamente, mas pode-se subentendê-lo na medida em que a Revista aponta que até as pessoas de nível universitário "erram";
- e) totalmente renegado, o mito 5 - o lugar onde melhor se fala português no Brasil é o Maranhão - na fala de Pasquale na entrevista *Língua Enrolada*, embora tenha cometido o despropósito de eleger a variação carioca como a melhor, já que, quando se fala em variação, a discussão não deve ser nesse nível. Em nenhum outro momento a Revista faz qualquer referência a esse mito;
- f) o mito 6 - o certo é falar assim porque se escreve assim - em nenhum momento aparece explicitamente na Revista, embora se perceba que a escrita é tida como modelo na entrevista do Pasquale, *Língua Enrolada*, e em outros momentos em que se fala de "erro" sem considerar o contexto comunicativo;
- g) implícito nas matérias de embasamento gramatical: *Língua Enrolada*; *Pequenos Grampos, grandes negócios*; *Fuja do "a nível de"*; *Todo mundo fala assim*; *Falar e escrever, eis a questão* e, *Todo apoio ao MST*, está o mito 7 - é preciso saber gramática para falar e escrever bem - quando se percebe que mesmo ao tratar da produção de textos enfatiza-se a aquisição de regras gramaticais. Esse mito, embora amplamente difundido na sociedade, é refutado por lingüistas que diferenciam a CC do simples conhecimento das regras gramaticais. Perini (1997) o refuta veemente: "Meu autor brasileiro favorito é Luís Fernando Veríssimo; [...] Mas o Veríssimo não sabe praticamente nada de gramática [...] saber gramática não é garantia de escrever bem";
- h) O mito oito - o domínio da norma culta é um instrumento de ascensão social - igualmente ao 3, surpreendeu pela recorrência e surgiu nas matérias com embasamento gramatical: "'Num mundo com emprego raro, o candidato que comete erros graves de português pode até perder a vaga', afirma o consultor especializado em recursos humanos Simon Franco" (*Fuja do "a nível de"*); "É óbvio que é péssimo para a imagem de alguém enviar a seu chefe um e-mail confuso ou com erros de português"; "O que esses acadêmicos preconizam é que os ignorantes continuem a sê-lo. Que percam oportunidades de emprego e

a conseqüente chance de subir na vida por falar errado" (*Falar e escrever, eis a questão*), implícito em algumas e explícito em outras.

São tão grandes e muitas vezes tão exaltadas as prescrições encontradas em diversos veículos midiáticos como *VOCÊ S/A*, *Folha de S. Paulo*, *Exame*, que se pode dizer que a revista *Veja*, no que concerne à LP, diferenciou-se.

Ocorreu em todos os textos de a Revista não esclarecer ao leitor as diferentes formas de analisar, trabalhar ou conceber a língua, a partir da visão de cada tipo de estudioso citado em suas páginas: filólogo, lingüista, gramático, “estudioso da língua”. São termos usados indiferentemente, sem que se explique as implicações de cada um. Todos são usados sem as respectivas definições, às vezes, dando a impressão de se tratar de sinônimos.

Outra característica geral, é que as reportagens nunca diferenciam as peculiaridades da fala e da escrita. Assim, qualquer “erro” é condenado, sem considerar seu contexto de comunicação.

Os “erros” apontados na fala e na escrita dos brasileiros se repetem e criam uma redundância textual em relação ao conteúdo dentro da própria Revista e em relação ao que a mídia comumente divulga, como a repetição para que se evite “a nível de”, gerundismo, constituindo-se numa espécie de auto-alimentação, limitação imposta pela pauta e apontada por Rossi.

Poder-se-ia chamar tais referências de “implicância lingüística”. Uma expressão, que é um bom exemplo dessa implicância, é *risco de vida* que passou a ser usada como *risco de morte*. Embora não apareça nas reportagens, ela é relevante para mostrar como o policiamento da linguagem pode resultar em desinformação. Quem assiste aos jornais televisivos certamente já notou o uso que os apresentadores vêm fazendo dessa expressão. (Possenti escreveu sobre isso num texto publicado no jornal *Littera*/Prima página, veiculado na internet).

Dentre as matérias que discutem o papel da escola e os objetivos do ensino da LP, depreendeu-se que: 1) deve-se ensinar gramática e, depois, tudo o mais será alcançado. Algumas vezes, enfatiza-se a gramática pela gramática, em outras, relaciona-se sua importância em situações cotidianas.

Há semelhança de objetivos quando Neves (2002, p.231) afirma que “é papel da escola prover aos alunos a formação necessária à ocupação de posições minimamente situadas na escala social”, e quando a Revista atrela o ensino-aprendizagem de gramática a uma possibilidade de mobilidade social. A diferença consiste no tom de promessa que tal conhecimento adquire nas páginas da Revista “O que esses acadêmicos preconizam é que os ignorantes continuem a sê-lo. Que percam oportunidades de emprego e a conseqüente chance de subir na vida por falar errado” (p.112). Se tivesse tanto poder de mobilidade social como sugerido, certamente, passaria a ser tema de promessas em palanques. Comenta-se comumente que, se saber LP fosse garantia de recompensas econômicas, o professor de português seria um sujeito rico.

Como visto, as matérias apresentam altos e baixos, se analisadas pelo viés da Lingüística, e o problema surge ao se saber que tais textos são lidos por um grande universo de leitores (seção 2.3), entre eles, alunos e pais, e a Revista goza de autoridade na formação de opinião. O problema é essas pessoas serem influenciadas por essas visões de língua, ora reducionistas, ora fragmentadas e misturadas. Então, a preocupação passa a ser que tais pais acreditem que o ensino deva ser de uma forma ou de outra e a cobrar atitudes da escola não coerentes com as propostas que adotam a língua como lugar de interação, a exemplo do trabalho sugerido pelos PCNs (1998).

Não é possível concordar com a proibição da publicação de tais textos, assim como exigir que apenas especialistas sejam contratados para sua feitura. Sobre a formação dos autores destas matérias, Guto Garcia, via *e-mail*, respondeu que todos tinham “intimidade” com o tema, sem entrar em detalhes sobre a formação de cada um. Enfim, os jornalistas, afastados que estão da prática de ensino-aprendizagem, parecem estar distanciados também da modernidade que clama por avanços, criam ora uma imagem de língua estática, petrificada, imutável, ora uma língua sujeita aos falantes e às mudanças; viva, enfim. Cabe aos professores de LP um cuidado redobrado para que não tenham uma parcela de culpa na perpetuação de qualquer mito que seja no ensino de LM.

O conteúdo é, em alguns textos, superficial, mas, de maneira geral, ainda pode ser considerado mais completo do que o de colunas sobre a LP de outras publicações. As matérias são informativas e trazem vários dados e exemplos para comprovar as teses defendidas em cada uma.

Enfim, a Revista Veja não pode ser considerada uma representante de puro prescritivismo e dos gramáticos. Nesta publicação, a guerra está empatada.

Referências

ALMEIDA, M. de. In: *A imprensa em questão*. DINES, A.; VOGT, C.; MELO, J. M. (Orgs.). Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997.

AUROUX, S. *A filosofia da linguagem*. Trad. José Horta Nunes. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1998.

BACON, F. *Novum organum*. Aforismos sobre a interpretação da natureza e o reino do homem. Editora Nova Cultural: São Paulo, 1999.

BAGNO, M. *Preconceito lingüístico*. 6. ed. São Paulo: Loyola, 2001.

BECHARA, E. *Ensino da gramática*. Opressão? Liberdade? 11. ed. São Paulo: Ática, 2001.

_____. *Moderna Gramática Portuguesa*. 37.ed. ver. e ampl. Rio de Janeiro: Lucerna, 1999.

BERTRAND, C. *O arsenal da democracia: Sistemas de Responsabilização da mídia*. Trad. Maria Leonor Loureiro. Bauru, SP: EDUSC, 2002.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: língua portuguesa/ Secretaria de Educação Fundamental. Brasília. 1997.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: língua portuguesa/ Secretaria de Educação Fundamental.-Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRITO, P. L. *A sombra do caos: ensino de língua x tradição gramatical*. Campinas, SP: Mercado de Letras: Associação de Leitura do Brasil, 1997.

CAGLIARI, L. C. *Alfabetização & lingüística*. 10^o ed. São Paulo: Scipione, 1999.

CALLADO, A. A. In: *A imprensa em questão*. DINES, A.; VOGT, C.; MELO, J. M. (Orgs.). Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997.

CAMACHO, R. In: Secretaria de Estado da Educação. Subsídios à proposta curricular de Língua Portuguesa para o 1^o e 2^o graus. São Paulo, 1988

CANTAVELLA, J. *Manual de la entrevista periodística*. Barcelona: Ariel Comunicación, 1996.

CASTILHO, A. T. de (org.). *Gramática do Português Falado*. Vol I: O Ordem. Campinas: Editora da UNICAMP/ FAPESP, 1990.

DELL'ISOLA, R. L.; MENDONÇA, E. A. (Orgs.). *Reflexões sobre a Língua Portuguesa*. Ensino e pesquisa. Campinas: Pontes, 1997.

ERICKSON, F. Metodos cualitativos de investigación sobre la enseñanza. In: WITTRICK, M. *La investigación de la enseñanza, II*. Métodos cualitativos y de observación. p. Barcelona- Buenos Aires – México: Ediciones Paidós. 1988. cap. IV, p. 195-294.

FARACO, C. A. (org.). *Estrangeirismos: guerras em torno da língua*. 2 ed. São Paulo: Parábola, 2002.

FARACO, C. A.; MANDRYK, D. *Prática de redação para estudantes universitários*. 2^a ed. Petrópolis: Vozes, 1988.

FERREIRA, A. B. de H. *Novo dicionário da língua portuguesa*. 2^a ed. revista e ampliada. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 1986.

GARCEZ; ZILLES. Estrangeirismos: Desejos e ameaças. In: *Estrangeirismos: guerras em torna da língua*. Faraco (Org.). Parábola: São Paulo, 2001.

GERALDI, W. *Portos de passagem*. 4. ed. Martins Fontes. São Paulo, 1997.

_____. *Linguagem e ensino*. Exercícios de militância e divulgação. Campinas: Mercado de Letras, 1996.

GNERRE, M. *Linguagem, escrita e poder*. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

HERNANDES, N. *A revista Veja e o discurso do emprego na globalização*. Uma análise semiótica. São Paulo. 2001. Acesso em: 04/ 08/2003. Disponível em: niltonhernandes.uol.com.br.

ILARI, R. *A lingüística e o ensino da língua portuguesa*. 4. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

_____. *Introdução ao estudo do léxico - brincando com as palavras*. São Paulo: Contexto, 2002.

_____. *Introdução à semântica - brincando com a gramática*. São Paulo: Contexto, 2002.

KOCH, I. *Desvendando os segredos do texto*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

_____. *A coesão textual*. São Paulo: Contexto, 1989.

_____. *A coerência textual*. São Paulo: Contexto, 1990.

_____. *A inter-ação pela linguagem*. São Paulo: Contexto, 1997.

LEITE, M. Q. *Intolerância e linguagem: um estudo de caso*. In: Revista da ANPOLL/ Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Letras e Lingüística. nº 14. São Paulo: Humanitas/FFCLCH/USP, p. 175-188, 2003.

MATÊNCIO, M. L. M. *Leitura, produção de textos e a escola*. Campinas: Mercado de Letras, 1994.

MORAIS, A. *Ortografia: ensinar e aprender*. São Paulo: Ática, 1998.

MUSSALIM; BENTES. *Introdução à lingüística*. Domínios e fronteiras. São Paulo. Cortez editora, 2001.

NEVES, M. H. M. *Gramática na escola*. São Paulo: Contexto, 1990.

_____. *A gramática: história, teoria e análise, ensino*. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

_____. *Gramática de usos do português*. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

_____. *Guia de uso do português: confrontando regras e usos*. São Paulo: Editora UNESP, 2003.

_____. *Heranças: A gramática*. In: BASTOS, Neusa Barbosa (Org.). *Língua portuguesa: uma visão em mosaico*. São Paulo: IP-PUC-SP/EDUC, 2002.

OLIVEIRA, G. M. de. (org.). *Declaração Universal dos Direitos Lingüísticos: Novas perspectivas em política lingüística*. Campinas: Mercado de Letras, Associação de Leitura do Brasil (ALB); Florianópolis: IPOL, 2003.

PERINI, M. *Sofrendo a gramática*. São Paulo: Ática, 1997.

POSSENTI, S. *Por que (não) ensinar gramática na escola*. Campinas: Mercado de Letras: Associação de Leitura do Brasil, 1996.

_____. *Empréstimos e Dicionários*. Prima Página. 2001. Disponível em: <<http://www.prima.pagina.com.br/pp/tempolive/littera>>. Acesso em: 29 abr.

2001.

RABAÇA, C.A; BARBOSA, G. *Dicionário de Comunicação*. São Paulo, 1987.

RAJAGOPALAN, K. *Por uma lingüística crítica: linguagem, identidade e a questão ética*. São Paulo: Parábola, 2003.

ROSSI, C. *O que é jornalismo*. São Paulo: Brasiliense, 2000.

SÁ, J. N. de. In: *A imprensa em questão*. DINES, A.; VOGT, C.; MELO, J. M. (Orgs.). Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997.

SABINO, M. Língua Enrolada. Revista Veja. Disponível em:<http://www2.uol.com.br/veja/10/09/97/p_009.html> Acesso em: 04 ago.2001.

SHAW, B. *Pygmalion*. Penguin Books, 1957.

SILVA, M.B. da. A escola, a gramática e a norma. In: *Lingüística da norma*. BAGNO (Org.). São Paulo: Ed. Loyola, 2002.

SILVA. R. V. M. *Contradições no ensino de português: A língua que se fala X a língua que se ensina*. 5.ed. São Paulo: Contexto, 2002.

_____. *Tradição Gramatical e gramática tradicional*. 2 ed. São Paulo: Contexto, 1994.

STAUB, A. Perguntas e afirmações que devem ser analisadas. In: *KIRST, M. & CLEMENTE, E. (orgs.). Lingüística Aplicada ao ensino de português*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987, pp 17-31.

TRAVAGLIA, I. C. *Gramática e interação: uma proposta para o ensino de gramática no 1º e 2º graus*. São Paulo: Cortez, 1996.

VILELA, M.; KOCH, I. *Gramática da Língua Portuguesa*. Coimbra: Almedina, 2001.

XAVIER, C. A; Cortez, S.(orgs.). *Conversa com lingüistas: Virtudes e controvérsias*. São Paulo, 2003.